

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA:
RESTAURAÇÃO E READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS
DE UM PATRIMÔNIO DE SANTA MARIA/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Sadiana Luz Martins Frota

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA:
RESTAURAÇÃO E READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE UM
PATRIMÔNIO DE SANTA MARIA/RS**

Sadiana Luz Martins Frota

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em Arquitetura e Patrimônio Material, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Denise de Souza Saad

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Frota, Sadiana Luz Martins
CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA: Restauração e
Readequação dos Espaços de um Patrimônio de Santa Maria/RS.
/ Sadiana Luz Martins Frota.-2013.
136 p.; 30cm

Orientadora: Denise de Souza Saad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
RS, 2013

1. Patrimônio 2. Art Déco 3. Casa de Cultura de Santa
Maria 4. Degradação 5. Preservação I. Saad, Denise de
Souza II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação
de Mestrado**

**CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA:
RESTAURAÇÃO E READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE UM
PATRIMÔNIO DE SANTA MARIA/RS**

elaborada por
Sadiana Luz Martins Frota

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Patrimônio Cultural.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Denise de Souza Saad, Dra.
(Presidente/Orientador)

Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)

Maria Isabel Pimenta Lopes, Dra. (UNIFRA)

Santa Maria, 08 de novembro de 2013.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Edifício do Jornal “A Noite” - Praça Mauá (RJ) - década de 1930.....	25
Figura 02 – Cristo Redentor, RJ, 2010.....	26
Figura 03 - Edifício Guaspari em imagem feita, provavelmente, no final dos anos 1930.	29
Figura 04 - Edifício da Metalúrgica Eberle. Atualmente, o prédio abriga um estacionamento, uma loja de brinquedos e a Faculdade Inovação.....	30
Figura 05 - Hospedaria da Companhia Swift do Brasil, em Rosário do Sul (RS).	30
Figura 06 - Rua do Acampamento em foto de 1920 – destaque para o Palacete do Dr. Astrogildo de Azevedo.....	34
Figura 07 - Avenida Rio Branco em foto de 1914.....	34
Figura 08 – Avenida Rio Branco em foto de 1914.....	35
Figura 09 - Rua do Comércio em foto de 1914.	35
Figura 10 - Sede da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer), na Rua Manoel Ribas; Vila Belga.....	37
Figura 11 - Clube 21 de Abril - Prédio em estilo Art Déco, inaugurado em 1927.	37
Figura 12 - Edifício principal da Casa de Saúde.	38
Figura 13 - Edifício Brilman, atual Dom Rafael Executivo Hotel.....	38
Figura 14 - Edifício Cauduro, onde funcionou o Hotel Jantzen; foi construído no final dos anos 1930.....	39
Figura 15 – Vista da Esquina da Edificação mostrando Placa de Identificação da Praça Saldanha Marinho.....	42
Figura 16 – Placa de Identificação da Rua Roque Calage, inaugurada em 1940.	42
Figura 17 – Placas de Identificação das Ruas Roque Calage e Ângelo Uglione, 2013.	42
Figura 18 – Casa de Cultura vista da esquina entre a Praça Saldanha Marinho e Rua Roque Calage, 2013.	42
Figura 19 - Prédio do Foro em construção vista da Praça Saldanha Marinho – década de 1940.....	43
Figura 20 - Prédio do Foro concluído – década de 1940.	44
Figura 21 - Casa de Cultura, 2011.	46
Figura 22 - Casa de Cultura vista da Praça Saldanha Marinho, 2011.....	46
Figura 23 – Casa de Cultura vista da Praça Saldanha Marinho, 2013.....	47

Figura 24 - Gráfico com fases do desempenho de uma edificação durante sua vida útil.....	51
Figura 25 - Gráfico com fases do desempenho de uma edificação histórica.	51
Figura 26 - Quadro dos principais agentes de deterioração elaborada por Lersch.....	53
Figura 27 - Quadro resultante dos principais agentes de deterioração, sugerido por Queruz.	54
Figura 28 - Métodos para investigação sobre o estado de conservação de uma edificação.	60
Figura 29 - Mapa de Danos – Jardim Histórico do Palacete Dr. Astrogildo de Azevedo.	62
Figura 30 - Fluxograma da metodologia adotada para a pesquisa.	64
Figura 31 - Fase 1 (um) do projeto – Resumo das fontes de financiamento.....	66
Figura 32 - Mapa-modelo desenvolvido para o Estudo de Caso.....	67
Figura 33 - Mapas de localização da cidade de Santa Maria no contexto Brasil.....	69
Figura 34 - Fotografia aérea do sítio e de seu entorno - centro histórico de Santa Maria- RS.	69
Figura 35 - Planta de localização da edificação inserida no sítio em estudo.	70
Figura 36 - Vista da Praça Saldanha Marinho - Edifício Cine Independência.	71
Figura 37 - Vista da Praça Saldanha Marinho – Theatro Treze de Maio.....	71
Figura 38 - Vista da Praça Saldanha Marinho - Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV).	72
Figura 39 - Lista das entidades culturais que contribuíram com o diagnóstico participativo.	88
Figura 40 - Dados coletados do questionário on-line.	89
Figura 41 - Dados coletados do questionário on-line.	89
Figura 42 - Planta Baixa Térreo.	91
Figura 43 – Planta Baixa Reforma Térreo.....	92
Figura 44 - Perspectiva do auditório.....	93
Figura 45 - Planta Baixa Segundo Pavimento.....	94
Figura 46 - Planta Baixa Reforma Segundo Pavimento.	95
Figura 47 - Perspectiva da Sala de Exposições.....	96
Figura 48 - Planta Baixa Pavimento Intermediário.	97
Figura 49 - Planta Baixa Reforma Pavimento Intermediário.	98
Figura 50 - Planta Baixa Terceiro Pavimento.....	100

Figura 51 - Planta Baixa Reforma Terceiro Pavimento.	101
Figura 52 - Perspectiva bar/café e terraço.	102
Figura 53 - Perspectiva – Maquete Eletrônica.....	102
Figura 54 - Perspectiva – Maquete Eletrônica.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Situação atual da edificação.	86
Quadro 2 - Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.	105
Quadro 3 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.	106
Quadro 4 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.	106
Quadro 5 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.	107
Quadro 6 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.	108
Quadro 7 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.	109
Quadro 8 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objetivo Geral:	14
1.2	Objetivos específicos:	14
2	REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1	Estudo Inicial sobre Patrimônio Histórico e Cultural	16
2.2	<i>Retrofit</i>	18
2.3	<i>Art Déco</i>	20
2.3.1	<i>Art Déco</i> : surgimento e contexto mundial	21
2.3.2	<i>Art Déco</i> no Brasil	23
2.3.3	<i>Art Déco</i> no Rio Grande do Sul	28
2.4	Santa Maria: origem dos espaços e evolução arquitetônica até 1930	31
2.5	Arquitetura <i>Art Déco</i> e sua aplicação em Santa Maria	36
2.6	Palácio da Justiça	41
2.7	Patologias em Edifícios Históricos	48
2.7.1	Manifestações Patológicas	48
2.7.2	Fatores e Mecanismos de Degradação	49
2.7.2.1	Durabilidade	49
2.7.2.2	Manutenção	50
2.7.2.3	Vida útil	50
2.7.3	Agentes de Degradação	52
2.7.3.1	Agentes ambientais ou climáticos	55
2.7.3.1.1	Radiação solar	55
2.7.3.1.2	Temperatura	56
2.7.3.1.3	Ar	56
2.7.3.1.4	Água	57
2.7.3.2	Agentes Biológicos	58
2.7.3.4	Fenômenos excepcionais da natureza	59
2.8	Mapeamento de Danos e suas representações	59
3	METODOLOGIA	63
3.1	A Casa de Cultura e seus espaços: Levantamento Cadastral	64
3.2	Elaboração do projeto	65
3.3	Diagnóstico atual, Mapa de Danos e Plano de Preservação	66

4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	68
4.1	O sítio e o lote	68
4.2	Casa de Cultura e Diagnóstico Atual: Materiais e Problemas	72
4.3	Mapa de Danos	87
4.4	Projeto Final	87
4.4.1	Sustentabilidade do Projeto	87
4.4.2	Diagnóstico Participativo	88
4.4.3	Análise do Projeto de Restauração e Readequação da Casa de Cultura de Santa Maria	89
4.5	Plano de Preservação	104
4.5.1	Ações de prevenção na cobertura	104
4.5.2	Ações de prevenção na alvenaria	105
4.5.3	Ações de prevenção em entrepisos, pisos e escadas	107
4.5.4	Ações de prevenção em esquadrias	108
4.5.5	Ações de prevenção em forros	109
5	CONCLUSÃO	111
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

Agradecimentos

Em especial, agradeço meus pais, César e Irani, por me encorajarem sempre a prosseguir e acreditarem num potencial que por vezes eu mesma duvidei.

À professora Denise Saad, orientadora, por dividir seu conhecimento, pela atenção, amizade e principalmente confiança dada. Serei eternamente grata.

À Universidade Federal de Santa Maria, por propiciar a realização de um sonho.

Às minhas companheiras de jornada nesse projeto, em atenção especial à Lúcia Silber e Berenice Pinto, que me oportunizaram participar e compartilharam comigo o que de mais importante carregam: suas experiências.

Ao meu companheiro, Lucas Leal, por se manter paciente, presente e sempre demonstrar apoio. Seu carinho e tranquilidade me mantiveram firme nos momentos difíceis.

Aos meus queridos irmãos, por sermos capazes de nos manter em união, vislumbrando o melhor futuro possível uns aos outros.

Às colegas e amigas de graduação, Luiza, Émille e Renata, pela convivência e por compartilharem comigo conhecimentos e ideais.

Aos colegas do programa de pós-graduação pelas experiências trocadas e por tornarem essa caminhada rumo ao aprimoramento profissional um momento mais alegre.

Aos amigos e familiares, em lembrança à minha avó materna Maria Luíza, por fazerem parte da minha vida pessoal e desejarem que minha escolha profissional me proporcione felicidade.

Só existo hoje, como sou e onde estou, por mim e por vocês!

Obrigada!

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA: RESTAURAÇÃO E READEQUAÇÃO DOS ESPAÇOS DE UM PATRIMÔNIO DE SANTA MARIA/RS.

AUTORA: SADIANA LUZ MARTINS FROTA

ORIENTADORA: PROF. DRA. DENISE DE SOUZA SAAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 08 de novembro de 2013.

Pode-se evitar a perda dos patrimônios existentes tornando-os objetos de estudo, contribuindo assim para a valorização de uma vertente de nossa historicidade e preservacionismo. Este trabalho surge do anseio de maior conhecimento, preservação e para melhor atender o projeto em desenvolvimento de Restauração e Readequação da Casa de Cultura de Santa Maria. O antigo Palácio da Justiça, atual Casa de Cultura de Santa Maria, datado da década de 1940, é um bem tombado desde 2009 pelo Poder Executivo Municipal como Patrimônio Histórico e Cultural do Município e consiste em um prédio, estilo *Art Decó*, de grande porte. Sua fachada rica em detalhes estruturais mantém sua configuração original. Atualmente, a Casa abriga associações culturais e artísticas e a Escola Municipal de Arte Eduardo Trevisan (EMAET), que disponibiliza cursos de história da arte, teatro, canto e música, porém sem espaços adequados. Como subsídios para o desenvolvimento da pesquisa foram abordados referenciais teóricos, sobretudo o *Art Déco*, além de conceitos referentes às manifestações patológicas e fatores de degradação das edificações históricas e suas formas de representação. Considerando os objetivos delineados no trabalho, tais como detalhar problemas encontrados e propor um plano de preservação, constatou-se o comprometimento no estado de conservação do local, atentando para a importância de que o projeto de restauração seja executado. Por fim, como medida preventiva, propõe-se um plano de preservação, acrescentando um fator de responsabilidade aos futuros administradores desse bem material para que o mesmo seja mantido em bom estado.

Palavras-chave: Patrimônio. *Art Déco*. Casa de Cultura de Santa Maria. Manifestações Patológicas. Degradação. Preservação.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Program of Vocational post Graduation in Cultural Heritage
Universidade Federal de Santa Maria

CASA DE CULTURA OF SANTA MARIA RESTORATION AND READJUSTMENT OF SPACES OF A HERITAGE OF SANTA MARIA/ RS

AUTHOR: SADIANA LUZ MARTINS FROTA

ADVISOR: PROF. DRA DENISE DE SOUZA SAAD

Date and Place of Defense: Santa Maria, November 08, 2013.

We can avoid the loss of the existing heritage by making it object of study, thus contributing to value our historicity and preservationism. This paper aspires to better support the development project of Restoration and Readjustment of Casa de Cultura of Santa Maria through knowledge and preservation. The former Palácio da Justiça, where Casa de Cultura of Santa Maria currently is, was built in the 1940's. It is preserved by heritage since 2009 by the City Hall as a Historic and Cultural Heritage of Santa Maria. The building has an Art Deco style. Its facade, rich in structural, keeps its original configuration. Nowadays, the Casa houses cultural and artistic associations and the Municipal Art School Eduardo Trevisan (EMAET), which offers courses in art history, theater, singing and music, held in inappropriate spaces though. Theoretical references were approached as sources for the development of this research, mainly Art Deco, besides concepts related to pathological manifestations and causes for degradation of historic buildings and their forms of representation. Considering all the objectives, such as detailing discovered problems and propose a plan for the preservation, a compromised state of conservation was verified, which accounts for the importance of the restoration project. Finally, as a preventive measure, a preservation plan is proposed, thus increasing the responsibility of future administrators of this building, so that it is kept in good state.

Key-words: Heritage, Art Deco, Casa de Cultura of Santa Maria, Pathological manifestations, Degradation, Preservation.

1 INTRODUÇÃO

Com o entendimento e avanço da preservação e conservação do Patrimônio Histórico pode-se perdurar a história de nossas cidades, além de resgatar e conservar nossa própria cultura, base da nossa identidade. Também é possível transpor, com o passar dos anos, nossas características, por qualquer via, seja ela imagem, paisagem, traçado urbano e/ou obra arquitetônica, indicadores de uma época de conotação única.

Ao tornar os patrimônios existentes objetos de estudos, há apropriação destes antes da perda de seus significados, aprendendo e preservando suas formas, funções, materialidades e técnicas construtivas, como por exemplo, em Santa Maria/RS, os diversos prédios em estilo *Art Déco* (próprio da edificação em estudo) demarcadores de uma identidade da cidade.

Assim, este trabalho surge do anseio de maior conhecimento, preservação e para melhor atender o projeto de Restauração e Readequação da Casa de Cultura de Santa Maria.

O antigo Palácio da Justiça, atual Casa de Cultura de Santa Maria, é um bem tombado desde 2009, provisoriamente, pelo Poder Executivo Municipal como Patrimônio Histórico e Cultural do Município. A edificação consiste em um Prédio de grande porte e teve o projeto concebido em estilo *Art Déco*, representante da passagem entre o ecletismo e o modernismo. A fachada, rica em detalhes estruturais, buscou a simplicidade das linhas mais geométricas, aliada ao uso de materiais produzidos pela indústria. Observa-se a racionalização dos volumes e dos elementos de ornamentação, ainda que ornamentos pontuais, e materiais que representam a modernidade.

Os volumes mantêm a composição clássica: embasamento, corpo principal e coroamento. É marcado, ainda, pelo rigor geométrico e tem como tombados, especificamente, os seguintes elementos: as fachadas principais, originais, voltadas para a Praça Saldanha Marinho e para a Rua Roque Calage, em sua configuração, com manutenção do desenho original das esquadrias; a volumetria; hall de entrada, composto por escadas e revestimentos; as duas circulações principais (térreo e 2º pavimento); e portas internas originais de madeira.

A edificação abriga hoje a Casa de Cultura de Santa Maria e necessita de obras de conservação e adequação dos espaços às novas atividades a que se propõem.

A preocupação com a salvaguarda do patrimônio arquitetônico *Art Déco* decorre, principalmente, da constatação de que uma parcela crescente desse acervo tem sofrido processos de descaracterização culminando, em alguns casos, com o desaparecimento precoce de exemplares representativos do período.

Na tentativa de reversão desse quadro, vem surgindo ações práticas no meio cultural, refletindo o interesse pela preservação de referenciais arquitetônicos e urbanísticos significativos para a sociedade moderna. Assim, através deste projeto, pretende-se resgatar a memória e valorização do local.

A elaboração inicial para o projeto da Casa de Cultura de Santa Maria contou, de forma participativa, com a comunidade cultural da cidade. Representantes de todos os segmentos das artes e humanidades do município, que clamavam por uma reforma no local, foram chamados a opinar no diagnóstico participativo, formador da base do projeto e definidor do programa de necessidades.

O trabalho tornará a intervenção da Casa de Cultura de Santa Maria bem fundamentada e equiparada de conhecimento técnico para tal fim, e registrará todo o desenvolvimento do que vem e do que será feito no antigo Palácio da Justiça.

Assim, a dissertação propõe-se a atender aos seguintes objetivos:

1.1 Objetivo Geral:

Apresentar o projeto de Restauração e Readequação da Casa de Cultura de Santa Maria, além de uma análise das intervenções sofridas por esta edificação ao longo do tempo e as relações deste equipamento urbano com o seu entorno.

1.2 Objetivos específicos:

- Apresentar o surgimento e a evolução histórica da Casa de Cultura de Santa Maria;

- Detalhar o objeto de estudo através de análise arquitetônica da tipologia da edificação e dos problemas encontrados;
- Registrar o trabalho que vem sendo desenvolvido no projeto de Restauração e Readequação da edificação;
- Reafirmar o valor histórico e arquitetônico do local;
- Propor um plano de preservação para a Casa.

Para tanto, no primeiro capítulo será feita uma introdução ao assunto. No segundo capítulo será realizada uma revisão bibliográfica abordando um estudo inicial sobre Patrimônio Histórico e Cultural, o *Retrofit*, o *Art Déco* e seu contexto mundial, nacional e regional, a origem e evolução arquitetônica de Santa Maria até 1930, a Arquitetura *Art Déco* e sua aplicação em Santa Maria, o Histórico da Casa de Cultura de Santa Maria e o estudo das manifestações patológicas em edifícios históricos, além da representação destas com o auxílio da ferramenta Mapa de Danos.

No terceiro capítulo, intitulado Metodologia, exporá de que maneira se estruturou o trabalho e como irá concluir-se. No quarto capítulo será apresentado o produto final, bem como a análise e discussão dos resultados obtidos. Por fim, o trabalho apresentará a Conclusão do estudo feito identificando em que medida os objetivos propostos foram alcançados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O referencial teórico tem como intuito, reunir informações necessárias para a elaboração e fundamentação da pesquisa, através de temas similares e que contribuam para o entendimento e complementação da pesquisa. Assim, serão abordados temas relacionados à origem da cidade de Santa Maria, os estilos arquitetônicos utilizados até a época da edificação em estudo, a Arquitetura *Art Déco*, o histórico do Palácio da Justiça de Santa Maria e as manifestações patológicas em edifícios históricos.

2.1 Estudo Inicial sobre Patrimônio Histórico e Cultural

De acordo com Camargo (2002, p. 95), o conceito clássico de patrimônio histórico é o conjunto de bens culturais ou monumentos de excepcional valor histórico e artístico nacional.

Por Patrimônio Histórico, pode-se dizer de todo bem destinado ao usufruto de uma comunidade constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum (CHOAY, 2001, p.11).

Segundo o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, 2011), entende-se que patrimônio cultural é tudo o que se relaciona com a cultura, com a história, a memória, a identidade das pessoas ou grupos de pessoas: são os lugares, as obras de arte, as edificações, as paisagens, as festas, as tradições, os modos de fazer, os sítios arqueológicos.

Considera-se patrimônio histórico e cultural os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais, de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de atração turística: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas; museus e outros espaços destinados a apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais (BRASIL, 2006, p. 6).

Tudo que influência e interessa para determinada sociedade manter, por ser considerado como próprio de determinada cultura, torna-se base de sua identidade, o distingue dos demais.

A verdade é que monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano esclarecem o modo como as sociedades ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e foram construindo sua identidade (CHOAY, 2001).

A evolução da ideia de Patrimônio tomou forte impulso e se disseminou por todo o planeta no correr do século XX, principalmente como resposta à descaracterização das cidades devido à urbanização e, também, em decorrência do choque cultural ocorrido na Europa, desencadeada pela segunda grande guerra. Esta circunstância oportunizou um movimento que, sob tutela da Organização das Nações Unidas, deu origem a uma série de normas e iniciativas internacionais para salvaguarda de bens culturais (ICOMOS, 2011).

Hoje, disseminado em todo o mundo, o patrimônio agrega valores diversos, como histórico, cultural, arquitetônico, social e sempre apresenta um valor singular, que o destaca dos demais. Por isso, atualmente, se tem a preocupação em resgatar valores, por vezes modificados, readequando ou requalificando os espaços.

O enfoque desta pesquisa é a preservação de um patrimônio histórico de Santa Maria. Representa-se, assim, a preocupação com esse bem cultural, sabendo-se que ele é uma das principais edificações que podem ser consideradas atrativas do chamado Turismo Cultural na cidade. Para tanto, são relevantes os conceitos de conservação, preservação, restauração e reutilização.

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes (artigo 5º, ICOMOS, 1964).

Preservar é toda ação empreendida no sentido de proteger e, portanto, impedir a degradação do bem, ou seja, pressupõe manter a substância do bem cultural. (MACHADO, 2004, p.19).

Conforme a Carta de Veneza, 1964, sobre restauração:

A restauração é uma operação que deve ter caráter funcional excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estado arqueológico e histórico do monumento (artigo 9º, ICOMOS, 1964).

Já o termo reutilizar, para Pires (2001, p.8), é o “reaproveitamento de edificações e artefatos para usos diversos daqueles para os quais foram originalmente concebidos”.

Assim, ao analisar o antigo Palácio da Justiça, este além de precisar de uma medida de restauração, se faz necessário também readequar (ou reutilizar) seu espaço para que o objeto seja preservado devido sua ocupação. Existe ainda uma relação de monumento histórico ao local, pois por ser percebido por bastante tempo no cenário da cidade este está preservado na memória da comunidade até hoje.

2.2 Retrofit

Segundo Barrientos (2004), o termo inglês *retrofit* tem suas origens na expressão latina *retro*: movimentar-se para trás; e inglesa *fit*: adaptação, ajuste.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2008, p. 11) define *retrofit* como remodelação ou atualização do edifício ou de sistemas, através da incorporação de novas tecnologias e conceitos, normalmente visando valorização do imóvel, mudança de uso, aumento da vida útil, eficiência operacional e energética.

O termo *retrofit* surgiu nos Estados Unidos e na Europa no final da década de 1990. Segundo Flemming e Qualharini, (2007, p. 03), “na construção civil, ele é empregado para descrever um processo de modernização e atualização de edificações, visando torná-las contemporâneas, sem modificação de uso: uma atualização tecnológica.”

Ainda para Qualharini (2004) *retrofit* pode ser entendido, originalmente, como qualquer tipo de reforma, a renovação completa de uma edificação, uma intervenção a um patrimônio, ou seja, colocar o velho em forma de novo preservando seus

valores estéticos e históricos originais, além de trabalhar com o conceito de sustentabilidade, na medida em que busca preservar os elementos que caracterizam a edificação ao invés de simplesmente descartá-los.

Para Queiroz (SECOVI SP, 2011) a meta essencial das operações que fazem uso do *retrofit* é preservar o que ainda existe de útil e valioso na construção original, adequando-a às tendências e necessidades contemporâneas e futuras, sempre focando aspectos técnicos e reinserção urbana, de modo a prolongar a vida útil da edificação.

Barrientos (2004) complementa dizendo que é muito importante conhecer o estágio de degradação de uma construção para que a requalificação seja capaz de suportar os acréscimos de carga gerada por futuras mudanças no *layout*, com incorporação de automatismos, e novos partidos de atualização exequíveis.

A reabilitação¹ (cuja definição está relacionada ao *retrofit*) de edifícios se aplica em quatro situações, segundo Croitor (2009, p. 18): em edificações antigas e degradadas; edificações inacabadas e abandonadas; edificações com sistemas prediais ineficientes e/ ou inadequados; e na mudança de uso do imóvel. Portanto, empreendimentos dessa natureza traduzem oportunidades de negócios para as empresas e profissionais do setor da construção civil.

Quando o interesse principal é a modernização dos sistemas prediais, tem-se o chamado *retrofit* da edificação. Ele ocorre principalmente em edificações comerciais e, normalmente, visa, além da adequação dos espaços, o aumento da eficiência dos sistemas prediais através da substituição das instalações existentes por sistemas mais modernos (CROITOR, 2009, p. 25).

Para o mesmo autor há vários fatores que justificam o uso do processo do *retrofit*, destacando-se:

- o aproveitamento da infra-estrutura existente no entorno e da sua localização;
- o impacto na paisagem urbana;
- a preservação do patrimônio histórico e cultural;
- o déficit habitacional e a sustentabilidade ambiental;

¹ Segundo Barrientos e Qualharini (2002), reabilitação é reforma gerenciada de uma construção visando a sua adaptação às novas necessidades dos usuários ou a otimização das atividades desempenhadas por ela com objetivo de prolongar a vida útil da edificação, proporcionar a modernização de suas funcionalidades e promover a possibilidade de redução do custo de utilização através da implantação das tecnologias disponíveis.

- ser mais econômica e eficiente do que a demolição seguida de uma reconstrução.

2.3 Art Déco

Surgido na Europa, o *Art Déco* pode ser designado como um movimento popular internacional de *design*, nascido nos anos 20 do século passado, que afetou as artes decorativas, a arquitetura, *design* de interiores e desenho industrial, assim como as artes visuais, a moda, a pintura, as artes gráficas e cinema (CONDE, 1997).

Buscando um vocabulário ornamental autônomo que expressasse o espírito da época e que evitasse as formas do passado, o *Art Déco* instaurou a purificação formal e simplicidade da geometria elementar. Origina-se da mistura de vários estilos (ecletismo) e movimentos do início do século XX, e como novidade, caracteriza-se por ser um estilo de transição com concepções e inspirações modernistas (SÁ, 2005).

O *Art Déco* foi, na altura, inovador e elegante, funcional e ultramoderno, diferenciando-se do *Art Nouveau*, mais rebuscado, por tornar-se essencialmente simples. Também enfatizou a forma do edifício ao ornamento, mantendo sua expressividade. Essa manifestação, que implementou o uso do concreto armado, definiu o progresso e velocidade que era difundido nas construções da época (FOLETTTO, 2008).

O “art déco” aparece em casas sem assinatura dos bairros proletários, provavelmente pela facilidade em imitá-lo, e nas edificações. Revistas como *Acrópole*, ou *Arquitetura e Urbanismo*, do Rio, *Record* e *Polytechnica*, durante toda a década de 30 documentavam a verticalização, saudando cada novo cinema ou edifício. Assim é que contribuem para a difusão de suas soluções, posto haver significativo contingente de janelas, tipo escotilha de navio, chanfras, torres a jogar com a alternância entre os planos retos e curvos, pregas, ranhuras e troncos piramidais (LOURENÇO, 1995, p. 168).

Com a análise das manifestações do *Art Déco* e suas distintas características desde o seu surgimento na Europa, até a sua disseminação para as Américas do Norte e do Sul, procura-se o entendimento dos limites dessa arquitetura no cenário santa-mariense. O conhecimento das origens do estilo torna possível identificar as

características mais marcantes presentes nas edificações da cidade, bem como no objeto de estudo.

2.3.1 *Art Déco*: surgimento e contexto mundial

A Europa, no período entreguerras, foi marcada pelas vanguardas que, no âmbito arquitetônico, constituíram o Movimento Moderno². Mesmo antes, ainda no final do século XIX, discutia-se a necessidade de renovar a linguagem arquitetônica em face das novas técnicas e demandas da sociedade industrial. Assim, as vertentes e variantes racionalistas propuseram, antes e durante a afirmação do modernismo, outras soluções para orientar a construção moderna e superar as limitações do academicismo historicista (RIO DE JANEIRO, 1996).

As renovações urbanas no final do século XIX e início do século XX buscavam ampliar as estruturas das cidades para atender a nova concepção das construções que também procuravam se industrializar. Assim, as cidades européias sofreram grandes transformações, ampliações e demolições. Uma nova linguagem surgia na arquitetura das cidades (SEGAWA, 1997).

Como oposição ao culto ao passado, promovido pelo estilo eclético, se desenvolveu o *Art Nouveau*, um estilo com uma estética sem referência ao passado e que primava pela participação do artista nas obras. Contudo o *Art Nouveau* não se apropriava da industrialização, maior símbolo do progresso alcançado na época, uma vez que queria enfatizar a originalidade do artista (LEMME, 1996).

São inúmeras as correntes artísticas que surgiram neste período, buscando unir a industrialização e a arte. Com o processo industrial consolidado, há a necessidade de se pensar de forma mais racional, buscando formas artísticas mais puras e poucos ornamentos, raciocínio que dera a linha de pensamento base para o Modernismo (SALVADOR, 2012).

² O Movimento Moderno compreende um grande número de contribuições individuais e coletivas, não sendo possível fixar sua origem num só lugar ou num único ambiente cultural. Para Leonardo Benevolo (1976, p. 418) a formação do Movimento Moderno se dá após a Primeira Guerra, “numa rede finíssima de trocas e solicitações”, mas o autor destaca que os acontecimentos decisivos são a experiência coletiva e didática de Walter Gropius e o trabalho individual de Le Corbusier.

Foi então, em meio a grande popularização e propagação das expressões da arte de modos mais acessíveis que surge o *Art Déco*, resultante da necessidade do avanço da sociedade em direção a um futuro longe da guerra, que buscava o lazer, o luxo, a velocidade e a modernidade, representada nas produções desse estilo (LEMME, 1996).

O *Art Déco*, para Conde e Almada (2000), foi um conjunto de manifestações artísticas dotadas de coesão estilística. Seu lançamento público aconteceu na Exposição Internacional das Belas Artes Industriais e Modernas no ano de 1925 em Paris, apesar de haver registros de manifestações isoladas anteriores a esta data.

Conde e Almada (2000) periodizam o *Art Déco*, ainda que de maneira simplificada, da seguinte forma: até 1925, a formação e manifestações embrionárias; entre 1925 e 1930, o lançamento ao público seguido da sua difusão internacional; de 1930 a 1940, o período de consolidação e apogeu; e por fim, após 1940 as manifestações tardias.

Ainda na década de 20, mesmo a crise alemã afetando todo o mundo, o *Art Déco* conseguiu se tornar o estilo representante deste período. Isso porque tornou os ornamentos mais acessíveis, aliando-se aos processos de industrialização, e mais econômicos, quando comparados a outros estilos em que a mão de obra na execução era encarecida pelo caráter artesanal e rebuscado da obra (SALVADOR, 2012).

A partir de 1934, ano de realização da exposição *Art Déco* no *Metropolitan Museum* de Nova York, o estilo passa a dialogar mais diretamente com a produção industrial e com os materiais e formas passíveis de serem reproduzidos em massa. A popularização do estilo, devido seu barateamento, invade a vida cotidiana: os cartazes e a publicidade, os objetos de uso doméstico, as jóias e bijuterias, a moda, o mobiliário, e outros (HILLIER e ESCRITT, 1997). Para aliar a industrialização à arte, o *Art Déco* tinha como ornamento linhas retas, *design* abstrato e trabalhava a natureza como inspiração através da representação de animais e da forma feminina (LEMME, 1996).

Na América Latina o *Art Déco* assume um papel muito importante por caracterizar um período de transição gradual dos princípios da escola de Belas Artes³ e as propostas mais racionalistas da arquitetura renovadora. Na arquitetura

³ O termo francês *Beaux-Arts* (Belas Artes) é aplicado às chamadas “artes superiores”, de caráter não-utilitário, opostas às artes aplicadas e às artes decorativas. O estilo arquitetônico *Beaux-Arts*,

passa a interpretar as casas dos grupos sociais intermediários atingindo grande difusão local (SEGAWA, 1997).

Bastante presente no cenário arquitetônico de Buenos Aires, Figueiró (2007) afirma que o estilo marcou a expansão urbana e se desenvolveu, em especial, nas camadas populares da sociedade enquadrada como arquitetura média, realizada por profissionais que não fazem parte da primeira linha de arquitetos ou por mestres fachadistas que utilizavam formas vernaculares. “O que se deu foi uma simbiose entre a arquitetura preexistente e os elementos decorativos formais do *Art Déco*” (FIGUEIRÓ, 2007, p.38).

2.3.2 *Art Déco* no Brasil

No início do século XX as cidades brasileiras ainda eram repletas de ruas estreitas, desorganização espacial e graves problemas de saúde pública. A expansão urbana desse período, resultante da emigração rural, só agravou a situação. Sob influência do movimento modernista, o Brasil na década de 20 é marcado pela efervescência cultural. Os artistas brasileiros começam a debater as ideias lançadas pelos artistas modernos e a aplicar aqui suas convicções na literatura, na pintura, na música, em diversas áreas artísticas e intelectuais. A Semana de Arte Moderna que aconteceu em São Paulo em 1922, foi a primeira grande manifestação em busca da renovação cultural do país (FAUSTO, 1994).

De acordo com Correia (2008), até a década de 30, dois estilos nacionalistas se difundiram mais. Um deles, o Neocolonial, possuía como referência a arquitetura civil portuguesa no modo como influenciou a arquitetura Colonial brasileira, defendia-se que a verdadeira arquitetura nacional seria essa releitura do estilo colonial. Já o estilo Marajoara tinha sua inspiração nacionalista nos índios da região, que apresentavam grande expressividade em suas produções artísticas, com estéticas geométricas aplicadas em seus utensílios.

originado na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* (Escola Nacional de Belas Artes), situada em Paris, combina influências gregas e romanas com ideias renascentistas. É um estilo muito ornamentado (ITAÚ CULTURAL, 2011).

Com o governo de Getúlio Vargas⁴ a visão nacionalista e de progresso do novo incentivavam transformações sociais nos mais diversos setores da sociedade. O modernismo não foi a única linguagem apoiada pelo governo. Vários edifícios públicos foram construídos em outros estilos além do Moderno, como o Neocolonial e o *Art Déco*. A busca por um estilo nacionalista fez com que Vargas solicitasse o uso de diversas representações arquitetônicas, a fim de determinar qual estilo seria o mais adequado. No *Art Déco* ele encontrou um equilíbrio entre a modernização e o conservadorismo, características presentes no seu governo (SALVADOR, 2012).

Na arquitetura, a linguagem *Déco* se expressou inicialmente nos arranha-céus que testemunharam a passagem de nossas capitais à condição de metrópoles; de edifícios institucionais que abrigavam funções de um Estado que se modernizava e expandia; de lojas de departamento que introduziam um novo conceito de comércio; e de cinemas, clubes e emissoras de rádio que difundiam formas novas de diversão, cultura e lazer. Logo o estilo se difundiu, aplicado em fábricas, igrejas, lojas e moradias de pequeno porte (CORREIA, 2008). O edifício *A Noite* (Figura 01), construído no final dos anos 20, com a nova tecnologia do concreto armado, é considerado o introdutor da arquitetura em estilo *Art Decó* no Brasil, além de ser o primeiro arranha-céu da capital, na época, o Rio de Janeiro.

⁴ Getúlio Dornelles Vargas, gaúcho nascido em São Borja, governou o país por dois mandatos: 1930 a 1945 e 1951 a 1954 (PACHECO, 2011, p. 20).



Figura 01 – Edifício do Jornal “A Noite” - Praça Mauá (RJ) - década de 1930.
Fonte: Divulgação IPHAN, 2013.

Em 1932 a escolha do estilo para uma biblioteca municipal no Rio de Janeiro, em substituição a um projeto anterior de viés eclético, evidencia a capacidade desempenhada, na ocasião, pelo *Art Déco*, de traduzir modernidade arquitetônica e progressismo administrativo. O repertório formal *Déco* imprimiu marcas profundas na paisagem de cidades como o Rio de Janeiro e se expressou inicialmente, sobretudo, em projetos que buscavam traduzir uma noção de modernidade vinculada a programas novos. Em São Paulo constatou-se que a tipologia mais frequente entre os prédios vinculados ao estilo era aquela de uso misto, destinada à habitação multifamiliar, com pavimento térreo utilizado para fins comerciais (CAMPOS, 1996, p. 257 apud CORREIA, 2008, p. 52).

A popularização do estilo se deve a simplificação das fachadas através da diminuição dos ornamentos que barateavam a construção, demonstrando maior racionalidade e funcionalidade. Alcançou todas as classes e todas as regiões do país, resultando em um grande acervo construído e bem diversificado (SALVADOR, 2012).

Além de edificações comerciais e outros que surgiram nesse período, o uso do *Art Déco* mantém um vínculo histórico com as agências de Correio e Telégrafo. Na década de 30 o governo promoveu um projeto de normalização arquitetônica deste departamento construindo nesse estilo diversas sedes regionais e agências (SEGAWA, 1997).

O *Art Déco* fez parte da verticalização de muitas cidades brasileiras (PINHEIRO, 2008). Nesse período foram construídos muitos marcos urbanos dentro desse estilo, como o Elevador Lacerda, em Salvador; o Monumento ao Cristo Redentor, de 1931, (Figura 02), no Rio de Janeiro e o Viaduto do Chá (1935-1938), em São Paulo. As obras monumentais se adéquam bem a linguagem *Déco* pelo tratamento decorativo ser apreciado a curta, média e longa distância. Conforme Conde (1997), o *Art Déco* é um estilo com conceitos globais que utiliza representações regionais.



Figura 02 – Cristo Redentor, RJ, 2010.
Fonte: a autora.

Figueiró (2007) classifica as diversas manifestações do estilo *Art Déco* em três correntes. A *Streamline*, primeira a ser descrita, é influenciada pelo “desenho do expressionismo europeu e seu maior expoente, Erich Mendelsohn” (Figueiró, 2007, p. 30). Pode ser vista na arquitetura residencial, restaurantes e cinemas nos Estados Unidos da América (EUA).

Já a corrente *Zig-Zag* se difundiu mais em Los Angeles: “com a expansão internacional do cinema, as salas de projeção tornaram-se importantes estandartes do *Art Déco*” (FIGUEIRÓ, 2007, p. 30). Em Miami Beach, essa arquitetura também se difundiu em hotéis de classe média e na América Latina estava associada a edifícios de pouca altura (FIGUEIRÓ, 2007).

A última corrente, chamada de influência francesa (surgida na França, também conhecida como *Art Déco* requintado, e bastante difundida na América do Norte), é vista em grandes edifícios de Nova York e Chicago. Representantes da imponência e austeridade, esses prédios eram requintados no que diz respeito a materialidades e ornamentação (FIGUEIRÓ, 2007).

Conde e Almada (2000) também fazem uma classificação semelhante a de Figueiró. Segundo eles, o *Art Déco* no Brasil seria classificado em: *Streamline*, inspirada no expressionismo alemão e russo, que fazia referência a velocidade em suas linhas aerodinâmicas com motivos navais e marinhos; Escalonada, racional e geométrica, uso de volumetrias escalonadas, com elementos decorativos, próxima do racionalismo modernista; e Afrancesada, requintada, com decoração exuberante e materiais e revestimentos nobres.

Geralmente a arquitetura *Art Déco* no Brasil faz uso do concreto armado permitindo uso de grandes vãos e ambientes integrados; composições axiais; ênfase conferida ao acesso principal e da esquina, por vezes juntos; predomínio de cheios sobre os vazios; repartição da fachada em base, corpo e coroamento; contenção decorativa, se resumindo em detalhes de serralheria, articulações e escalonamento entre planos e volumes, esculturas e relevos, maquinismo, força e movimento; tipografia na fachada, números e nomes aplicados de identificação do edifício em tipos sem serifa ou com motivos de flora e fauna; integração entre a arquitetura externa, interna e *design*; uso da iluminação natural e artificial para acentuar características específicas da edificação (CONDE e ALMADA, 2000).

A diversidade de soluções e tendências fez com que o *Art Déco* se adequasse a vários programas, revelando-se uma linguagem acessível às elites, às classes médias e populares. Na arquitetura, a partir de construções de maior porte, atingiu o gosto popular e se disseminou em grandes e pequenas residências e em prédios comerciais. A geometrização dos volumes, vãos e superfícies escalonadas se propagaram, convertendo-se em marco do cenário urbano brasileiro das décadas de 1930 e 1940. Além disso, o *Art Déco* está presente em períodos importantes do

desenvolvimento de diversas cidades, o que lhe configura importância histórica e de memória, e o faz representante da arquitetura de um período (CORREIA, 2008).

2.3.3 *Art Déco* no Rio Grande do Sul

Com a modernização da cidade, associada ao período industrial, foram idealizadas as primeiras edificações *Art Déco*, as quais eram ainda incipientes no Brasil (FOLETTTO, 2008). No Rio Grande do Sul, Schlee (2002), a partir da Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha realizada em Porto Alegre, de 20 de setembro de 1935 a 15 de janeiro de 1936, o estilo se difundiu de forma rápida por todos os recantos do estado. Regionalmente, a arquitetura da Exposição correspondeu à primeira vez que um grupo significativo de edificações, elaborado com um repertório formal considerado moderno, assumiu o caráter de meio de comunicação de massa. Os pavilhões da Exposição revelavam obediência a um mesmo vocabulário, de modo que podem ser descritos como uma versão local do espírito *Art Déco* (BUSKO, 1999 apud SCHLEE, 2002).

Dentro do espírito da Exposição do Centenário Farroupilha, o Edifício Guaspari (Figura 03), projetado pelo arquiteto Fernando Corona, marcou a introdução da estética moderna no espaço urbano consolidado de Porto Alegre/RS. Nele se aplicam os preceitos compositivos do *Art Déco*:

É no efeito contínuo das esquadrias, na fluidez das esquinas arredondadas, na analogia náutica da máquina como símbolo da nova arquitetura, na transparência do térreo, na modernidade se faz presente nas Lojas Guaspari. Porém, essa comparece de maneira tradicionalmente clássica, através do uso de simetria axial e da frontalidade-modernidade e tradição (CANEZ, 2004, p. 30).



Figura 03 - Edifício Guaspari em imagem feita, provavelmente, no final dos anos 1930.
Fonte: Acervo de Samuel Breitman, 2013.

Segundo Conde e Almada (2000) é no Rio Grande do Sul que o estilo *Art Déco* “encontra grande expressão, devido talvez aos inúmeros arquitetos imigrados, sobretudo alemães, trabalhando no estado” (p. 16). Muitas vezes o estilo era aplicado como decoração geometrizada de fachada, seguindo regras e proporções clássicas das escolas *Beaux-Arts*⁵.

Outras cidades também demonstram exemplos, como em Caxias do Sul/RS o edifício da Metalúrgica Eberle (Figura 04) que incorpora uma torre central cuja composição remete ao viés *déco*. Em Rosário do Sul/RS, a hospedaria para funcionários solteiros, criada pela Companhia *Swift* do Brasil, incorporou pequenos detalhes de gosto *déco*, como a lareira do salão principal e o tratamento do volume que marca a entrada para o salão (Figura 05).

⁵ Estilo arquitetônico praticado na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* (Escola Nacional de Belas Artes), situada em Paris, que combina influências gregas e romanas com ideias renascentistas. É um estilo muito ornamentado (ITAÚ CULTURAL, 2011).



Figura 04 - Edifício da Metalúrgica Eberle. Atualmente, o prédio abriga um estacionamento, uma loja de brinquedos e a Faculdade Inovação.

Fonte: Maicon Damasceno, Agência RBS, 2013.



Figura 05 - Hospedaria da Companhia Swift do Brasil, em Rosário do Sul (RS).

Fonte: Philip Gunn, 1997, apud CORREIA, 2008, p. 65.

O *Art Déco*, assim como as demais correntes modernizantes, mostra-se essencial na formação dos arquitetos que puderam colaborar para a emergência da modernidade arquitetônica.

2.4 Santa Maria: origem dos espaços e evolução arquitetônica até 1930

A arquitetura pode ser entendida como um documento histórico por ter a capacidade de acompanhar o tempo. Através da observação de exemplares, é possível conhecer sociedades e civilizações anteriores à nossa, suas formas de viver, de se relacionar, sua tecnologia e os seus hábitos (FOLETTTO, 2008).

Em Santa Maria, esse registro de formação da identidade se inicia em 1797, durante a demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha, quando parte da Comissão Demarcadora⁶, ao escolher o local para o acampamento militar, remove parte da arborização do ambiente e constroem, no alto da coxilha, o quartel da tropa, o escritório para a comissão técnica, os ranchos para os oficiais e a capela. Estas construções originaram o atual centro urbano, e delinearão o trecho inicial da, até hoje, Rua do Acampamento, primeira rua do povoado (FOLETTTO, 2008).

As primeiras construções seguiram os pressupostos da época, onde os espaços se organizavam e se erguiam em torno da praça. Neste caso, a Praça da Igreja – atual Praça Saldanha Marinho, próxima a pequena capela.

A permanência da Comissão no local durou quatro anos quando a Partida Portuguesa, mesmo sem concluir o trabalho, retirou-se para Porto Alegre, e mesmo depois da sua saída o povoado continuou a se desenvolver, e a dar origem ao traçado urbano, iniciado pela localização da antiga capela e do acampamento militar. O povoado recebeu pessoas vindas de São Paulo, Rio Pardo, Cachoeira, Taquari, Triunfo, Viamão e mais tarde cinquenta famílias guaranis, vindas das Missões Orientais (BELÉM, 2000).

Em 28 de Julho de 1810, com uma população de cerca de 800 pessoas, o vilarejo recebeu a construção da Capela Curada de Santa Maria, designada de Capela Nossa Senhora da Conceição em 1812, após ser emancipada da Freguesia de Cachoeira. Já por volta de 1820 surgiram as ruas Da Igreja (que recebeu este nome devido seu alinhamento ter surgido com a Capela), conhecida hoje como Venâncio Aires, e a rua General Rafael Pinto, que recebeu mais dois nomes antes de ser intitulada Rio Branco (FOLETTTO, 2008).

⁶ A Comissão Mista Demarcatória de Limites da América Latina, chamada simploriamente de Comissão Mista, trata-se do convênio denominado de Tratado Preliminar de Restituições Recíprocas, celebrado por Espanha e Portugal em 1777. Sua dissolução acabou propiciando que a Partida Portuguesa (2ª Subdivisão) fundasse Santa Maria (BELÉM, 2000).

Foletto (2008) relata que com mais de vinte anos de existência, o povoado, antes com traçados irregulares, passa a receber do poder público a incumbência na criação dos desenhos de ruas e praças, cabendo aos moradores apenas a construção das moradias. O Curato passa a ser Paróquia, deixando de ser filial de Cachoeira para tornar-se também Matriz.

Com a vinda dos imigrantes alemães e germânicos, houve um crescente aumento populacional, o desenvolvimento da agricultura, do comércio, e ainda, do artesanato e da construção civil. Assim, surgiram as primeiras casas de alvenaria na localidade, substituindo as antigas casas de madeira rebocadas de argila (FOLETTTO, 2008).

A influência religiosa também é marca significativa dos alemães, visto a valorização que sua cultura religiosa dava ao comunitarismo, à cidadania e à politização de seus membros. Os alemães estabeleceram na cidade uma Igreja Evangélica Alemã no ano de 1873, em terreno adjacente à futura Praça da República, local consagrado nas práticas de ensino, associativismo, fé e recreação comunitária (BELTRÃO, 1958; FLORES, 2010).

Embora a Revolução Farroupilha tenha trazido uma crise econômica, o comércio local não cessou. Com o final da Revolução, em 1845, os sobreviventes voltam para casa. Os campos começam a ser povoados novamente e as terras cultivadas. O comércio revigora, as indústrias retomam a trajetória interrompida. A lida das fazendas recomeça, procurando cada qual reparar seus prejuízos (BELTRÃO, 1958; BELÉM, 2000).

A cidade crescente necessitou de saneamento básico, construção de estradas e ainda abrir outros caminhos que ligassem esta às localidades vizinhas.

Passado treze anos, a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, por Lei Provincial de dezembro de 1857, foi elevada à categoria de Vila. Em 17 de maio de 1858 é inaugurada a Câmara Municipal e instalado o novo município (BELTRÃO, 1958; BELÉM, 2000).

Belém (2000) constata o predomínio do elemento germânico na direção dos negócios públicos do município. Os alemães, controlando o comércio e as pequenas indústrias durante o decênio farroupilha, cresceram e absorveram a pequena população nativa, conquistando um predomínio natural no meio em que atuaram.

É também por Lei Provincial de abril de 1876 que a Vila de Santa Maria da Boca do Monte é elevada à Cidade de Santa Maria (BELTRÃO, 1958; BELÉM, 2000).

Em 1877 passa a receber influências italianas, através de imigrantes que vieram designados a implantar a estrada de ferro, enquanto outros desempenharam atividades de marcenaria, carpintaria, bem como nas áreas da construção e do comércio (FOLETTTO, 2008). Estes se instalaram em uma área rural, situada a nordeste do centro urbano de Santa Maria, denominada Colônia de Silveira Martins, e designada *Cittá Nuova* pelos imigrantes. Os colonos italianos se dedicaram à produção agrícola, ainda que fossem inúmeras as dificuldades dos primeiros anos (BELTRÃO, 1958; FLORES, 2010).

A presença italiana no centro do Rio Grande do Sul representa uma retomada da reação católica, uma vez que a maioria desses imigrantes praticava os ensinamentos romanos e promoviam a difusão dos ideais cristãos católicos, repercutindo significativamente na sociedade santa-mariense (FLORES, 2010).

Ainda de acordo com as descrições de Flores (2010), a fim de impulsionar o progresso da cidade, as autoridades santa-marienses negociaram junto ao governo federal a vinda de mais imigrantes para se estabelecerem na cidade. Vieram então sírios, libaneses e judeus.

A necessidade de melhorar a comunicação do Rio Grande do Sul, em prol do desenvolvimento, obrigou que acontecesse a ligação entre diversas localidades do atual estado. Santa Maria da Boca do Monte, termo oriundo dos Tapes (Caá-yura = Boca do Mato) e traduzido pelos castelhanos como até hoje é chamada, passou a centralizar o tráfego de trens devido à sua posição geográfica, resultando em um desenvolvimento significativo de 1885 a 1905, provocando impacto na economia do local, e transformando-se em centro de convergência e distribuição (BELÉM, 2000).

Uma rede de hotelaria foi construída ao redor da estação, e o século XX apresentou bairros, prédios e residências confortáveis, bem como o Theatro Treze de Maio, construção mais imponente da época. A praça ganhou traçados trabalhados e mobiliários urbanos. No seu entorno surgiram o edifício da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, o Banco Nacional do Comércio, o Clube Caixeiral e o Banco Pelotense. A Rua do Acampamento virou travessia urbanizada e por volta de 1914 já era visto o Palacete do Dr. Astrogildo de Azevedo (Figura 06), o Banco da Província do Rio Grande do Sul e um chalé do Colégio Centenário. Na Avenida Rio

Branco surgiram a Catedral do Mediador (Figura 07), a Catedral Diocesana (Figura 08), a Igreja Matriz e o comércio local (FOLETTTO, 2008).



Figura 06 - Rua do Acampamento em foto de 1920 – destaque para o Palacete do Dr. Astrogildo de Azevedo.

Fonte: MORALES (2008, p. 13).

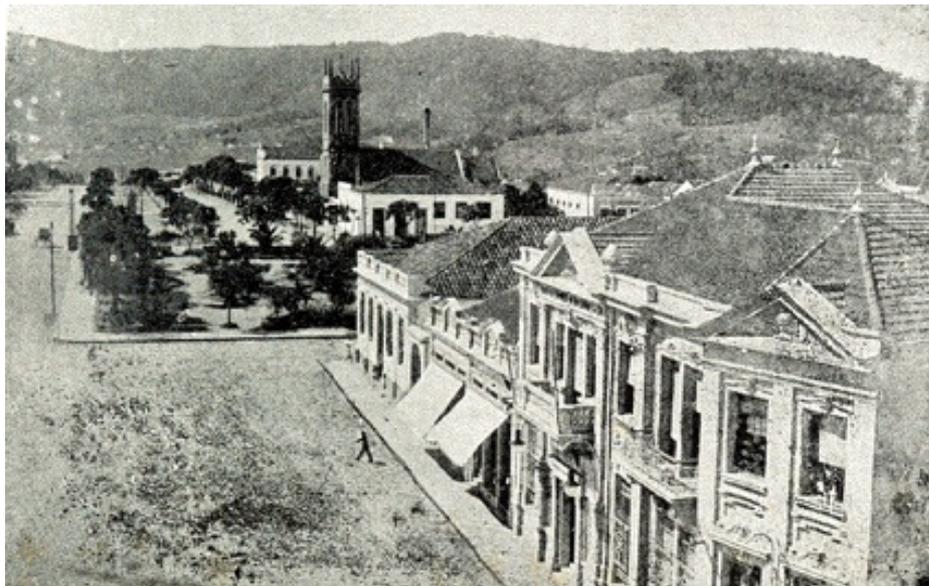


Figura 07 - Avenida Rio Branco em foto de 1914.

Fonte: BELTRÃO (1958).

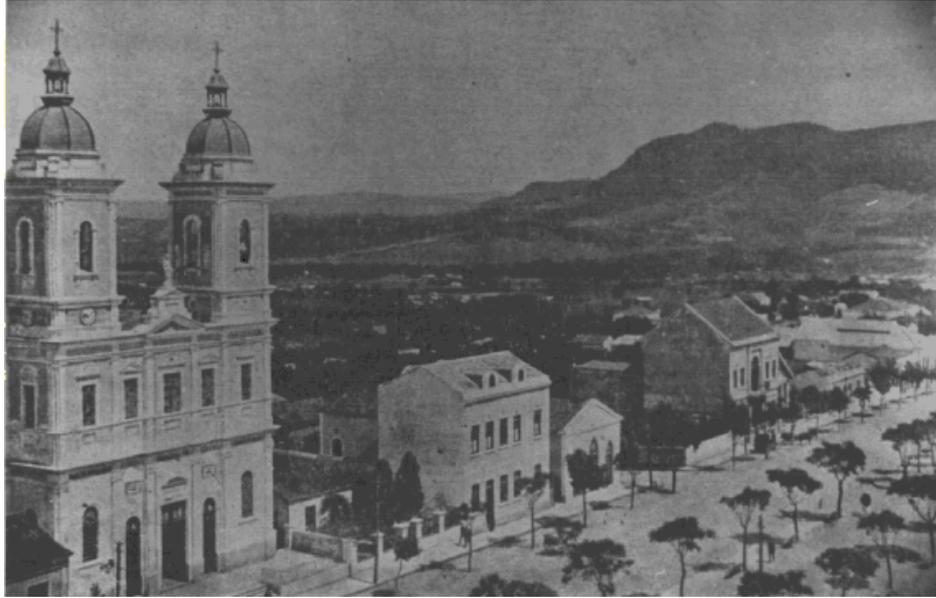


Figura 08 – Avenida Rio Branco em foto de 1914.
Fonte: PEREZ; PRASS; MORAES (1999, p.56).

A cidade, que crescia em direção leste e acompanhava o traçado da via férrea, também se estendia ao sul. A Rua do Comércio (Figura 09), atual Dr. Bozzano, antes com prédios residenciais e comerciais, apresenta mais ao centro, inúmeros sobrados comerciais, que não mais existem, e que trouxeram consigo as concepções do Eclétismo (FOLETTTO, 2008).



Figura 09 - Rua do Comércio em foto de 1914.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Até o início do século XX, Santa Maria apresentava bastante influência eclética. No mesmo momento, o *Art Nouveau*, racionalista e geométrico, era praticado por alguns arquitetos europeus. Essa arquitetura, oriunda da expansão industrial e do aparecimento do burguês como classe na sociedade aparece em Santa Maria pelo anseio em demonstrar requinte e refinamento e passa a predominar nas construções (FOLETTTO, 2008).

A cidade, nos trinta primeiros anos apresentando influência barroca, neoclássica e *Art Nouveau*, todas ligadas ao Ecletismo, passa, com o tempo, a dar lugar ao *Art Déco*, que aproveitou os processos e técnicas desses, contudo tornando as formas mais geométricas e simétricas que antes (FOLETTTO, 2008).

2.5 Arquitetura *Art Déco* e sua aplicação em Santa Maria

Em Santa Maria, o *Art Déco* foi um estilo arquitetônico bastante empregado entre as décadas de 1930 e 1960. Trouxe consigo sofisticação e originalidade, juntamente com a decoração de culturas primitivas. Trabalhava com formas geométricas simples, por vezes com cores vibrantes ou sentido étnico e linhas simples e precisas. As curvas, principalmente círculos, aparecem também de forma simétrica. A busca pela funcionalidade dos materiais se torna anseio (FOLETTTO, 2008).

Em 26 de outubro de 1913 foi fundada a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer), que tinha por objetivo assegurar amparo aos seus funcionários e definiu a construção de diversos prédios que abrigariam armazéns, açougue, farmácia, fábricas, hospital, clubes e escolas, contribuindo ainda mais para o desenvolvimento da cidade. A cooperativa chegou a ter 23 mil associados e 1,5 mil funcionários nas principais cidades do Estado. A administração era feita em Santa Maria onde, ainda hoje, estão guardados muitos documentos da época. Teve sua sede inaugurada em 1º de março de 1932 (Figura 10). Vani Foletto (Jornal Diário de Santa Maria, nº 3121, 2012) descreve que: “o estilo do prédio é *Art Déco*, mas o letreiro com linhas retas dá ao local ideia de modernidade”.



Figura 10 - Sede da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer), na Rua Manoel Ribas; Vila Belga.

Fonte: Museu Ferroviário de Santa Maria (2009).

Outras entidades de lazer foram criadas como a Sociedade Recreativa Ferroviária 21 de Abril (Figura 11), localizado no bairro Itararé. Serviu como ambiente de representatividade para operários conhecidos por “graxeiros” e também evidencia o estilo *Art Déco* (Jornal Diário de Santa Maria, nº 3121, 2012).



Figura 11 - Clube 21 de Abril - Prédio em estilo Art Déco, inaugurado em 1927.
Fonte: Foto de João Vilnei, disponível no site da Prefeitura de Santa Maria (2012).

Este estilo era sinônimo de prosperidade e progresso para a cidade e, traduziu-se em exemplares significativos, como é o caso do edifício da Casa de Saúde (1930, Figura 12) e do Edifício Brilman (1939, Figura 13) (FOLETTTO, 2008).



Figura 12 - Edifício principal da Casa de Saúde.
Fonte: Jornal a Razão de 24/01/2013.



Figura 13 - Edifício Brilman, atual Dom Rafael Executivo Hotel.
Fonte: PACHECO, 2011, p. 49.

Nesta época o incremento comercial impulsionou a expansão do perímetro urbano. Para adequar a cidade a essa nova realidade, foi necessária uma remodelação urbana, bem como o investimento do poder público nos serviços básicos para uma população crescente. Sinônimo do desenvolvimento, o estilo se fundamentava na industrialização e na produção de materiais de construção em escala industrial (FOLETTTO, 2008).

A exemplo tem-se o Edifício Cauduro, onde estava localizado o Hotel Jantzen, na esquina da avenida Rio Branco com a rua Venâncio Aires, onde se hospedaram personagens ilustres, como o Presidente da República, Getúlio Vargas, e os cantores, Rita Lee e Roberto Carlos (Figura 14). O prédio foi o primeiro da cidade a ter tantos pavimentos e o segundo com elevador (o primeiro foi a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes - SUCV). A obra inovadora que virou um atrativo e fazia com que as pessoas viessem do interior para conhecer a novidade, hoje encontra-se desativada desde a década de 1990, com lojas apenas no térreo (Jornal Diário de Santa Maria, nº 3121, 2012).

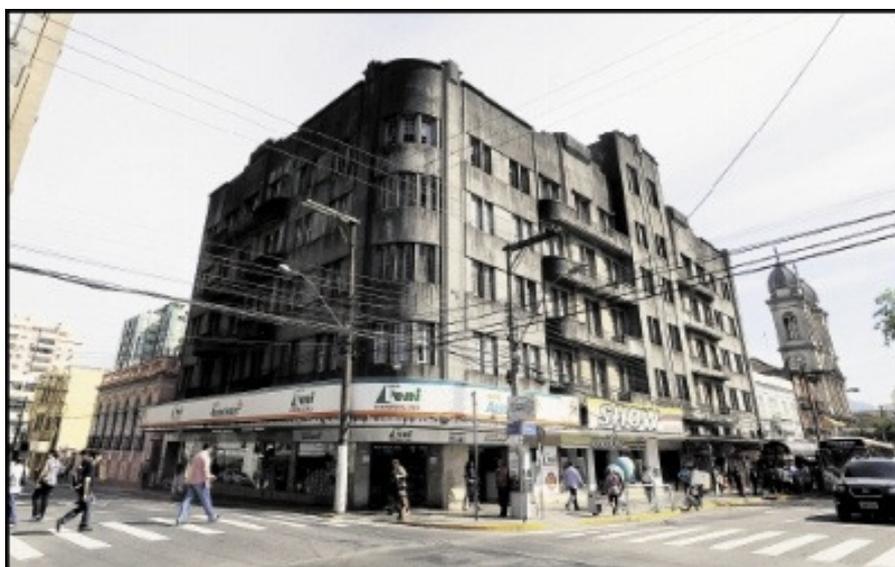


Figura 14 - Edifício Cauduro, onde funcionou o Hotel Jantzen; foi construído no final dos anos 1930.
Fonte: Jornal Diário de Santa Maria de 21/04/2012 | N° 3121.

Nos itens decorativos, a utilização da cultura marajoara foi escolhida no contexto brasileiro e aparecem nos frisos, elementos decorativos e platibandas. Um

item também muito utilizado era o pó de pedra no revestimento das fachadas (FOLETTTO, 2008).

Outro ponto importante é que com o Art Déco passam a existir prédios de uso exclusivamente comercial, substituindo os velhos sobrados que se destinavam à função de moradia e comércio (FOLETTTO, 2008).

A arquitetura Art Déco, após ser difundida na Exposição Comemorativa do Centenário da Revolução Farroupilha, em Porto Alegre, fez com que Santa Maria também quisesse mostrar o seu nível de progresso e desenvolvimento, e com o propósito de reproduzir, em escala local, em 10 de novembro 1938, criou o mesmo aparato da Exposição Estadual. Desse modo, o projeto de urbanização do local da exposição, junto ao antigo Jóquei Clube de Santa Maria, foi solicitado ao arquiteto Christiano de La Paix Gilbert, o qual também executou e fiscalizou a construção dos pavilhões da Exposição de 35. O engenheiro Eduardo Martins Gonçalves Neto foi designado Comissário Geral da mostra, a qual se deu em quatorze pavilhões de madeira em estilo moderno⁷, distribuídos em 15 hectares e recebendo em seu primeiro dia a visita de vinte mil pessoas (SCHLEE, 2002).

De acordo com Foletto (2008), na década de 40 a arquitetura moderna se instaurou de vez e passou a ser explorada aliando-se as novas técnicas construtivas. Em Santa Maria, é possível encontrarmos inúmeras construções e monumentos com sintonia *Art Déco*. Residências e prédios públicos de grandes proporções foram construídos nesse período. As residências apresentavam dois pisos e os edifícios possuíam três ou quatro andares, situados, especialmente, na Avenida Rio Branco, principal via de acesso entre a estação ferroviária e o centro da cidade. Também na periferia muitas construções revelavam sintonia com a proposição *Art Déco*.

A Avenida Rio Branco, ganhou diversas residências de dois pavimentos, e ainda as residências mais modestas, que se erguiam nos bairros em ascensão, demonstravam sintonia com a nova concepção apresentando frisos retos, sacadas arredondadas, mica (cirocreto ou cirex) como revestimentos das fachadas, o emprego do ladrilho hidráulico e as janelas de venezianas de madeira, assim como floreiras para ajardinamento em áreas cobertas frontais. Algumas, mais ao centro da cidade, tinham recuo em relação à calçada e ajardinamento frontal, platibanda,

⁷ O estilo *Art Déco* é entendido desta forma pela época e instruído pelo autor.

janelas basculantes e espaços internos que conjugam conforto e luxo. Os prédios públicos, de uso exclusivo ou misto (em que o térreo destinava-se ao comércio e os demais a moradia), eram de dois a quatro pavimentos e evidenciavam parapeitos, demarcação de aspectos aerodinâmicos ou marajoaras, decorativos e colorido vibrante na cozinha, área de serviço e calçadas. Foletto (2008, p. 138) revela que essas edificações, “*seguidamente localizados em esquinas, são demarcadas pelo arredondamento do prédio, por sacadas ou por janelas*”. Alguns apresentavam vitrais coloridos com formatos geométricos.

Nos edifícios educacionais, havia ritmos nas janelas, demarcação na entrada, como na escola Cilon Rosa, e em alguns casos, brises e pisos com diversas tonalidades, como na antiga Faculdade de Medicina⁸. Já as de cunho religioso, com destaque para a Igreja Matriz de Santa Catarina, tinham geralmente uma única torre, escalonada, e vitrais coloridos. Também são exemplos o interior da cripta da Basílica da Medianeira e a Igreja Nossa Senhora do Rosário (FOLETTTO, 2008, p. 139 – 140).

2.6 Palácio da Justiça

Diversas edificações de Santa Maria, em estilo *Art Déco*, conservam a aparência da época de construção. Umas sofreram alterações, principalmente no andar térreo, devido à sua ocupação comercial. Dentre os prédios públicos, cujas principais características são a monumentalidade e suntuosidade, destaca-se como notável exemplo o Palácio da Justiça (FOLLETO, 2008).

O antigo Foro de Santa Maria, situado no centro da cidade, na Praça Saldanha Marinho (Figura 15), esquina com a Rua Ângelo Uglione (Figura 17), foi o primeiro prédio próprio da justiça de Santa Maria. O terreno foi adquirido pela desapropriação de parte da área sul da Praça Saldanha Marinho, através do prefeito Antônio Xavier da Rocha, com vistas a uma parte do terreno que serviu para a abertura da Rua Roque Calage, com saída para a Rua Astrogildo do Azevedo (Figuras 16 e 18). O prefeito doou o terreno para o governo do Estado no ano

⁸ Hoje ocupada pelos Centro de Ciências Sociais e Humanas e Ciências da Saúde da UFSM.

seguinte (1939), quando Walter Jobim era secretário de obras públicas (FOLLETO, 2008).



Figura 15 – Vista da Esquina da Edificação mostrando Placa de Identificação da Praça Saldanha Marinho.

Fonte: Claudio Vaz, clicrbs, 2013.



Figura 16 – Placa de Identificação da Rua Roque Calage, inaugurada em 1940.

Fonte: Claudio Vaz, clicrbs, 2013.



Figura 17 – Placas de Identificação das Ruas Roque Calage e Ângelo Uglione, 2013.

Fonte: a autora, 2013.



Figura 18 – Casa de Cultura vista da esquina entre a Praça Saldanha Marinho e Rua Roque Calage, 2013.

Fonte: a autora, 2013.

Em 1944, a inauguração oficial do edifício, que iniciou sua construção em 1942 (Figura 19), contou com a presença do Interventor Federal, Coronel Ernesto Dorneles e vários Secretários de Estado. A solenidade aconteceu no Salão do tribunal do Júri, com a presença do já prefeito Miguel Meireles (FOLLETO, 2008).



Figura 19 - Prédio do Foro em construção vista da Praça Saldanha Marinho – década de 1940.
Fonte: Acervo de Marco Aurélio Biermann Pinto.

No período da inauguração possuía, no pavimento térreo o Gabinete do Juiz de Direito, Ante Sala e Sala das Audiências; Gabinete do Juiz Municipal e Sala das Audiências; Sala de Casamentos, Gabinete do Promotor Público da Comarca, Portaria, Centro Telefônico, Sala dos Oficiais de Justiça, Salão do Tribunal do Júri, Sala dos Jurados, Sala dos Réus, Hall e Corredores. No segundo pavimento ficavam o Cartório do Júri e Execuções Criminais, Cartório da Provedoria e Casamentos, Segundo Cartório do Cível e Crime, Cartório dos Órfãos e Ausentes, Primeiro Cartório do Civil e Crime, Cartório do Registro Civil, Cartório do Distribuidor, Cartório do Avaliador Judicial e a Sala da Ordem dos Advogados. Cada cartório era composto de hall, gabinete e arquivo (Figura 20).

Segundo Cardoso (1978), a edificação era composta por dois pavimentos, um térreo e um superior, que comportava os diferentes departamentos da Justiça Estadual. Foram utilizados, como material de construção, o tijolo maciço para erguer as paredes, além de cimento e ferro e, como acabamento o reboco. As janelas internas contavam com uma balsa envidraçada. Os dois primeiros andares possuíam rebaxamento de gesso no teto e o corrimão das escadas era confeccionado de ferro. Os corredores eram largos, com piso de pedra e azulejos e louças de cerâmica, as portas internas eram em madeira e havia um pequeno vitral na escadaria (FOLLETO, 2008, p. 143).

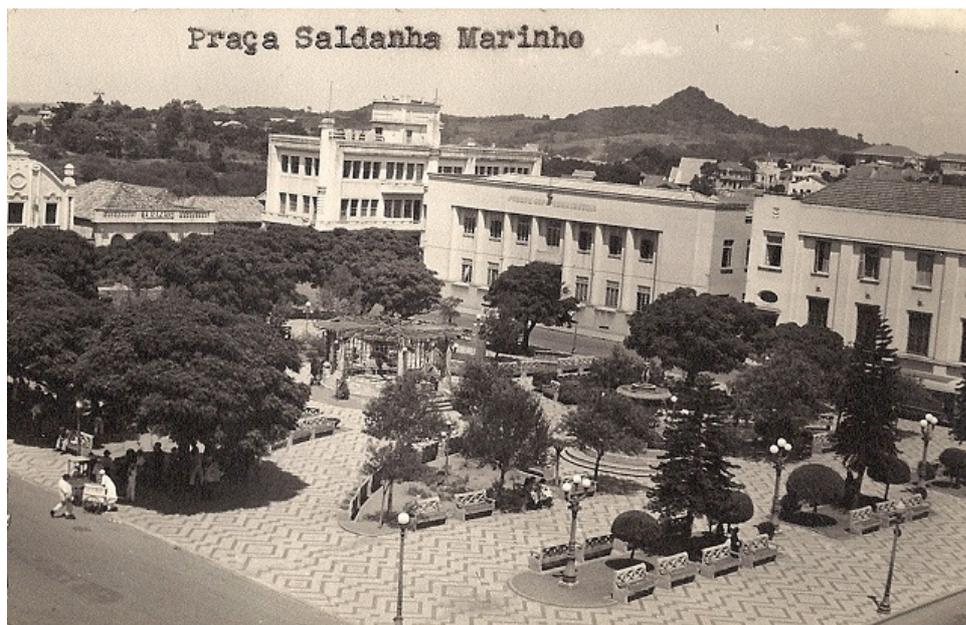


Figura 20 - Prédio do Foro concluído – década de 1940.
Fonte: Acervo de Marco Aurélio Biermann Pinto.

Porém, com poucos anos de funcionamento, percebeu-se que os serviços cresciam mais do que o esperado e o prédio já se mostrava pequeno e inadequado a atividade que abrigava. A partir de 1960 os serviços começaram a ser prejudicados pelo desajuste entre a demanda dos serviços e a incapacidade de atendê-los em função da falta de espaço físico. Então, em fins de 1976, deu-se início à reforma substancial do edifício, inclusive com acréscimo de área, que teve duração de 11 meses (FOLLETO, 2008).

Com o passar dos anos, o edifício se tornou mais uma vez indevida frente ao crescimento da cidade e, em 1992, foi desocupada e o Palácio da Justiça transferiu suas atividades para um novo prédio construído pelo foro da cidade.

A desocupação promoveu debates e mobilização pública e em 1993, através do Movimento Fórum Cultural, surgiu a ideia de se criar uma Casa de Cultura para Santa Maria, a "Cidade Cultura". Como a gestão municipal da época tinha a intenção de transformar o prédio em espaço cultural, o movimento trabalhou para conseguir este objetivo. Em 1996 foi aprovada a Lei que reverteu a posse do prédio ao município (anexo A) para tal fim e ele passou a abrigar inúmeras entidades ligadas às artes e à cultura da cidade (MEDEIROS, 2011). Na época, foram necessárias reformas no telhado e em algumas salas para melhores condições da ocupação,

abrigando cursos de arte, teatro, artesanato e música para a comunidade. O terraço do edifício, o piso, as portas e as janelas foram substituídos por novas e a cobertura, que antes era em telha de cerâmica, passou a ser de cimento amianto (FOLLETO, 2008).

A fachada, ainda com mesma configuração, bem como boa parte do prédio, recebeu algumas alterações como condicionadores de ar e divisórias. Com linhas retas e curvas usadas simultaneamente, janelas de madeira, uma pequena sacada sobre a entrada, aresta leste arredondada e a preferência pela geometrização dos adornos, a edificação é caracterizada por em elementos do estilo *Art Déco*. As colunas na fachada quebram a horizontalidade do prédio, e proporcionam um aspecto monumental e suntuoso. Na platibanda há a inscrição com letra típica do *Art Déco* “Summum jus, summa injuria” (extrema justiça, extrema injustiça), até hoje mantida (FOLLETO, 2008).

O edifício, que ainda abriga a Casa de Cultura de Santa Maria (Figuras 21 e 22), necessita de obras de conservação e adequação dos espaços as novas atividades a que se propõem. Tornou-se patrimônio do município em solenidade de assinatura do ato do Tombamento Municipal da Casa de Cultura e do termo de parceria cultural com Cida Planejamento e Lathu Sensu Assessoria de Projetos Culturais Ltda na tarde de 15 de dezembro de 2009, na Casa de Cultura de Santa Maria, contando com a presença da comunidade cultural santa-mariense.

A Casa (Figura 23) é um local de importância para a cidade por disseminar e estimular o acesso à cultura para a população da cidade. Também apoia a produção cultural santa-mariense auxiliando eventos em parceria com diversas instituições, além de disponibilizar espaços para a realização de exposições de arte.



Figura 21 - Casa de Cultura, 2011.
Fonte: Acervo pessoal de Berenice Pinto da Costa.



Figura 22 - Casa de Cultura vista da Praça Saldanha Marinho, 2011.
Fonte: Acervo pessoal de Berenice Pinto da Costa.



Figura 23 – Casa de Cultura vista da Praça Saldanha Marinho, 2013.
Fonte: Acervo pessoal da autora.

2.7 Patologias em Edifícios Históricos

As edificações históricas, devido ao tempo de existência e geralmente, por falta de manutenção ou conservação preventiva adequada, estão sujeitas a apresentarem um número mais significativo de degradação.

Assim, este item do capítulo visa abranger os assuntos que tangem a preservação do bem edificado a cerca das manifestações patológicas na construção civil e fatores e mecanismos de degradação nas edificações.

2.7.1 Manifestações Patológicas

A forte incidência dos problemas patológicos acontece em edificações ao redor do mundo. Esses problemas apresentados pelos edifícios são chamados de patologia. De acordo com Helene (1992, p.19), "Patologia pode ser entendida como a parte da Engenharia que estuda os sintomas, os mecanismos, as causas e as origens dos defeitos das construções civis, ou seja, é o estudo das partes que compõem o diagnóstico do problema".

Para Verçoza (1991), a Patologia das edificações inclui o estudo e identificação das causas dos defeitos (diagnóstico) e sua correção (terapia). Segundo ele o conhecimento da Patologia das Edificações é indispensável, em maior ou menor grau, para todos os trabalhadores da construção, pois, quando se conhece os defeitos que uma construção possa vir a apresentar, bem como suas causas é menos provável que se cometam erros.

No âmbito do patrimônio edificado, para Tinoco (2009, p. 04) o termo corresponde "às investigações para o conhecimento das alterações estruturais e funcionais, produzidas por ações endógenas ou exógenas, nos materiais, nas técnicas, nos sistemas e nos componentes construtivos". Utiliza-se também a palavra patogenia para a conservação dos edifícios, a qual se refere à maneira como os agentes naturais e artificiais danificam os materiais, as técnicas, os sistemas e componentes construtivos que originam ou aceleram as degradações.

2.7.2 Fatores e Mecanismos de Degradação

Para que se entendam os fatores que geram a degradação se faz necessário o conhecimento de conceitos aliados a patologia: durabilidade, manutenção (que se subdivide em conservação e preservação) e vida útil.

2.7.2.1 Durabilidade

Segundo Poggiali (2009, p.10), “A durabilidade das estruturas pode ser entendida como sendo a vida útil para qual a estrutura foi projetada, sem alterar sua forma original, sua qualidade e capacidade quando exposta ao meio ambiente.”

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1994, p.2) reconhece durabilidade como a “capacidade de um item desempenhar uma função requerida sob dadas condições de uso e manutenção, até que um estado limite seja alcançado”.

As estruturas devem ser projetadas, construídas e operadas de tal forma que, sob as condições ambientais esperadas, mantenham sua segurança, funcionalidade e aparência aceitável durante um período de tempo, sem requerer altos custos imprevistos para manutenção e reparo (SOUZA e RIPPER, 1998). Assim, a durabilidade se extingue “quando deixa de cumprir as funções que lhe forem atribuídas, quer seja pela degradação que o conduz a um estado insatisfatório de desempenho, quer seja por obsolescência funcional” (NBR 15575-1/2008).

Assim, John (1987) salienta quatro aspectos diante dos quais se torna possível traçar o perfil de durabilidade da edificação: os materiais, a qualidade do projeto, as condições de uso e a frequência de manutenção.

2.7.2.2 Manutenção

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 5674, 1999, p. 2) “manutenção é o conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de suas partes constituintes de atender as necessidades e segurança dos seus usuários”. A ABNT (NBR 14037, 1998) versa ainda que as edificações sejam construídas para atender aos usuários por muitos anos com condições adequadas de uso, considerando inviável, sob o ponto de vista econômico, e inaceitável, sob o ponto de vista ambiental, considerar as edificações como descartáveis.

Para Helene, (1992, p.23), “as correções serão mais duráveis, mais efetivas, mais fáceis de executar e muito mais baratas quanto mais cedo forem executadas.”

Para tal, deve-se prever a manutenção do edifício e de seus sistemas, e permitir ou favorecer as inspeções prediais, bem como as intervenções de manutenção previstas no manual de operação, uso e manutenção, com os menores custos (NBR 15575-1/2008).

2.7.2.3 Vida útil

A vida útil pode ser entendida como o período de tempo após a instalação de um material, componente ou sistema, em que as propriedades do mesmo ficam acima de valores mínimos aceitáveis (ASTM E- 632, 1998).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 5674, 1999, p.2) diz que a vida útil de uma edificação é o “intervalo de tempo ao longo do qual a edificação e suas partes constituintes atendem aos requisitos funcionais para os quais foram projetadas, obedecendo aos planos de operação, uso e manutenção previstos”.

As estruturas devem ser projetadas, construídas e operadas de tal forma que, sob as condições ambientais esperadas, mantenham sua segurança, funcionalidade e aparência aceitável durante um período de tempo, sem requerer altos custos imprevistos para manutenção e reparo (SOUZA e RIPPER, 1998).

A combinação de durabilidade e vida útil é aplicada no gráfico abaixo (Figura 24) elaborado por Lersch (2003).

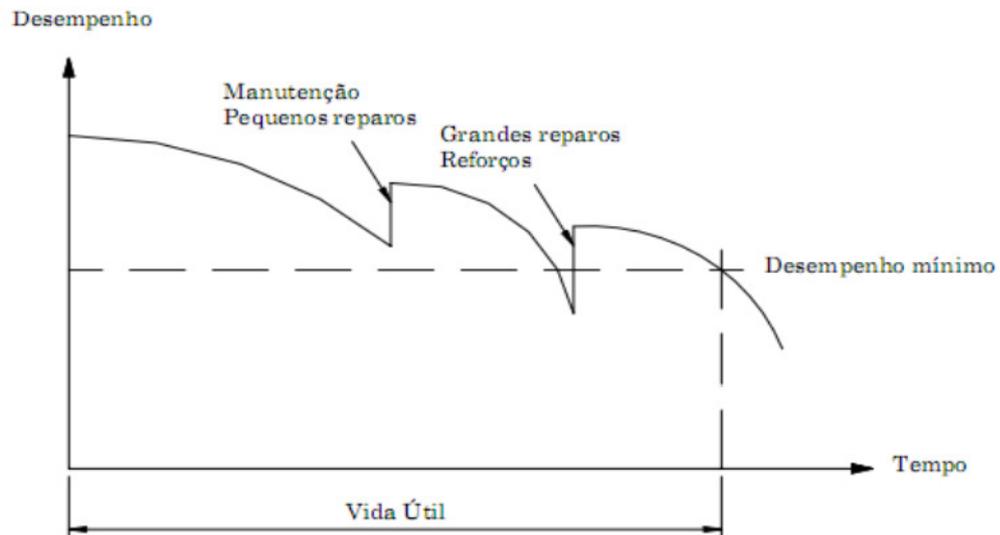


Figura 24 - Gráfico com fases do desempenho de uma edificação durante sua vida útil.
Fonte: LERSCH, 2003, p.37.

A fim de demonstrar como as manutenções atuam no prolongamento do tempo de vida de uma edificação, Lersch (2003) também desenvolveu o gráfico abaixo (Figura 25).

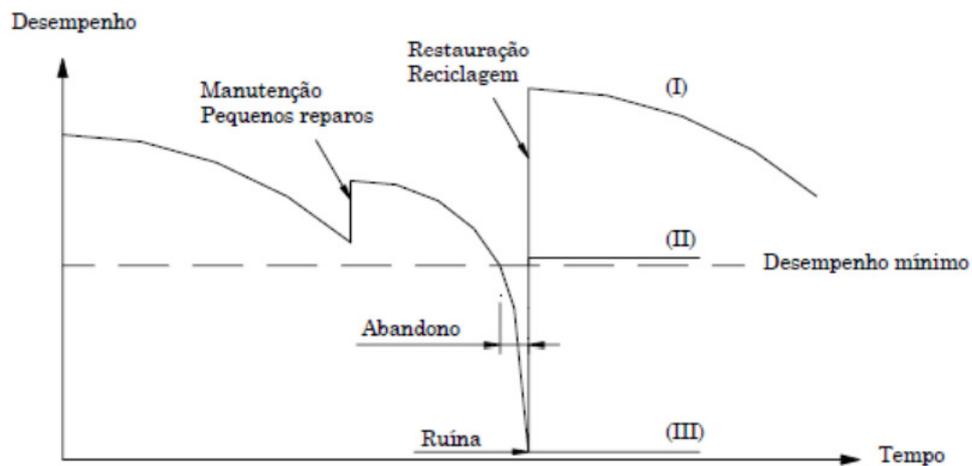


Figura 25 - Gráfico com fases do desempenho de uma edificação histórica.
Fonte: LERSCH, 2003, p.37.

Segundo Lersch (2003) após o período de manutenção e de execução de pequenos reparos a edificação pode sofrer ainda um período de abandono, causado por diferentes motivos, como a perda do desempenho mínimo, chegando, na pior das hipóteses, ao estado de ruína. A partir de então, as ações de restauração podem devolver à edificação condições de uso e desempenho, chegando até a um desempenho maior do que o inicial.

2.7.3 Agentes de Degradação

Na busca de uma sistematização os agentes de degradação sofreram diversas classificações. A classificação proposta por Fitch (1981) separa os agentes de degradação em químicos, físicos e biológicos. Essa classificação, segundo Queruz (2007), não envolve as sequências dos fatores referidos ou as diversas combinações entre eles.

Outra classificação, proposta por Feilden (2003, p. 90), separa as causas em climáticas, biológicas e botânicas, desastres naturais, causas internas à edificação e causas geradas pelo homem. O autor divide as degradações conforme a origem dos agentes degradantes, assim, os resultados obtidos desse tipo de análise são exatamente os fatores de degradação que agem sobre o edifício.

Já Lersch (2003) faz a separação em agentes ambientais ou climáticos, agentes biológicos, fenômenos da natureza e uso e ação do homem. A autora faz a diferenciação entre agentes ambientais ou climáticos e os fenômenos da natureza, sendo os primeiros, aqueles que ocorrem normalmente, indissociáveis da edificação, e os segundos aqueles que ocorrem eventualmente, considerados mais danosos que os originados pelos primeiros (Figura 26).

Principais agentes e mecanismos de degradação	Ambientais e Climáticos	Radiação solar		
		Temperatura	Variação da temperatura	
		Água	Umidade	De infiltração
				Ascensional
				Por condensação
				De obra
			Acidental	
		Contaminação ambiental		
		Ação gelo-degelo		
		Corrosão		
	Vento			
	Chuva			
	Constituintes do ar			
	Biológicos	Microorganismos	Fungos	
			Algas	
			Bactérias	
		Vegetação	Microflora	
			Pequeno porte	
			Médio porte	
		Insetos	Grande porte	
			Cupins	
		Animais de pequeno porte	Formigas	
			Roedores	
	Morcegos			
	Aves			
	Fenômenos da natureza	Inundações		
Ventos excepcionais				
Raios				
Uso e ação do homem	Falta de conservação preventiva			
	Intervenções indevidas	Substituição de materiais		
		Sobrecarga estrutural		
	Desenvolvimento urbano	Obras irregulares		
		Alterações no entorno		
		Poluição ambiental		
		Pavimentação impermeabilizada		
		Tráfego intensificado		
	Vandalismo	Roubos		
		Pichações		
		Deturpações		
		Invasões		
Negligência	Incêndio			
	Acidentes			
	Abandono total			

Figura 26 - Quadro dos principais agentes de deterioração elaborada por Lersch.

Fonte: LERSCH, 2003, p.62-89.

Por fim, Queruz (2007) faz uma divisão em três principais agentes e mecanismos de degradação: agentes ambientais ou climáticos, agentes biológicos e fenômenos excepcionais da natureza. Assim, o autor, equiparando aos demais autores citados, sintetiza os agentes respeitando de forma criteriosa sua natureza.

Devido a isto e a classificação (Figura 27) ser mais objetiva, se adaptando a este estudo, será a classificação descrita nos próximos itens.

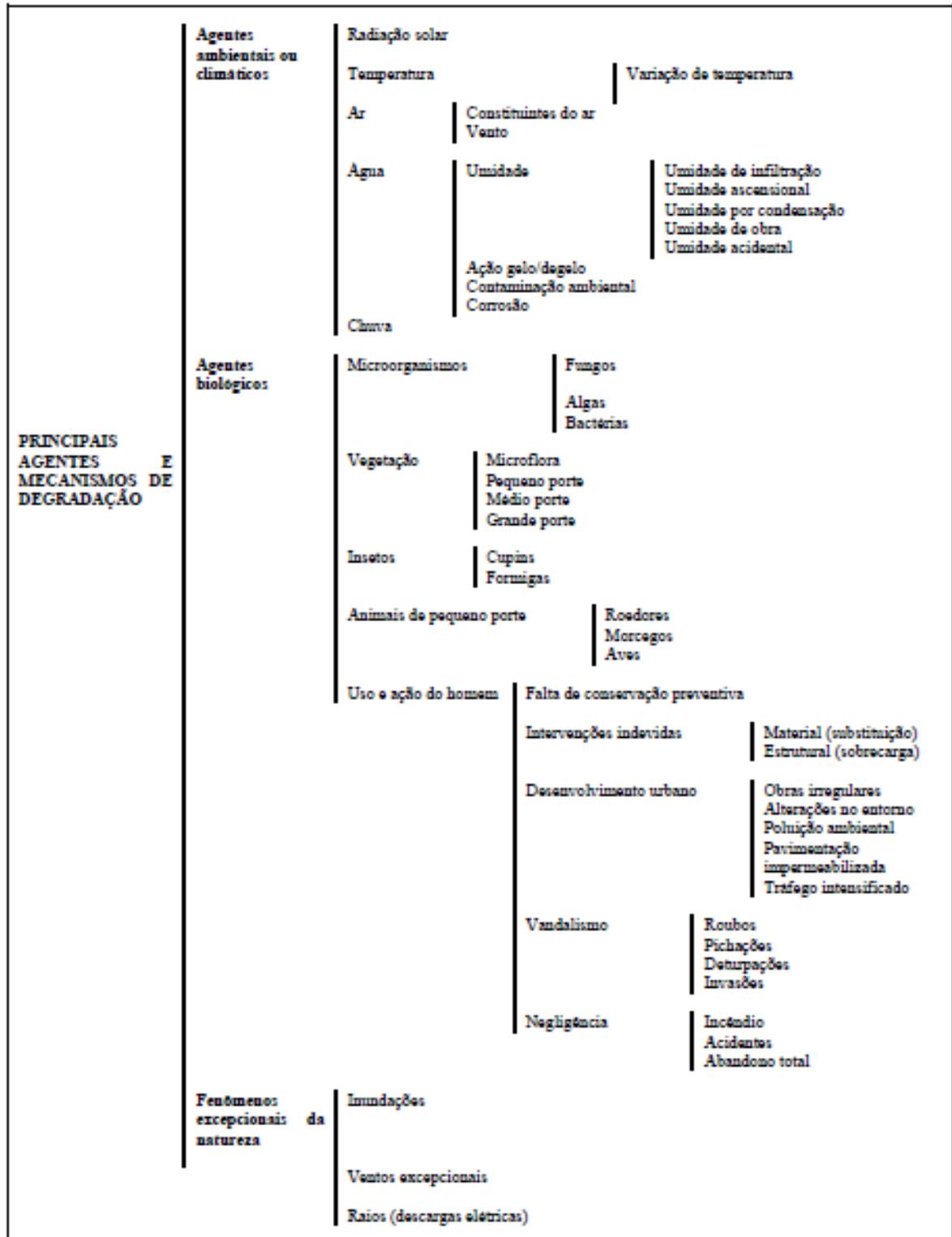


Figura 27 - Quadro resultante dos principais agentes de deterioração, sugerido por Queruz.
Fonte: QUERUZ, 2007, p. 61.

2.7.3.1 Agentes ambientais ou climáticos

Os agentes ambientais ou climáticos “compreende o conjunto de ações derivadas de comportamentos do ambiente em que a edificação está situada, assim como do clima e microclima que caracterizam o local” (QUERUZ, 2007, p. 78).

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2005) há a importância dos tipos de clima sobre a tendência à deterioração dos materiais construtivos, considerando que climas quentes e úmidos são os que mais prejudicam a conservação do edifício. Isso ocorre porque há maior presença da água no material, o que acelera o processo de deterioração, além da combinação de altas taxas de umidade relativa do ar estimularem o crescimento de microrganismos e atividades de insetos.

Os itens a seguir irão descrever os principais fatores das variáveis que exercem influência sobre o clima e seus efeitos.

2.7.3.1.1 Radiação solar

De acordo com Feilden (2003) a radiação solar é composta por três faixas principais: os raios ultravioletas, o espectro de luz visível e os raios infravermelhos. Segundo ele esses aspectos se configuram como a principal causa das condições climáticas, principalmente os raios ultravioletas, que se caracterizam como agentes destrutivos, particularmente para materiais orgânicos.

Pode-se concluir que radiação solar relaciona-se com o tempo de exposição da insolação, fazendo com que o componente que a recebe tenha maior ou menor temperatura.

2.7.3.1.2 Temperatura

Para Feilden (2003) a causa da variação de temperatura é quase que exclusivamente efeito da radiação solar. Assim, um edifício, quanto mais exposto a incidência solar, maior amplitude térmica os materiais estarão submetidos. Segundo o autor, os fatores que influenciam no surgimento de tensões nos materiais ou elementos construtivos são: alteração dimensional absoluta; características de elasticidade do material; capacidade de movimentação imposta por outros materiais; e mudança de umidade.

As dilatações e contrações, ocasionadas pelas variações de temperaturas, geram tensões que podem ser responsáveis pela fissuração e por desprendimentos, ou até mesmo constituir um fator adicional para a perda da estabilidade da edificação. Lersch (2003) alerta que os materiais de construção sofrem mudanças físicas com a variação de temperatura, sendo a principal é a variação dimensional, sofrendo dilatação quando aquecidos e contração quando resfriados.

2.7.3.1.3 Ar

Constituído principalmente por oxigênio (20%) e nitrogênio (79%), Queruz (2007) explica que é através dos seus componentes que o ar origina degradações nas edificações. Contudo, outros elementos inseridos no ar (1%), e encontrados em proporções menores, possuem maior importância nas degradações. São eles: o vapor d'água, o dióxido de carbono e o ozônio, além dos gases nobres. Estes elementos possuem origens diversas, mas normalmente são oriundos da ação humana ou de catástrofes de grande escala, como queimadas e erupções vulcânicas. Assim, os constituintes do ar ameaçam à vida útil das edificações devido à reação desses com a superfície dos materiais.

Os ventos, resultantes de diferentes pressões atmosféricas em um sistema climático que ocasionam o deslocamento de ar, também geram degradações nas edificações. Seus efeitos derivam das diferenças de pressão atmosférica entre duas

regiões distintas e é influenciado por efeitos locais como as nuances do relevo e a rugosidade do solo. Podem produzir tensões que conduzam à deformação, ao deslocamento ou à ruptura, dependendo das grandes velocidades de incidência (QUERUZ, 2007).

2.7.3.1.4 Água

A água pode ser vista tanto como um agente de degradação quanto como um meio para a aparição de outros agentes e é um dos maiores causadores de patologias, seja de forma direta ou indireta (QUERUZ, 2007).

Segundo Perez (1988) apud Peres (2001), para que ocorra a penetração da água em uma edificação devem ocorrer três condições: água sobre a superfície; aberturas nas fachadas, tais como fendas, trincas ou rachaduras; forças empurrando a água por aberturas, tais como a força da gravidade e pressão do vento.

Os principais problemas que a água pode causar nas construções, direta ou indiretamente são, segundo Medeiros (1998), a variação dimensional nos componentes e elementos construtivos; proliferação de microrganismos; manchas e eflorescências; aumento na transmissão de calor; deterioração de revestimentos; corrosão de metais; condensação; e comprometimento da habitabilidade.

Correlacionado à água, a ação da umidade é um problema extremamente relevante no contexto das patologias e é a manifestação mais frequentemente observada nas edificações, além de representar 60% dos problemas dos edifícios, durante a vida útil (OLIVEIRA E AZEVEDO, 1994, apud PERES, 2001).

Abaixo, de acordo com Perez (1988) apud Peres (2001), estão as principais manifestações patológicas causadas por umidade:

- Umidade de obra – oriunda dos trabalhos de construção dos edifícios, se mantendo durante determinado período após o término da obra, diminuindo gradualmente até desaparecer;
- Umidade de absorção e capilaridade - com origem na absorção da água existente no solo pelas fundações das paredes e pavimentos, migrando para as fachadas e pisos;

- Umidade de infiltração - proveniente da água da chuva que penetra nos prédios através dos elementos constituintes de sua envoltória exterior;
- Umidade de condensação - procedente do vapor d'água que se condensa nas superfícies ou no interior dos elementos de construção;
- Umidade accidental - proveniente de vazamentos do sistema de distribuição e/ou coleta de águas da edificação.

2.7.3.2 Agentes Biológicos

Agentes biológicos são todos aqueles derivados da ação de elementos vivos sobre partes ou componentes das edificações, podendo envolver a participação de microrganismos, que podem atuar criando uma camada na superfície dos materiais, ou até de animais, como uso e ação do homem (QUERUZ, 2007).

Para Queruz (2007) os agentes biológicos que podem estar envolvidos nos processos de degradação das edificações são classificados e descritos como:

- Microrganismos: incluem fungos, algas, bactérias e cianobactérias.
- Vegetação: divididas conforme o porte em pequenas (como musgos, herbáceas e arbustivas), médias e grandes, tendo como principal dano relacionado o aumento de umidade.
- Insetos: comumente se encontram cupins, carunchos e formigas e atacam principalmente a madeira.
- Animais de pequeno porte: incluem aves, como pombos e pequenos pássaros, morcegos, gambás e roedores. Dentre os danos relacionados estão elementos atingidos pela ação dos bicos e pés de aves, peças roídas por ratos, ou ainda a deposição de excrementos.
- Uso e ação do homem: incluem falta de manutenção preventiva, vandalismo, negligência, ações ou usos inapropriados.

2.7.3.4 Fenômenos excepcionais da natureza

Segundo Feilden (2003), os fenômenos excepcionais da natureza são atividades de ordem climática e geomorfológica, consideradas extraordinárias, tais como: furacões, ciclones, maremotos, terremotos, inundações, erupções vulcânicas, deslizamentos de terra, descargas elétricas, entre outros.

Queruz (2007), analisando o sítio em estudo e o histórico da cidade de Santa Maria, atentou para os seguintes fenômenos:

- Inundações: bastante relacionado aos altos índices de impermeabilização dos solos e com a falta de utilização das águas de origem pluvial (políticas de reutilização das águas)
- Ventos de grande intensidade: caracterizam grandes tempestades, vendavais e ciclones extratropicais, geralmente acompanhados de fortes chuvas, e podem produzir grandes danos como destelhamentos, quebra de vidraças, queda de fiações e mesmo tombamento de elementos lindeiros sobre as edificações, como postes e árvores. (ver item 2.7.3.1.3)
- Descargas elétricas: podem ocorrer quando existe uma grande diferença de potencial entre a terra e a atmosfera, e estão relacionadas a danos com transmissão da energia até o solo ou o inverso, incluindo possíveis sobrecargas em sistemas elétricos e lógicos, e quebra de elementos pelos quais a descarga passa, como trabalhos em massa de alvenarias e estatuárias.

2.8 Mapeamento de Danos e suas representações

Objetivando estudar um sistema de anotação, organização e representação das alterações e patologias que costumam ocorrer em edifícios antigos fez-se necessária a abordagem acerca do mapa de danos.

O mapeamento de danos “refere-se aos processos de investigações, levantamentos e produção dos dados para a elaboração do Mapa de Danos”

(TINOCO, 2009, p.04). Este pode ser entendido como um documento gráfico-fotográfico da síntese do reconhecimento do estado de conservação de um edifício. Sua elaboração consiste no registro das patologias e alterações presentes no bem material por meio de símbolos gráficos com os quais se representam as diversas categorias e níveis de degradação nele identificados. Para tal, faz-se uso em plantas e elevações com os danos e alterações presentes ilustradas pela sobreposição de elementos gráficos, tais como hachuras, cores e símbolos (TINOCO, 2009).

A importância do Levantamento no formato de Mapa de Danos consiste no registro de patologias com “toda a investigação de como se manifesta o dano com todas as suas características e possibilidades de reparo ou previsão da evolução desse dano” (CARRIÓ, 1990, p.7, apud COSTA, 2010, p. 1). Esse levantamento tem por finalidade assegurar o conhecimento das degradações construtivas das edificações, para dar suporte às intervenções de conservação e restauro, ao levantamento de custos, às visitas e inspeções e aos serviços de manutenção.

Tinoco (2009) alerta sobre a importância do tipo de investigação para se saber o estado de conservação de uma edificação, podendo ser feita através de três métodos, representados abaixo (Figura 28).

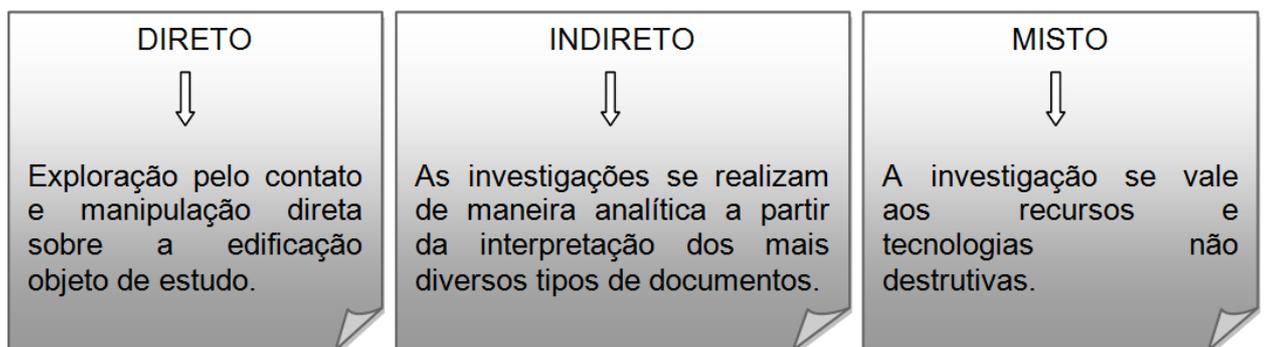


Figura 28 - Métodos para investigação sobre o estado de conservação de uma edificação.
Fonte: a autora, 2013.

No método direto, a exploração através de contato direto utiliza-se de ações destrutivas, mais ou menos intensas, o que pressupõe algumas perdas nos elementos construtivos, devendo ser utilizado com grande cautela. Já o método indireto, mais utilizado, faz uso da análise de documentos escritos, gráficos, iconográficos, testemunhos orais, empregos de tecnologias e instrumentos especiais, o que pressupõe a manutenção da integridade do bem material. Por fim,

o uso do método misto somente se aplicam ações exploratórias invasivas quando pertinentes (TINOCO, 2009).

Ainda de acordo com Tinoco (2009) o estudo das investigações sobre o estado de conservação de uma edificação devem considerar três etapas: levantamento das informações, quando ocorre a vistoria no local, levantamento de dados históricos e ensaios e estudos laboratoriais complementares; análise dos danos, valendo-se de hipóteses efetivas para esclarecer as origens, causas, natureza, mecanismos e agentes de ocorrências; e definição da conduta, que geram propostas para resolução dos problemas.

Assim, Tinoco (2009) conclui que conforme se iniciam as investigações na edificação, simultaneamente começa a elaboração do mapa de danos, demonstrando que as etapas descritas acima são indissociáveis a produção final do documento gráfico-fotográfico.

A composição do Mapa de Danos é de criatividade do profissional que for confeccioná-lo, sempre levando em consideração os aspectos de representação através de imagens, legibilidade e acessibilidade. Para Costa (2010), as partes integrantes e orientadoras para a confecção de um mapa de danos são: mapa base (representação gráfica que serve de suporte), título (texto que determina o local representado no mapa), região danificada (local onde ocorrem manifestações patológicas), legenda (códigos: símbolos, texturas, cores, linhas, etc), escala (relação dimensional entre a representação de um objeto e suas dimensões reais) e codificação de danos (representação do dano através de um código gráfico aplicado no mapa base).

Uma vez que existem inúmeras formas de apresentar informações gráficas aos mapas de danos, Costa (2010) desenvolveu uma proposta de padronização intitulada base de Cronidas para Mapa de Danos, a qual foi escolhida no uso deste estudo. A exemplo tem-se o mapa abaixo, realizado por Gaklik (2012), com análise das patologias do Jardim do Museu Gama D'Eça (Figura 29).

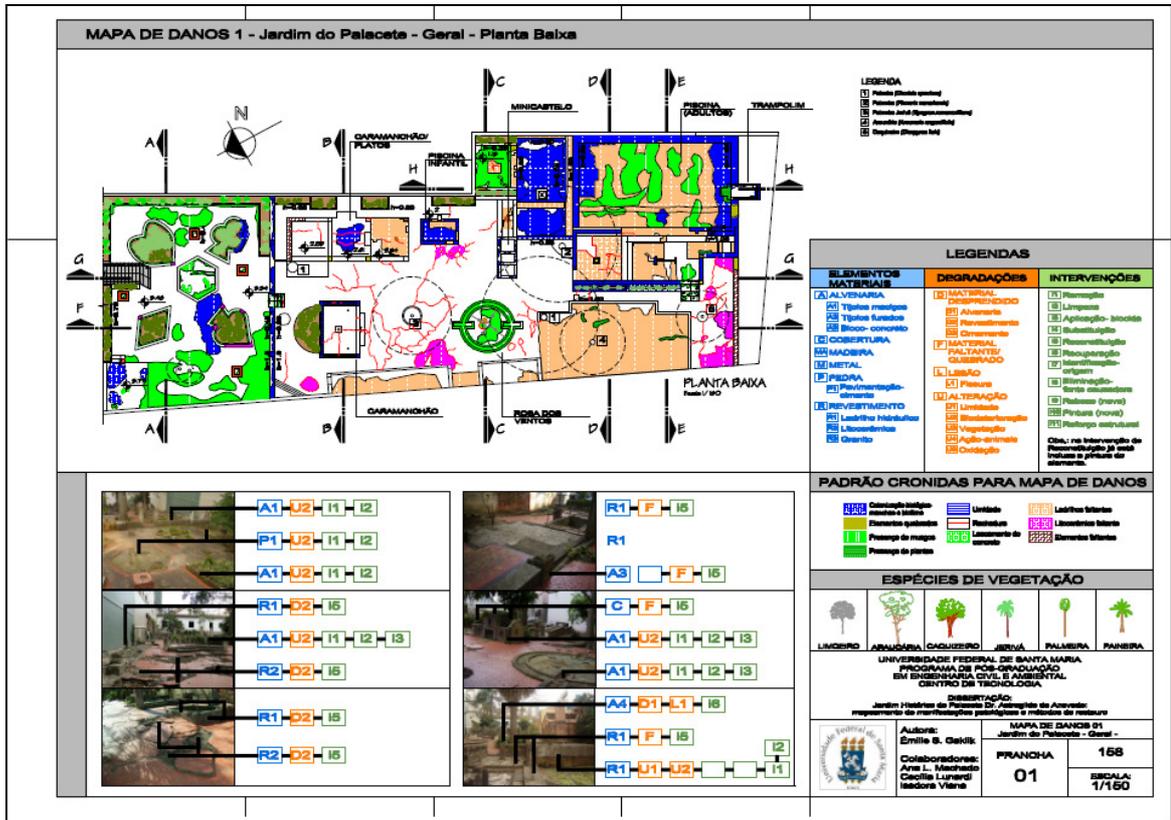


Figura 29 - Mapa de Danos – Jardim Histórico do Palacete Dr. Astrogildo de Azevedo.
 Fonte: Gaklik, 2012.

3 METODOLOGIA

A metodologia usada se baseia no Método Estudo de Caso. Este método é caracterizado por um estudo intensivo onde todos os aspectos do caso são investigados, sendo imprescindível o uso da analogia e do procedimento analítico.

A etapa de formulação e identificação do problema conduziu a escolha do tema de um Estudo de Caso único, oriundo de um interesse particular por um trabalho já iniciado no local e preocupação sobre o estado de preservação do mesmo.

Na revisão bibliográfica buscaram-se subsídios em fontes primárias e secundárias, como assuntos presentes no objeto de estudo; documentos relacionados à edificação; artigos vinculados ao assunto, como jornais e revistas; entrevistas; acervos iconográficos e pesquisa de campo.

O estudo teve início pelo entendimento da história da edificação. Após realizou-se o levantamento físico (através de medição e transcrição para o recurso gráfico Autocad (versão 2007) e fotográfico (buscando características e danos) do local, a fim de verificar seu estado de conservação atual.

Em um segundo momento, teve-se uma abordagem das manifestações patológicas nas edificações e fatores de degradação, com suas prováveis causas e danos para que fossem elaborados os mapas de danos e plano de preservação.

Abaixo tem-se o fluxograma mostrando as etapas que constituíram a organização do estudo (Figura 30).

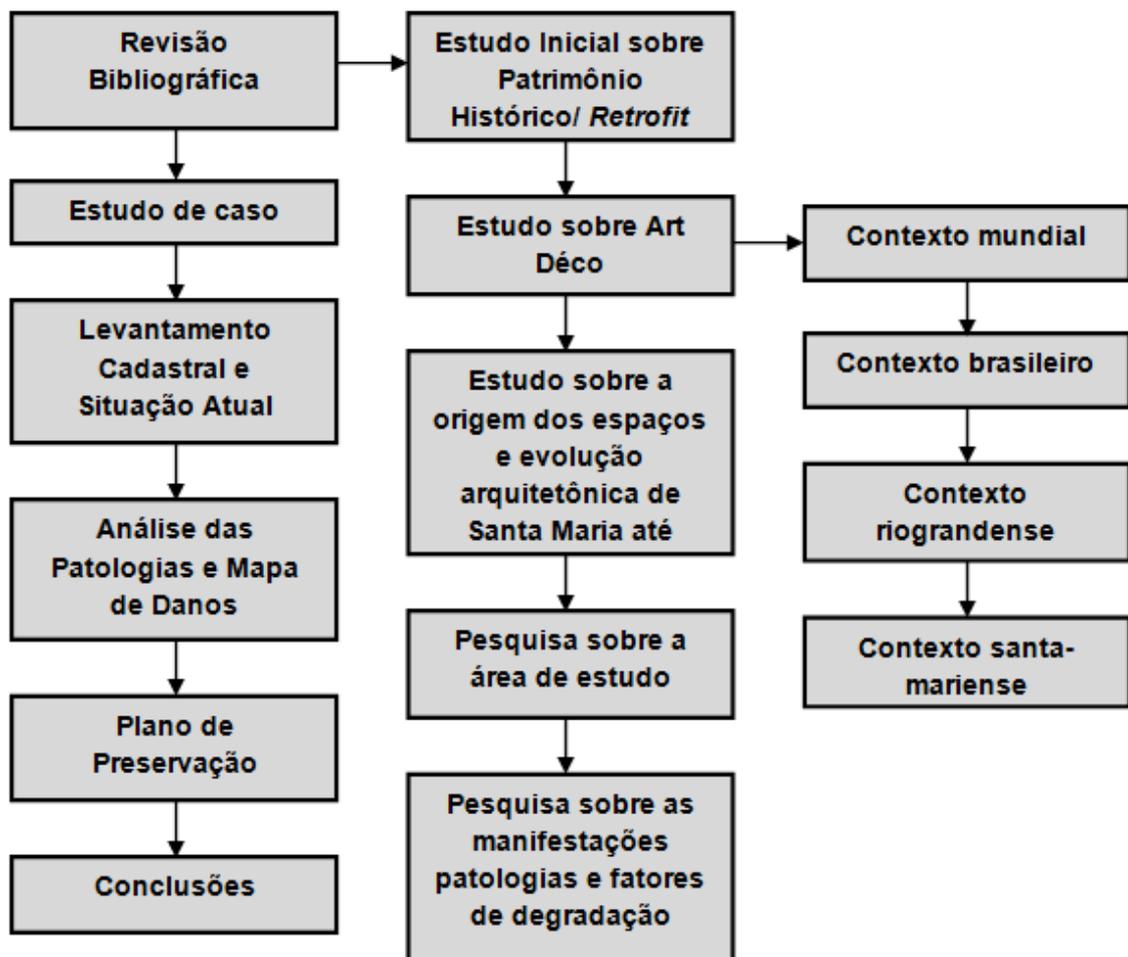


Figura 30 - Fluxograma da metodologia adotada para a pesquisa.
Fonte: a autora, 2013.

3.1 A Casa de Cultura e seus espaços: Levantamento Cadastral

Abaixo está descrito, de maneira sucinta, o trabalho realizado na fase do Levantamento Cadastral na Casa de Cultura de Santa Maria. Constaram nessa etapa:

- todas as medições (fazendo uso de fita métrica de 10 metros), levando em consideração os métodos adotados em levantamentos cadastrais, como cotas acumuladas e diagonais, incluindo medição de esquadrias, elementos de fachada e pés direito;

- revisão e correção das medidas, onde necessário, após a montagem dos primeiros desenhos;
- desenhos em AutoCad (versão 2007) das plantas baixas, fachadas e cortes da edificação;
- levantamento das patologias, através de observação ocular e análise de fotos, com elaboração de texto final;
- levantamento histórico, apresentado anteriormente;
- levantamento fotográfico com elaboração de fichas com situação atual do prédio.

As plantas baixas, cortes e fachadas produzidas no levantamento cadastral da edificação podem ser visualizadas a partir do apêndice A.

3.2 Elaboração do projeto

Na fase de elaboração do projeto desenvolvimento se estabeleceu em uma lógica de estruturação composta de duas fases.

A fase um (1), que será apresentada no capítulo 5, consiste na elaboração dos projetos arquitetônico e complementares, juntamente com o plano de sustentabilidade, tendo em vista a protocolização do projeto global de “Readequação e Restauração da Casa de Cultura de Santa Maria” junto ao Sistema Pró-cultura RS – LIC (Figura 31).

A Prefeitura Municipal repassou para a Associação de Amigos da Casa de Cultura, através do convênio, um total de R\$ 86.680,00 (oitenta e seis mil e seiscentos e oitenta reais). Tanto estes recursos como os serviços prestados pelo Escritório da Cidade serão contabilizados como contrapartida municipal na apresentação do projeto junto ao Sistema Pró-cultura RS.

PROJETOS	FONTE
Levantamento cadastral, diagnóstico participativo e sustentabilidade, projeto arquitetônico de restauração, acústica, PPCI, gestão e produção	Convênio entre a Prefeitura Municipal de Santa Maria e a Associação dos Amigos da Casa de Cultura: R\$ 86.680,00
Estrutural, hidrossanitário, elétrico, lógica e telefonia, orçamentos	Escritório da Cidade / a ser orçado conforme projeto arquitetônico
Climatização	Projeto empreendido por Bittencourt Engenharia Ltda - Blumenau
Os valores aportados pela PMSM através do convênio e dos projetos realizados pelo Escritório da Cidade, configuram-se em contra-partida obrigatória, conforme o art.15 do Decreto n. 47.618, de 02 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei n. 13.490, de 21 de julho de 2010, sobre o funcionamento e organização do PRÓ-CULTURA: "A Prefeitura Municipal proponente ou participante não poderá custear menos de 10% do valor total do projeto".	

Figura 31 - Fase 1 (um) do projeto – Resumo das fontes de financiamento.
Fonte: Lahtu Sensu – Apresentação realizada 12 de Setembro de 2012.

A fase dois (2), não apresentada nesta pesquisa, consistirá na implantação dos projetos realizados na fase um (1) e inauguração da Casa de Cultura de Santa Maria, restaurada e revitalizada, de forma que esta apresente a qualificação necessária para atender as demandas comunitárias e firme ainda mais o título de Cidade Cultura para Santa Maria.

3.3 Diagnóstico atual, Mapa de Danos e Plano de Preservação

O diagnóstico atual (materiais e problemas) foi elaborado através do levantamento fotográfico e elaboração de fichas que mostram os danos internos, que se apresentou em maior quantidade que os externos.

Para os danos encontrados nas fachadas utilizou-se a confecção dos Mapas de danos, com auxílio do programa Auto CAD e Arqui 3d (versão 2007), afim de representar e sintetizar, graficamente, o levantamento dos danos físicos identificados na área externa da Casa de Cultura. Baseado em Tinoco (2009), Pacheco (2011) e Gaklik (2012), os mapas e estudos patológicos conduziram ao conhecimento do estado de conservação da edificação. O modelo (Figura 32) se utiliza dos desenhos técnicos extraídos do padrão Cronidas para Mapa de danos, desenvolvido por Costa (2010). Através do Mapa-modelo, os dados são constituídos lógica e objetivamente para fácil compreensão do tema abordado.

Por fim, através dos mapas e todos os dados coletados, elaborou-se o Plano

de preservação para a Casa de Cultura que tem por objetivo produzir diretrizes para manutenção e futuras intervenções na casa.

Mapa de Danos - Título		LEGENDAS	
DESENHOS TÉCNICOS Padrão Cronkas para Mapa de Danos Problemas na pintura Perda de reboco Reboco novo Corrosão Vidro faltante Umidade Flocagem (grafismo) Perda de aderência Problemas na madeira	ELEMENTOS MATERIAIS A ALVENARIA A1 Telo A2 Reboco concreto A3 Reboco A4 Plântula A5 Revestimento B COBERTURA B1 Telhado de fibrocimento B2 Calha M MADEIRA M1 Aberturas M2 METÁLICO V VIDRO		DEGRADAÇÕES D1 MATERIAL DESPRENDIDO D2 Fissuras D3 Revestimento D4 Revestimento D5 Reboco L LESÃO L1 Fissura L2 Trinca L3 Grafagem A ALTERAÇÃO A1 Infiltração A2 Vandalismo A3 Umidade A4 Material exposto A5 Oclusão A6 Descolamento A7 Abertura
	Fotografias - Situação Atual MATERIAIS DEGRADAÇÕES INTERVENÇÕES		INTERVENÇÕES I1 INTERVENÇÃO I11 Remoção I12 Limpeza I13 Reconposição I14 Reconstrução I15 Adequação I16 Complementação I17 Recuperação I18 Identificação origem I19 Eliminação da fonte causadora I20 Técnico especializado I21 Substituição I22 Raspagem I23 Repetição I24 Reboco novo I25 Usar I26 Substituição da peça I27 Impermeabilização
Imagens/ Identificação (material, degradação e intervenção)		UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM PATRIMÔNIO CULTURAL MAPA DE DANOS - Título PRANÇIMA Nº ESCALA 1/125 Arquiteta Sueliana Frota  DISSERTAÇÃO DE MESTRADO CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA: Restauração e Readequação dos Espaços de um Patrimônio de Santa Maria/ RS.	

Figura 32 - Mapa-modelo desenvolvido para o Estudo de Caso.
 FONTE: autora, 2013

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O sítio e o lote

O objeto de estudo – a Casa de Cultura de Santa Maria – se localiza no Estado do Rio Grande do Sul, cidade de Santa Maria (Figura 33), na Praça Saldanha Marinho – encontro entre as ruas Ângelo Uglione e Roque Calage – no centro da cidade. O local, que deu origem à cidade, está inserido no centro histórico (Figura 34).

O imóvel pertence ao município desde 1993, pela Lei 9.976/29.10.93, publicada no Diário Oficial do Estado em 1º/1/1993. Conforme a lei, "o imóvel objeto da presente doação destinar-se-á a instalação de um Centro de Cultura, não podendo o donatário dar ao mesmo, destinação diversa, sob pena de reversão ao patrimônio do doador".

O prédio (Figura 35) totaliza 1.779,53 m² distribuídos em quatro pavimentos: 652,07 m² dispostos no pavimento térreo; 654,44 m² no segundo pavimento; 236,51 m² no pavimento intermediário e 236,51 m² no terceiro pavimento.



Figura 33 - Mapas de localização da cidade de Santa Maria no contexto Brasil.
FONTE: autora, 2013.

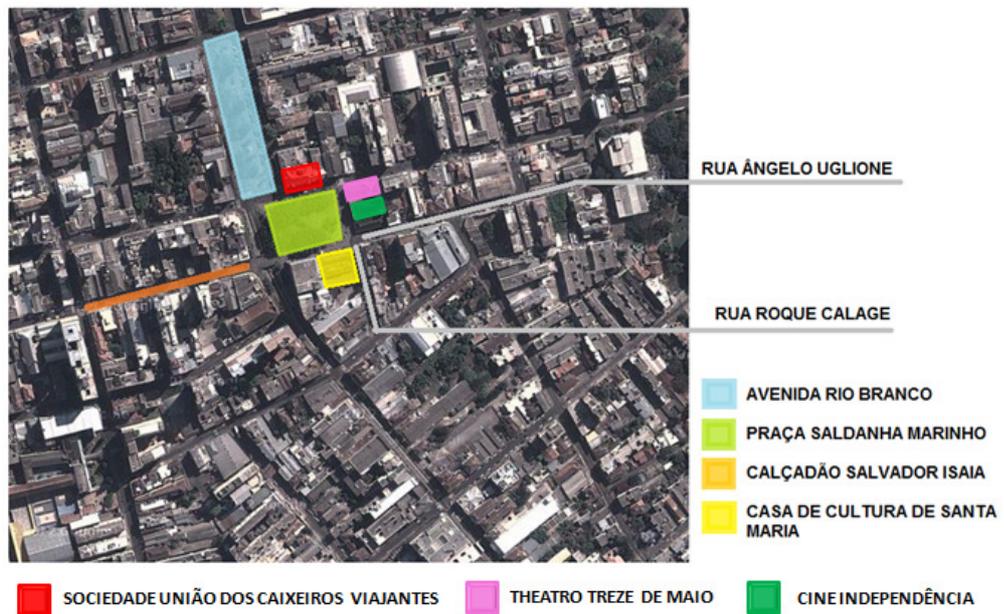


Figura 34 - Fotografia aérea do sítio e de seu entorno - centro histórico de Santa Maria- RS.
FONTE: Google Earth, adaptada pela autora, 2013.



Figura 35 - Planta de localização da edificação inserida no sítio em estudo.
 FONTE: autora, 2013.

As edificações do entorno formam uma área importante de preservação para cidade, contendo edificações significativas. A Casa convive com o edifício Cine Independência (Figura 36) que abriga hoje o Shopping Independência, um centro popular de compras, com Theatro Treze de Maio (Figura 37) e com a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (Figura 38) - SUCV (edifício de cunho eclético e desenho individual, considerado, através de Lei Municipal, em 1993, patrimônio histórico de Santa Maria), todos no entorno da Praça Saldanha Marinho.



Figura 36 - Vista da Praça Saldanha Marinho - Edifício Cine Independência.
FONTE: acervo pessoal da autora, 2011.



Figura 37 - Vista da Praça Saldanha Marinho – Theatro Treze de Maio.
FONTE: acervo pessoal da autora, 2011.



Figura 38 - Vista da Praça Saldanha Marinho - Sociedade União dos Caixeiros Viajantes (SUCV).
FONTE: acervo pessoal da autora, 2011.

4.2 Casa de Cultura e Diagnóstico Atual: Materiais e Problemas

A edificação abriga hoje a Casa de Cultura de Santa Maria e necessita de obras de conservação e adequação dos espaços para as novas atividades a que se propõe.

Aparentemente não apresenta problemas estruturais nas alvenarias e lajes em concreto, porém a estrutura de madeira do telhado se encontra comprometida devido à umidade causada por infiltrações de águas pluviais. Há vários pontos de infiltração devido ao mau dimensionamento das calhas de captação pluvial e à existência de telhas quebradas.

Os pisos de granitina se encontram em bom estado de conservação, exceto nos degraus das escadas onde já foram feitas algumas reintegrações com material de coloração diferente e em alguns lugares com outro material. O piso de mármore do acesso principal também se encontra em bom estado de conservação. O piso vinílico está completamente danificado, sem condição nenhuma de manutenção, e por ter pouca espessura sofreu muito desgaste.

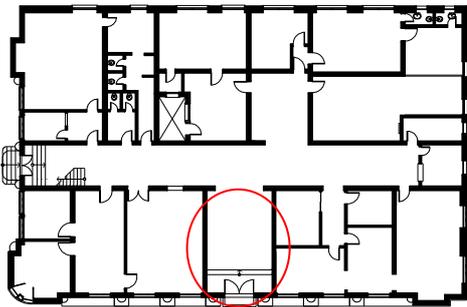
Os forros de madeira originais, em tábua corrida, ainda podem ser encontrados, porém estão escondidos por forro rebaixado, o qual está em péssimas condições de conservação, inclusive apresentando muitas lacunas.

As esquadrias externas das fachadas principais e as internas das salas voltadas para estas fachadas, possivelmente sejam as originais, já que são iguais as que aparecem nas fotos da época da inauguração.

Os rebocos apresentam desagregação principalmente no pavimento térreo, devido à umidade ascendente. A pintura, tanto das alvenarias como das esquadrias, apresenta descolamento.

As instalações elétricas e hidrossanitárias não apresentam nenhuma condição de reutilização, pois estão danificadas e o dimensionamento não atende a necessidade atual.

Os problemas apresentados serão especificados e deferidos por setores a seguir.

LOCAL	SITUAÇÃO
<p>1. Hall de Entrada</p> 	
	<p>- Todo o piso do hall de entrada, incluindo os degraus, e as paredes até meia altura tem revestimento de mármore branco, apresenta bom estado de conservação necessitando apenas de lixamento do piso para recuperação da cor branca original.</p>



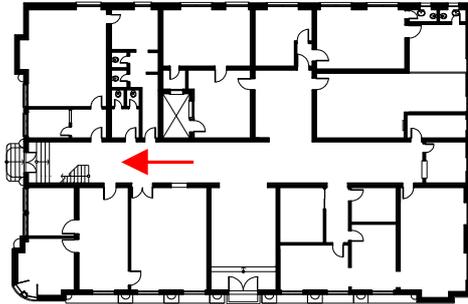
- Porta principal de acesso ao prédio, de ferro e vidro com bandeira fixa, apresenta alguns problemas de funcionamento devido a falta de manutenção.



- Caixas de entrada de energia elétrica, ao lado do acesso principal, e subida de tubulação da rede elétrica para distribuição se encontram mal dimensionadas e sem acabamentos.

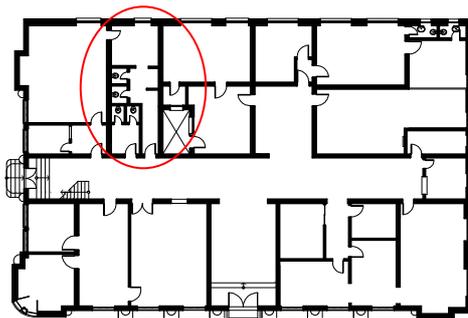


2. Escada



- Degraus quebrados de granitina branca. No térreo há reintegrações com material de coloração diferente e em alguns lugares com outro material. A base do guarda-corpo apresenta sinais de ferrugem.

3. Sanitários / Área de serviço / Poço de luz - Térreo





- Banheiros que servem aos frequentadores da Casa de Cultura com piso e revestimento de azulejo, não tem acessibilidade universal. Área de serviço também está em más condições, pois o ambiente é escuro e úmido em função do vão de iluminação e ventilação ser insuficiente em relação ao tamanho da peça.



- Janela da área de serviço completamente comprometida pelo apodrecimento, devido ao acúmulo de umidade no local.

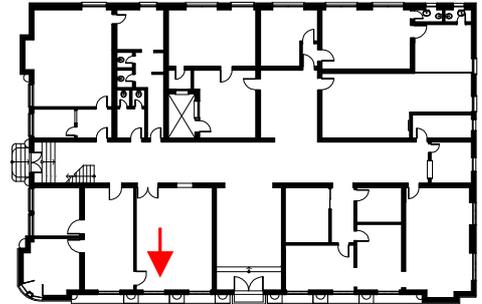
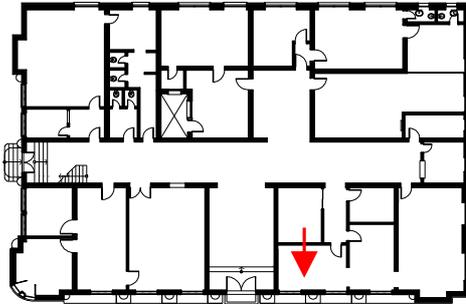


- Porta da área de serviço que dá acesso a uma sala sem utilização definida. Há sinais de umidade ascendente com desagregação do reboco e o piso vinílico apresenta algumas lacunas. A porta apresenta danos como quebra de algumas peças.



- Vista do poço de luz, a partir do térreo. À esquerda ficam os tubos de quedas do sistema pluvial.

4. Acabamentos – Térreo

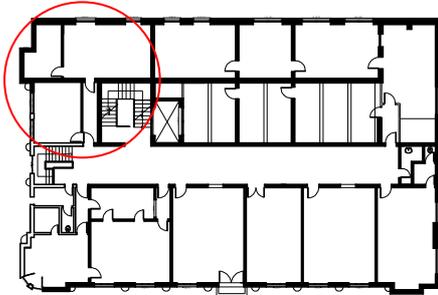


- Janela de madeira original com postigo e bandeira danificados devido à colocação de ar condicionado, que já foi retirado.



- Uma das descidas do sistema pluvial apresentou problemas recentemente, possivelmente devido à ferrugem, e precisou ter parte substituída por cano de PVC.

5. Sala de Jogos – 2º Pavimento



- Porta semi-oca, danificada.

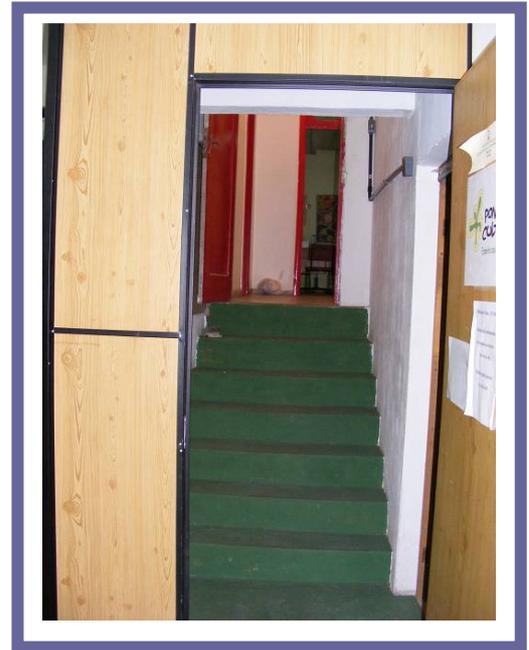
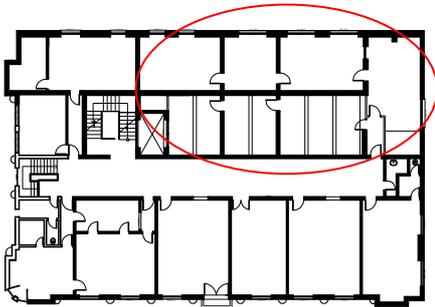


- Surgimento de fungos, bactérias e microflora devido ao acúmulo de umidade.



- Parte inferior da parede com manchas de umidade e descolamento da pintura. Aparentemente há infiltrações pelo vão onde havia um aparelho de ar condicionado.

6. Desnível – 2º pavimento





- Sala utilizada como depósito, possui como único ponto de ventilação, com a janela basculante voltada para o poço de luz. Ao lado um nicho utilizado como depósito de livros antigos. Há no ambiente concentração de umidade de condensação devido à falta de aeração e as bruscas mudanças de temperatura, comuns na região.

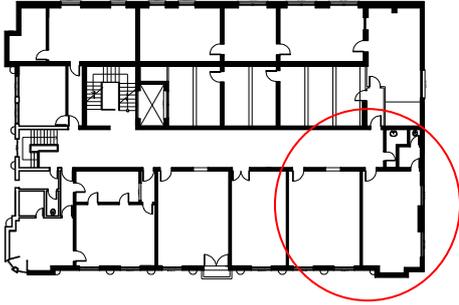


- Vista parcial de mais uma das salas utilizadas como depósito. Esta não possui nenhum vão de ventilação, nem iluminação natural.



- Uma das salas utilizadas pela TV OVO. Nota-se o pé-direito mais baixo em função das vigas de sustentação da laje.

7. Corredor, banheiros e salas – 2º pavimento



- Forro de gesso apresentando manchas escuras de umidade descendente, ocasionadas por infiltrações de águas pluviais, possivelmente por haver telhas quebradas.



- Descolamento da pintura, executada com tinta acrílica, devido a grande concentração de umidade descendente e de condensação.



- Forro rebaixado com vários problemas em função da umidade descendente. Várias peças já foram retiradas por apresentar deformação e apodrecimento. Na parede ao fundo vê-se as manchas escuras ocasionadas por infiltrações, onde a água escorre pela parede carregando partículas de sujeira.

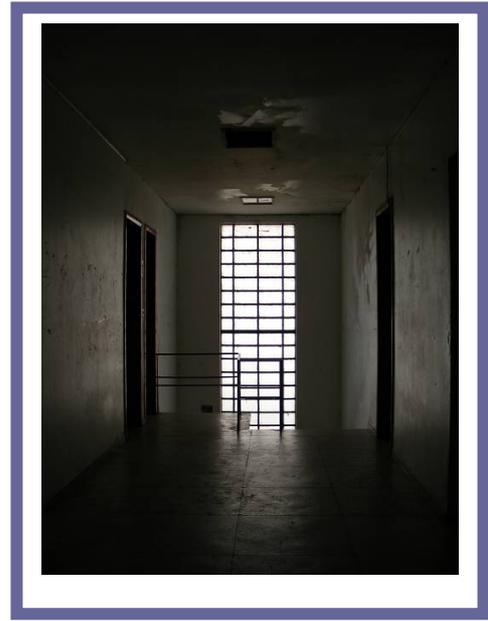
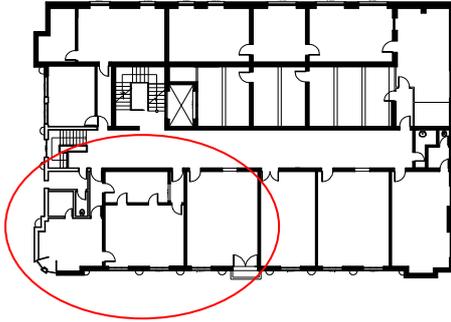


- Manchas escuras ocasionadas por infiltrações de águas pluviais que escorrem pela parede trazendo partículas de sujeira.



- Sala utilizada para aulas de judô. Nota-se que o forro de madeira original e o forro rebaixado estão muito deteriorados e apresentam peças perdidas pelo apodrecimento devido a constantes infiltrações de águas pluviais.

8. Salas – 2º pavimento



- Rachadura na laje de piso do segundo pavimento, possivelmente ocasionada pela grande extensão do prédio e inexistência de junta de dilatação.

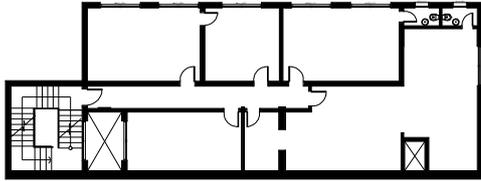


- Rede lógica e de telefone instalada sem planejamento.



- Forro de tábua com fresa apresenta deformidade, possivelmente causada por umidade devido a infiltrações de águas. Apresenta também sinais de apodrecimento.

9. Pavimento Intermediário



- Vista parcial da sala utilizada para aulas de teatro, ao fundo vê-se a porta do sanitário. Nota-se que o reboco foi feito recentemente e com grande quantidade de cimento na composição da argamassa.



- O sanitário foi reformado recentemente, recebendo louça e azulejos novos.

- Ao lado, divisória de lambrí de madeira entre uma sala que serve de depósito e a circulação.

10.3º Pavimento



- Vista parcial do espaço construído posteriormente para abrigar a sala do Júri, visto que a original, no térreo, já não comportava mais a quantidade de público que se fazia presente. Não possui forro e o piso vinílico está muito danificado. Há aberturas, onde ficavam aparelhos de climatização, e vidros quebrados que permitem a entrada de pombos, ocasionando sujeira e mau cheiro no ambiente.

- O péssimo estado dos sanitários demonstra a situação de abandono e a total falta de condições de utilização deste espaço.

	<p>- Na vista da descida de tubulação da caixa d'água para abastecer os sanitários vê-se a precariedade da instalação elétrica, apresentando ferrugem na tubulação de ferro existente e fiação aparente.</p>
 	<p>- Detalhe de uma das calhas de captação pluvial, nitidamente mal dimensionada, considerando o tamanho do telhado, o qual recebe toda a água.</p> <p>- Vista parcial do telhado de fibrocimento. Vêm-se muitas manchas escuras ocasionadas por sujeira e algumas telhas quebradas que estão causando vários pontos de infiltrações.</p>

Quadro 1 - Situação atual da edificação.

Fonte: Ficha Técnica Arq. Berenice Costa, 2011, adaptada pela autora, 2013.

4.3 Mapa de Danos

Através da utilização dos resultados obtidos por meio do levantamento e representação gráfica das fachadas da edificação em estudo e sua combinação com fotografias atuais e patologias encontradas foram elaborados os mapas que podem ser vistos a partir do apêndice C.

4.4 Projeto Final

4.4.1 Sustentabilidade do Projeto

Sabe-se que os imóveis tombados carecem de formas de sustentação após os longos e custosos processos de restauração, pois, na maioria das vezes, não há identificação da sociedade com os mesmos, nem processo de gestão desenvolvido para a manutenção futura do imóvel, após a restauração.

Desta forma, um dos focos centrais na construção do projeto de “Readequação e Restauração da Casa de Cultura de Santa Maria” é o seu plano de sustentabilidade. Nesse sentido, por meio de uma metodologia participativa, foi realizado um levantamento junto às lideranças culturais da cidade, de forma ampla, objetivando definir os novos espaços da Casa de Cultura, assim como suas formas de utilização e sustentação.

Talvez um dos grandes méritos do projeto seja a forma colaborativa como está sendo construído, desde suas bases conceituais. Uma extensa rede de parceria está gradualmente sendo edificada em prol da restauração desse reconhecido patrimônio cultural santa-mariense, unindo esforços do Poder Público, empresas privadas e diversos segmentos da sociedade civil organizada. Essa significativa mobilização reflete os íntimos anseios comunitários acerca da Casa de Cultura que a cidade de Santa Maria merece, e ao mesmo tempo é o que dá vitalidade para que esse projeto se concretize com o sucesso esperado.

4.4.2 Diagnóstico Participativo

Um diagnóstico participativo foi desenvolvido junto à comunidade cultural de Santa Maria, com o propósito de definir os espaços da Casa de Cultura e estratégias para sua sustentabilidade. Com a coordenação do prof. Ms. Alberto Bracagioli Neto, do Instituto de Formação Integral Desenvolvimento Humano e Ambiental, o diagnóstico foi estruturado e realizado através de entrevistas presenciais com lideranças da comunidade cultural e por meio de um questionário on-line (Anexo B) objetivando uma ampla consulta popular. Ao todo, trinta e sete (37) entidades (Figura 39) participaram do diagnóstico, representando todas as áreas da cultura de Santa Maria: ensino, artes plásticas, cinema, artes cênicas, dança, folclore e tradição, letras e memória e patrimônio. Vinte e duas (22) pessoas foram eleitas para representar as áreas culturais elencadas e participar das entrevistas presenciais. O questionário on-line foi respondido por 239 pessoas.

Área	Entidade	Área	Entidade
Ensino	Conselho Municipal de Cultura/Unifra	Música	Conselho Municipal de Cultura / Cuíca
	UFSM - Curso de Arquitetura		UFSM/ Pró-Reitor de Extensão
Artes Plásticas	Escola Mun.de Artes Eduardo Trevisan	Cultura	Assoc. dos Amigos da Casa de Cultura
	Núcleo dos Produtores Visuais SM		Casa de Cultura de Santa Maria
Cinema e Vídeo	Quadrinhos S/A		SMC
	Conselho Mun. de Cultura		Fórum das Entidades Culturais
Artes Cênicas	TV OVO/Coordenação geral		Conselho Municipal de Cultura
	Conselho Mun. de Cultura / TV OVO	Chili P.C.	
	Associação Macondo Coletivo	Entidades de classe	
Dança	Theatro Treze de Maio	CDL	
	AATT	Comunicação	
Folclore e Tradição	Assoc. de Dança - ADASM	Diário de Santa Maria	
	Impacto das Ruas	Secretaria de Turismo	
Letras	Associação de Capoeira de Rua Berimbau	Governo - Poder executivo	Secretaria Infra Estrutura e Serviços
	Conselho Municipal de Cultura		Secretaria Educação
Memória e Patrimônio	Rotari Santa Maria Sul - Casa da Amizade - Escolas de Samba	Governo - Poder legislativo	Escritório da Cidade
	Academia Santamariense de Letras		Câmara de Vereadores
	Biblioteca Pública / SMC	Governo Federal	
	Associação Amigos da Biblioteca PMHB	Comando da 3a. Divisão do Exército	
	Conselho Mun. Cultura/Arquivo Histórico	Empresa Privada	
	Conselho Mun. Cultura/Museu Treze de Maio		Pampeiro S/A - Art e Meio
	Museu Treze de Maio		
	Sistema Municipal de Museus		
	COMPIC		
	UFSM - Proinfra		
	Casa de Memória Edmundo Cardoso		

Ao todo, 37 entidades se envolveram diretamente com o processo.

Figura 39 - Lista das entidades culturais que contribuiram com o diagnóstico participativo.
Fonte: Lahtu Sensu – Apresentação realizada 12 de Setembro de 2012.

O aspecto de sustentabilidade deu destaque para o fortalecimento e profissionalização da gestão da Casa de Cultura. Aspecto que destaca o perfil dos gestores e da administração da Casa de Cultura, também a necessidade de um processo contínuo de formação habilitando gestores para a prática de um aprimoramento contínuo das suas atividades.

O fortalecimento da Associação de Amigos da Casa de Cultura através de uma campanha de sócios também ganhou destaque. A terceira alternativa é a locação de salas e espaços para eventos culturais com o objetivo de angariar recursos. Para tal, o projeto arquitetônico contemplou a criação de uma livraria e um café (Figuras 40 e 41).

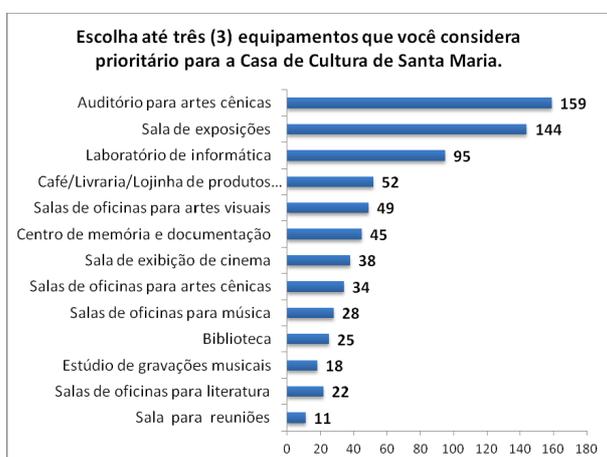


Figura 40 - Dados coletados do questionário on-line.

Fonte: Lahtu Sensu – Apresentação realizada 12 de Setembro de 2012.

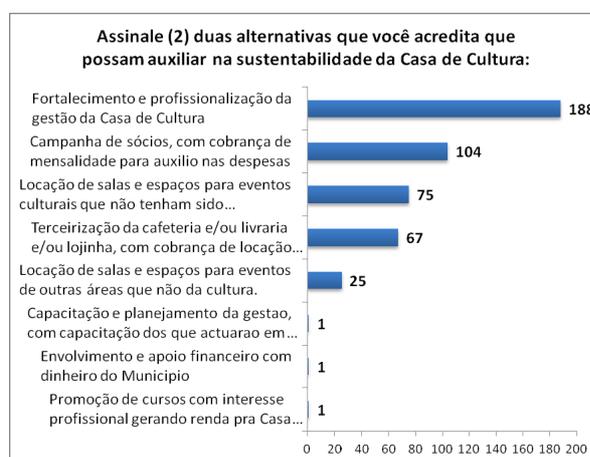


Figura 41 - Dados coletados do questionário on-line.

Fonte: Lahtu Sensu – Apresentação realizada 12 de Setembro de 2012.

4.4.3 Análise do Projeto de Restauração e Readequação da Casa de Cultura de Santa Maria

Junto à assinatura do ato de Tombamento Municipal, a Prefeitura Municipal de Santa Maria assinou termo de parceria cultural com as produtoras Cida Planejamento Cultural e Lahtu Sensu Administração Cultural em 14 de novembro de 2009, a fim de estabelecer ações conjuntas para a concretização do projeto de Restauração e Readequação da Casa de Cultura, e complementares, incluindo a captação de recursos.

Em janeiro de 2010, diante das demandas apresentadas pela comunidade cultural de Santa Maria, deu-se início ao levantamento das necessidades técnicas, prospecção e definições das formas de financiamento para a elaboração dos projetos técnicos e de gestão.

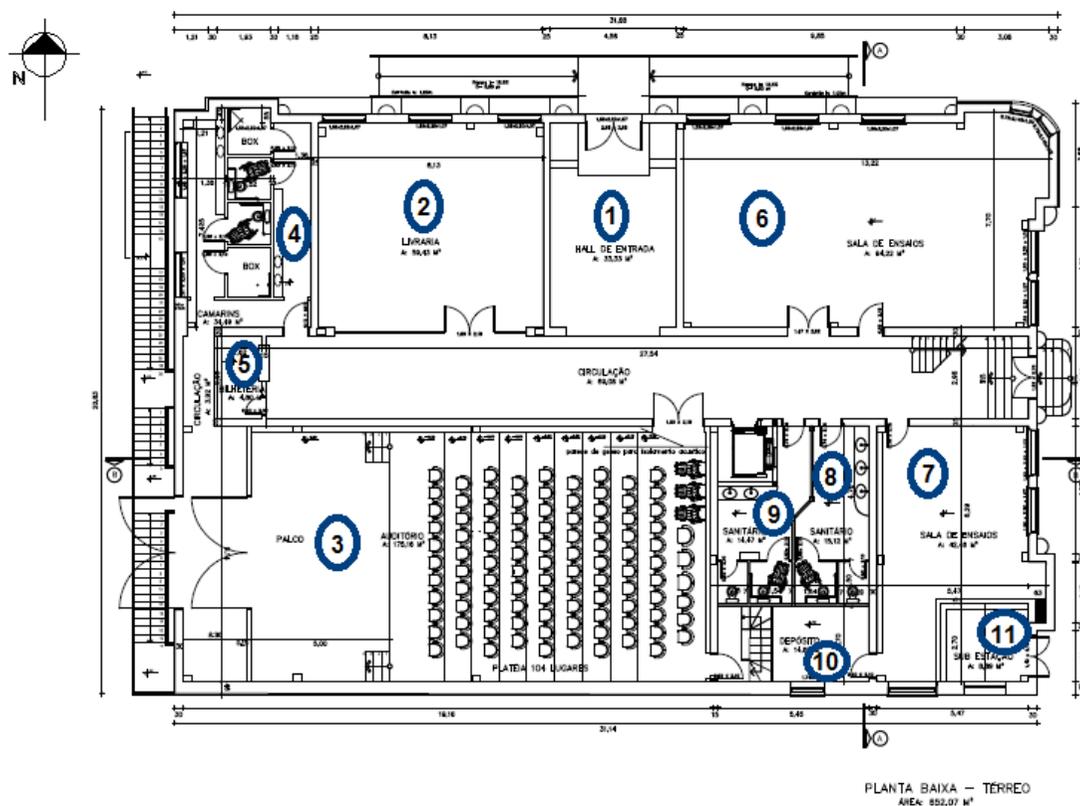
Em fevereiro de 2011 a Prefeitura de Santa Maria celebrou convênio com a Associação de Amigos da Casa de Cultura, garantindo o repasse das verbas para a contratação de parte dos projetos e disponibilizando o Escritório da Cidade, de acordo com seu quadro técnico, para a elaboração dos projetos complementares.

O projeto de restauro prevê que a Casa de Cultura de Santa Maria terá uma área total de 1.943,79 m².

O projeto, durante sua concepção, foi tecnicamente supervisionado pelo IPHAE – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, tendo em vista sua aprovação junto ao Sistema Pró-cultura RS de incentivo à cultura.

O térreo (Figura 42) estará destinado às artes cênicas. Será mantido o acesso original visando a conservação do piso, item tombado pelo decreto. A sala de ensaios 1 atende a área da dança, responsável por diversas oficinas no local e carente de espaço próprio para tal fim e terá paredes internas removidas para ampliar e melhor atender a categoria.

A figura 43 demonstra quais serão as áreas mantidas no térreo da edificação. Através das estruturas existentes, em azul, percebe-se que o novo projeto optou por adequar o programa de necessidades aos espaços disponíveis, preservando a forma e o percorrer da forma. As remoções, em amarelo, justificam-se por serem divisórias acrescentadas ao longo das reformas e adaptações que a Casa sofreu, não se tratando de estruturas originais, além de má distribuição dos espaços existentes. A exemplo, tem-se a subestação, hoje sem acesso externo, ocupando área nobre da edificação e que passará a abrigar-se em local protegido e de fácil acesso, através da Rua Roque Calage.



TÉRREO	
1. Hall de entrada	33,33m ²
2. Livraria	59,43m ²
3. Auditório (104 lugares)	175,16m ²
4. Camarins	34,49m ²
5. Bilheteria	4,90m ²
6. Sala de ensaios 1	94,22m ²
7. Sala de ensaios 2	42,46 m ²
8. Sanitário 1	14,47m ²
9. Sanitário 2	15,12m ²
10. Depósito	14,80m ²
11. Subestação	8,89 m ²

Figura 42 - Planta Baixa Térreo.
Fonte: Lahtu Sensu, 2012, adaptada pela autora, 2013.



Figura 43 – Planta Baixa Reforma Térreo.
Fonte: a autora, 2012.

Outro exemplo é o aproveitamento no espaço do auditório, área que provavelmente constituía o antigo júri do Palácio da Justiça e que recebeu diversas divisórias, descaracterizando o espaço. Assim, serão removidas as divisórias adicionadas ao longo do tempo, em função dos diversos usos, além do aumento do pé-direito, ocupado por parte do segundo andar (desnível).

Está previsto palco e auditório para 104 pessoas (Figura 44), número pensado para pequenas apresentações e sem a finalidade de competir com o espaço já existente no Theatro Treze de Maio, que possui capacidade para 350 pessoas.

Todos os andares prevêm sanitários (exceto o pavimento intermediário), com acessibilidade universal e atendendo ao volume populacional do prédio, além de prever sanitários e vestiários para os funcionários, separados dos demais.



Figura 44 - Perspectiva do auditório.
Fonte: Lahtu Senu, 2012.

O segundo piso (Figura 45) é destinado às artes visuais. Estão previstas três salas para oficinas de artes plásticas, uma sala de exposições (Figura 47), sanitários e depósito.

Na figura 46 observa-se o aproveitamento do desnível para o auditório, eliminando três (3) salas sem iluminação e ventilação adequadas, além de aproveitamento da altura para sala de controle.

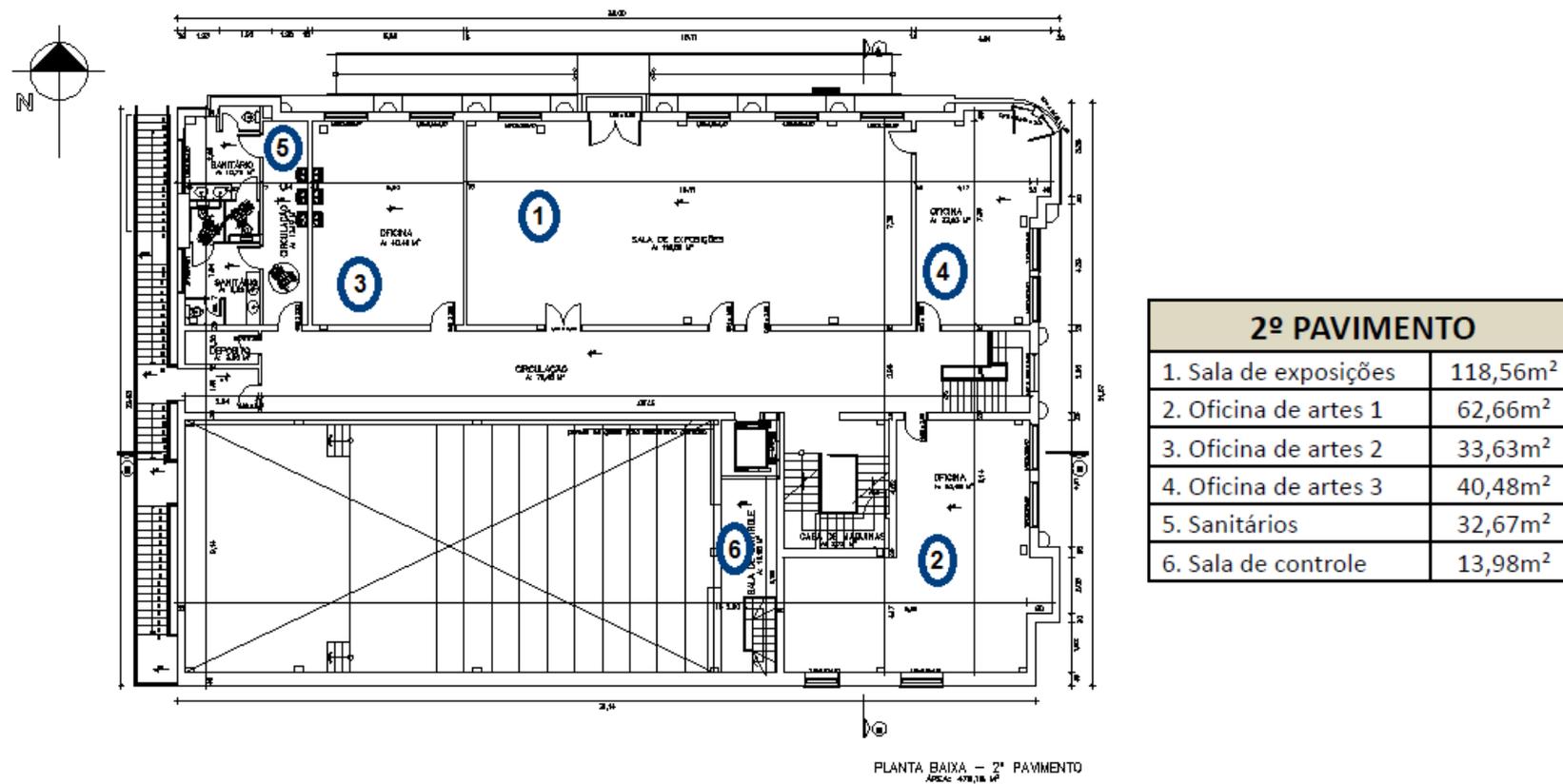


Figura 45 - Planta Baixa Segundo Pavimento.
Fonte: Lahtu Sensu, 2012, adaptada pela autora, 2013.

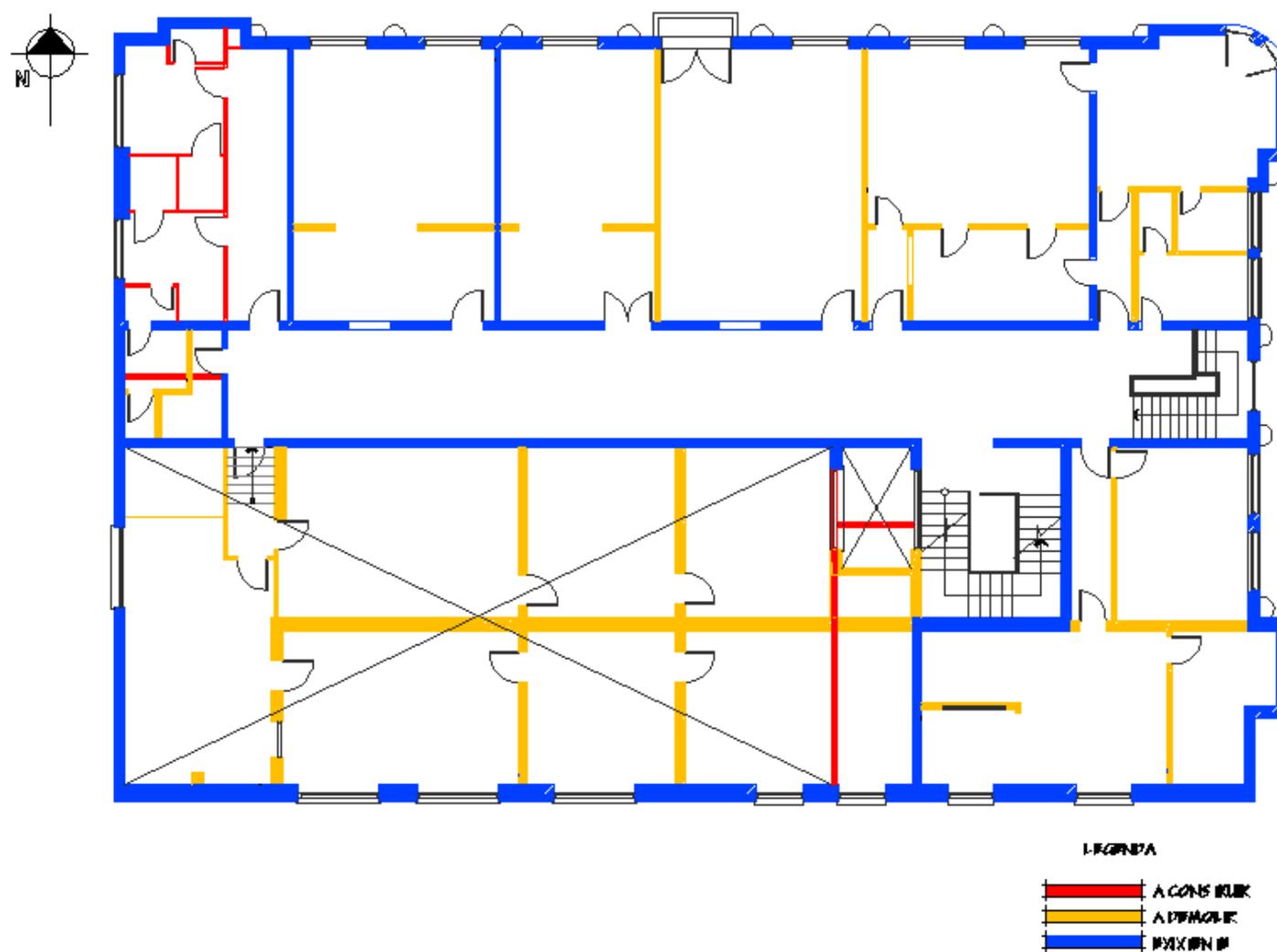


Figura 46 - Planta Baixa Reforma Segundo Pavimento.
Fonte: a autora, 2012.

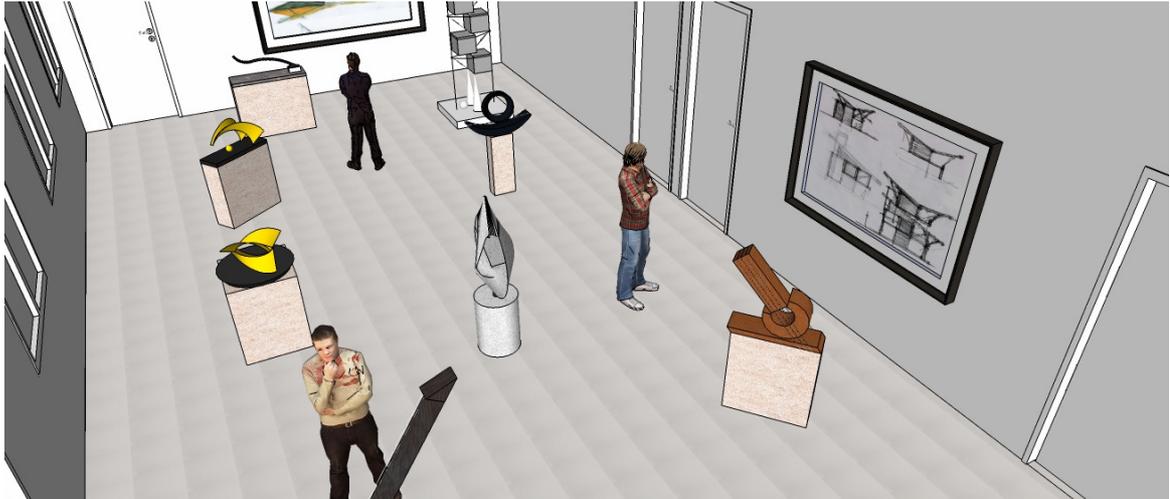


Figura 47 - Perspectiva da Sala de Exposições.
Fonte: Lahtu Sensus, 2011.

O terceiro piso (Figura 48) é dedicado à música. Contará com três salas para oficinas, sendo que uma delas (a sala 3) terá espaço para pequenas apresentações dos alunos.

Através da figura 49, vê-se que a parede em vermelho a ser refeita procura atender a questão acústica da utilização das salas deste andar, visto que hoje há uma abertura vedada por um tampo de madeira. Percebe-se ainda a eliminação do poço de luz, hoje insuficiente, dando lugar ao elevador.

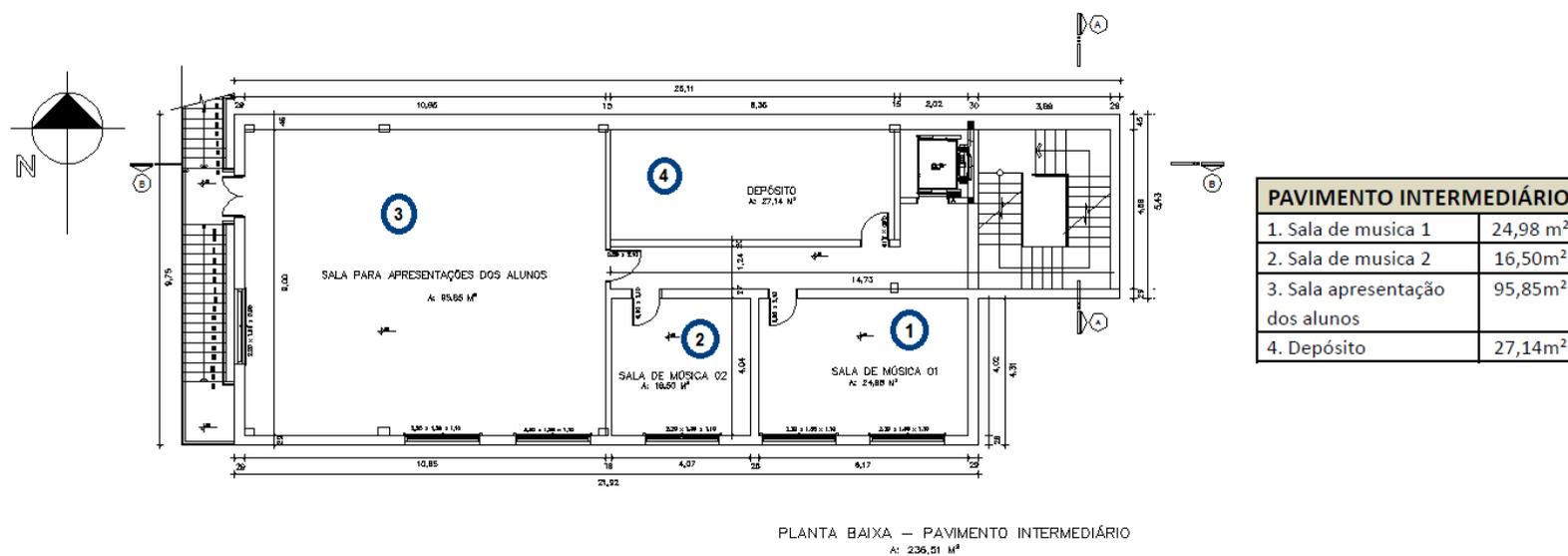


Figura 48 - Planta Baixa Pavimento Intermediário.
Fonte: Lahtu Sensu, 2012, adaptada pela autora, 2013.

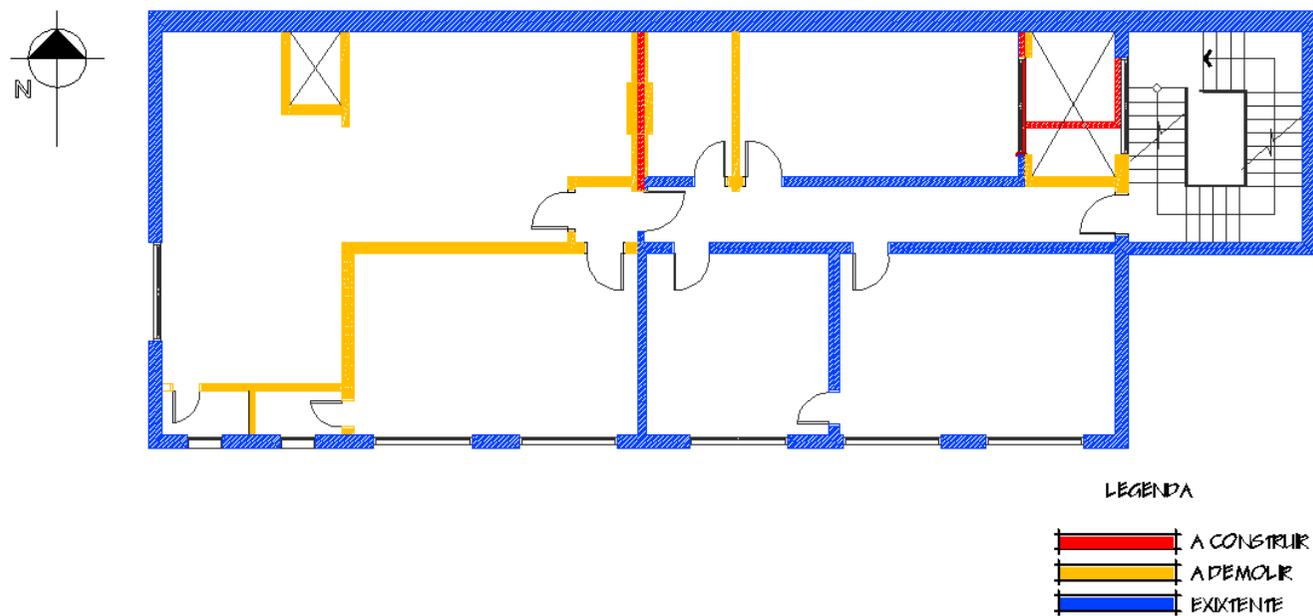
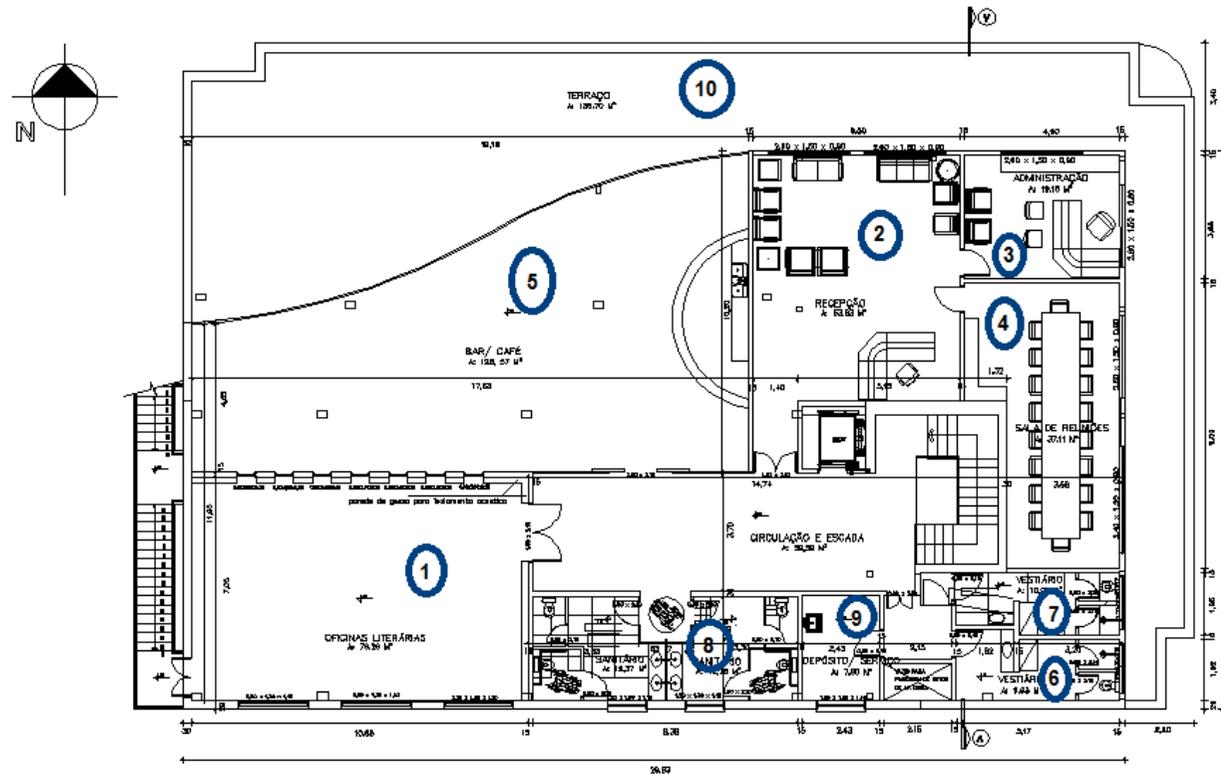


Figura 49 - Planta Baixa Reforma Pavimento Intermediário.
Fonte: a autora, 2012.

O quarto piso (Figura 50) será dedicado à literatura e à memória. Neste andar ficará a administração (espaço 3), sala de reuniões (espaço 4) e vestiários para funcionários (espaço 6 e 7). A ideia inicial é que a biblioteca do prédio seja voltada para a área cultural e um centro de documentação e memória. Além disso, o espaço de convivência ficará neste andar e contará com um bar/café e um terraço (Figura 52).

Atenta-se para a modificação volumétrica proposta neste andar. Na figura 51 pode-se observar que a estrutura da escada original e as duas paredes ao fundo serão mantidas. Isso se deve ao grande comprometimento do espaço existente hoje, principalmente a cobertura, além da necessidade e disponibilidade em atender os espaços administrativos e de convivência solicitados no programa de necessidades. É possível verificar a volumetria proposta no projeto nas figuras 53 e 54.



3º PAVIMENTO	
1. Oficinas literárias	76,26m ²
2. Recepção	53,83m ²
3. Administração	19,15m ²
4. Sala de reuniões	37,11m ²
5. Bar/café	128,57m ²
6. Vestiário 1	11,28m ²
7. Vestiário 2	11,42m ²
8. Sanitários	24,63m ²
9. Depósito serviço	9,52m ²
10. Terraço	136,70m ²

Figura 50 - Planta Baixa Terceiro Pavimento.
Fonte: Lahtu Sensu, 2012, adaptada pela autora, 2013.

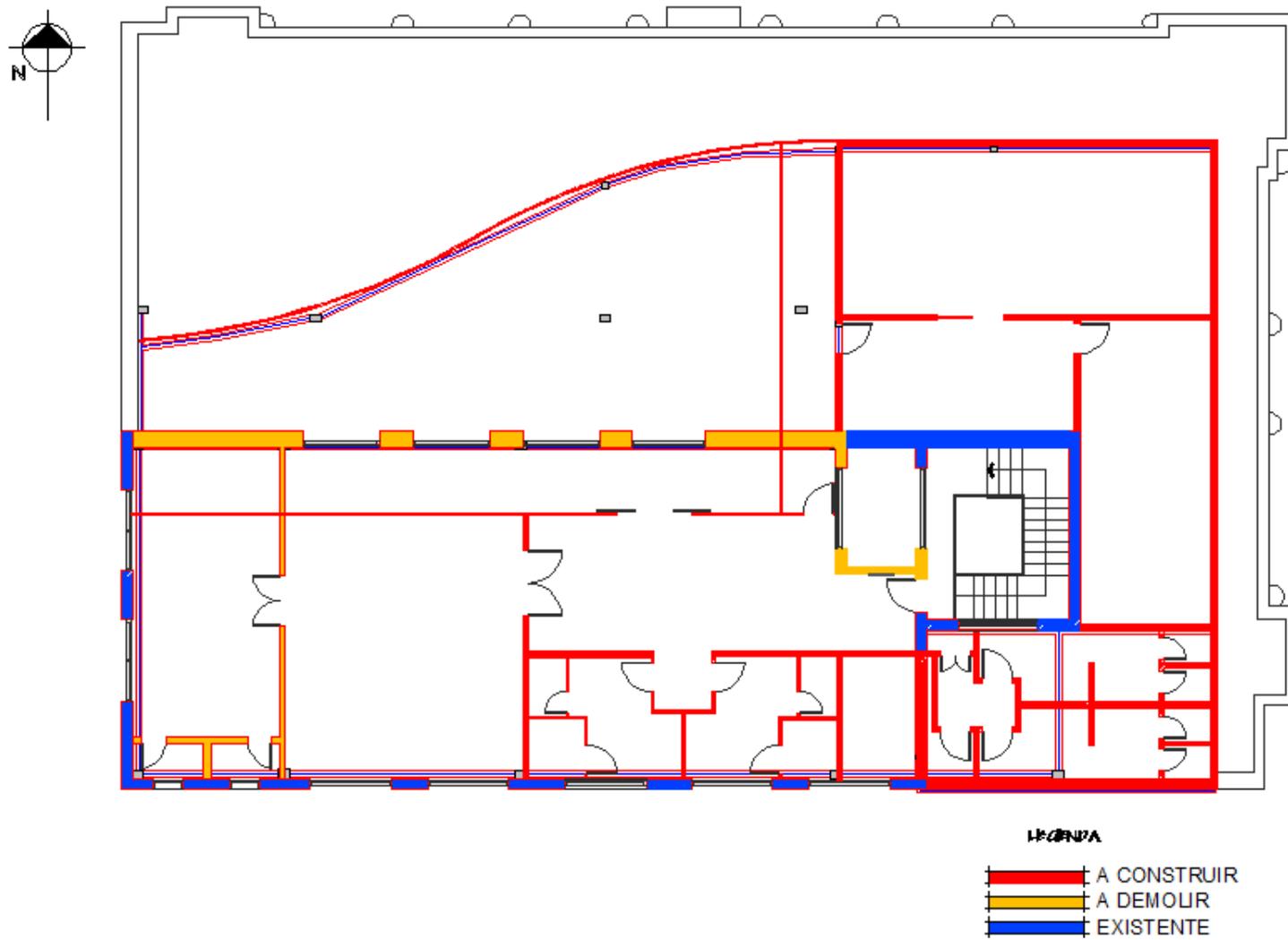


Figura 51 - Planta Baixa Reforma Terceiro Pavimento.
Fonte: a autora, 2012.



Figura 52 - Perspectiva bar/café e terraço.
Fonte: Lahtu Sensu, 2012



Figura 53 - Perspectiva – Maquete Eletrônica.
Fonte: Thiago Palmeiro, 2012.



Figura 54 - Perspectiva – Maquete Eletrônica.
Fonte: Thiago Palmeiro, 2012.

4.5 Plano de Preservação

Como forma de evitar a decadência do bem material em estudo busca-se, através do exposto neste capítulo, a prática de conservação preventiva e de manutenção permanente deste bem edificado.

É comum recorrer à restauração depois que o edifício chega a alto nível de degradação. Ainda não se tornou um hábito os conceitos como o da prevalência da conservação sobre a restauração. Os riscos que uma restauração traz, vem sendo ignorados, embora a Carta de Veneza, de todos conhecida, já alertasse para sua excepcionalidade (IPHAN, Manual de Conservação Preventiva, p. 1).

Assim, propõe-se estruturar neste plano medidas e ações que irão manter a restauração buscando ações e procedimentos de melhoria da qualidade da edificação por meio de atuações regulares e periódicas baseadas em estudos realizados pelo IPHAN, IPHAE, manuais preventivos e dissertações que abordem o tema.

4.5.1 Ações de prevenção na cobertura

A água é o principal inimigo da conservação dos edifícios. Este elemento acelera a degradação dos materiais como pedra, tijolo e argamassas, bem como a instalação de microorganismos (bactérias, cianobactérias, algas e fungos), plantas e seres vivos que atacam as madeiras. Também facilita os processos de oxidação e corrosão em materiais metálicos. Portanto, como princípio geral, a prevenção da deterioração dos materiais consiste em evitar a presença da água e seus efeitos (IPHAE, cartilha patrimônio edificado, p. 25).

C O B E R T U R A S	Principais Problemas: entrada de água através de telhas quebradas e deformações nos panos de cobertura e na cumeeira.
	Principais Causas: Falta de manutenções periódicas, período sazonal de chuvas ou chuvas intensas, ações de animais ocasionando aberturas, perda dos encaixes, apodrecimento de peças, calhas e condutores entupidos ou furados, vazamento no reservatório.
	Procedimentos: regulares inspeções, principalmente após períodos de chuvas longas e/ou intensas, e correção imediata da falha observada.

Quadro 2 - Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.

Na restauração o telhado será substituído por telhas de aço ou alumínio pintado, em sistema sanduíche, com espuma rígida de poliuretano como isolamento térmico. Será fixada em estrutura metálica. Sobre a escada, será usado policarbonato transparente com 6mm de espessura, com tratamento de proteção U.V. em ambas as fases e garantia do fabricante contra amarelamento. Será fixada também em estrutura metálica (Memorial Descritivo do projeto – Anexo C).

4.5.2 Ações de prevenção na alvenaria

As alvenarias merecem cuidado especial para sua manutenção. De acordo com a função estrutural a alvenaria se classifica em: alvenaria estrutural ou autoportante, a que serve de suporte de outros componentes da construção; alvenaria divisória ou de vedação, a que só tem a função de subdividir espaços (IPHAE, cartilha patrimônio edificado, p. 48).

O reboco é a argamassa que recobre a alvenaria e tem a função de protegê-la dos agentes externos. A proporção destes componentes, denominada traço, determina as características do reboco como textura, plasticidade, cor, etc (IPHAE, cartilha patrimônio edificado, p. 54).

As pinturas servem para embelezar e proteger. No âmbito estético implicam no visual conferido do bem material e devem ser coerentes a época e tipo da edificação. Como proteção, essa película de acabamento, influência no

comportamento dos materiais que a envolvem, impedindo a degradação do reboco e absorção de umidade e sujeiras.

A L V E N A R I A S	Principais Problemas: fissuras, rachaduras, fendas, esmagamentos e deformações.
	Principais Causas: sobrecargas estruturais, problemas do solo, cobertura e/ou defeitos construtivos por utilização da técnica inadequada; técnica construtiva em desigualdade com os materiais construtivos; presença de vegetação.
	Procedimentos: Monitoramento especializado (medição ou coleta de amostra) atentando para quando a lesão estiver na fase de rachadura, devendo-se controlar seu avanço. No caso de deformações, fazer verificação do prumo.

Quadro 3 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.

R E B O C O S	Principais Problemas: descolamento do reboco, reboco pulverulento e descontinuidade da superfície.
	Principais Causas: umidade ascendente (sobe através dos alicerces) e descendente (causada por filtrações de água e chuvas sem canalização); presença de sais; presença de vegetação; Ação de animais; acidentes ou usos indevidos
	Procedimentos: Facilitar a drenagem do solo mantendo limpas as áreas exteriores para controlar a umidade; Permitir a evacuação das águas das chuvas através da limpeza periódica de canais, tubos de queda pluvial e caixas de inspeção; Retirar a vegetação de pequeno porte e eliminar e animais; Na reposição de reboco definir a composição do reboco existente ou traço para que a preparação do novo seja similar; Retirar o reboco solto ou degradado, limpar a superfície com água e sabão neutro utilizando uma escova de cerdas suaves e esperar 24 horas após a aplicação da primeira camada de argamassa; substituição de peça quando necessário.

Quadro 4 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.

P I N T U R A S	Principais Problemas: Manchas e crostas; fungos e mofos, descascamento; bolhas;
	Principais Causas: Presença de umidade; falta de ventilação; má aplicação da técnica ou má qualidade do material; presença de gordura, óleo ou fumaça; danos por animais.
	Procedimentos: Permitir a ventilação e circulação de ar, arejando diariamente os recintos interiores e evitando a presença de mofo e umidade; Limpar as paredes de modo que não desgaste a superfície e evitando o excesso de água e a aplicação de jatos; Isentar de poeira, gorduras, fumaças e animais; Corrigir imperfeições (eliminar partes soltas, lixar e fazer reposição); Repintar.

Quadro 5 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.

Deverá ser utilizada tinta acrílica aplicada sobre massa acrílica em todas as paredes novas de alvenaria que não se destinem a revestimento de azulejo. As portas internas de madeira receberão pintura em tinta esmalte acetinado e as alvenarias antigas receberão pintura a cal, deverão ser executadas de 04 a 06 demãos, conforme a necessidade de acabamento (Memorial Descritivo do projeto).

4.5.3 Ações de prevenção em entrepisos, pisos e escadas

Os entrepisos são os elementos horizontais que conformam os pavimentos. O piso é o acabamento do solo e dos entrepisos. As escadas ou pontos fixos são os elementos de ligação dos diferentes pavimentos (IPHAE, cartilha patrimônio edificado, p. 72 -77).

E N T R E P I S O S, P I S O S E S C A D A S	Principais Problemas: Lesões estruturais e lesões no material.
	Principais Causas: sobrecargas à capacidade de suporte; modificações na edificação como eliminação de colunas e/ou paredes ou construção de acréscimos; degradação por umidade e/ou por agentes biológicos (fungos e insetos xilófagos como cupim e térmitas).
	Procedimentos: Não sobrecarregar os entrepisos, destinando os compartimentos para usos apropriados; Evitar a colocação direta de objetos que produzam umidade, oxidem, manchem ou arranhem as superfícies; Evitar a presença de água e umidade proveniente de deteriorações nos sistemas hidrossanitárias, na alvenaria ou na cobertura; Nos entrepisos e pisos de madeira deve ser aplicado periodicamente um produto de proteção contra a ação dos insetos xilófagos, de acordo com as especificações do fabricante precavendo para não afetar os usuários; As placas de concreto devem se manter em bom estado, de forma que a estrutura não fique exposta e vulnerável à corrosão; As estruturas metálicas devem ser protegidas com a aplicação de anticorrosivo e pintura de proteção; Em terraços e sacadas, manter limpas as valetas e sistemas de evacuação de águas pluviais e verificar o estado do sistema de impermeabilização; Na utilização de produtos de limpeza, verificar as especificações do fabricante e sua compatibilidade com o tipo de material; Na substituição de peças, quando necessário, procurar manter a leitura da composição, utilizando peças do mesmo material, desenho e cor; Impermeabilizar pavimentos térreos e terraços; Arejar os espaços para evitar a presença de umidade e mofo; Procurar assessoria de um técnico ou Engenheiro Civil para as medidas corretivas.

Quadro 6 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.

Caso seja necessária a execução de novas fundações, estas devem obedecer rigorosamente o projeto estrutural e não poderão de forma alguma causar danos a estrutura existente (Memorial Descritivo do projeto).

4.5.4 Ações de prevenção em esquadrias

Esquadria é a designação genérica dos elementos utilizados para fechamento de vãos como portas e janelas. Geralmente são de madeira ou metálicas. As esquadrias originais devem ser mantidas. Em casos excepcionais, em virtude do avançado estado de deterioração, devem ser substituídas por similares tendo como referência o padrão da original (IPHAE, cartilha patrimônio edificado, p. 82).

E S Q U A D R I A S	Principais Problemas: ação dos insetos xilófagos e fungos em madeira e corrosão em metais; Apodrecimento das peças; Esquadrias empenadas; Rejuntamento dos vidros; Vidros quebrados; Pintura em mau estado; Ferragens oxidadas ou danificadas.
	Principais Causas: Umidade, falta de ventilação e iluminação; Presença de cupins ou brocas; Retração da massa em rejuntas; e Depredação.
	Procedimentos: Não instalar equipamentos de ar condicionado sobre as janelas, bandeiras e peitoris; Evitar o acúmulo de água nas soleiras e pingadeiras; Descobrir a fonte de umidade e/ou ação de insetos, fungos e cupins, bloqueia-los e se necessário substituir as peças afetadas; Substituir o rejuntamento, quando necessário; Proteger e vedar as frestas entre a esquadria e a alvenaria, com produtos específicos para tal finalidade; Imunizar periodicamente as esquadrias de madeira; Pintar periodicamente as esquadrias, com as tintas adequadas para madeira ou metal; Em caso de pinturas em mau estado lixar a esquadria para retirar a pintura antiga, emassar quaisquer irregularidades, aplicar uma camada de primer e repinte a esquadria; e no caso de oxidação, encontrar os pontos, desmontar e lixar a peça e repintar.

Quadro 7 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.

As janelas originais de madeira com postigos e as portas internas, voltadas para os corredores do térreo e 2º pavimento, serão preservadas e restauradas, deverão ser feitas reintegrações e substituições de partes danificadas e confecção de peças faltantes obedecendo o mesmo modelo e dimensões das existentes. Deverão ser removidas todas as camadas de tinta para aplicação da nova pintura. As portas novas, internas, terão folha de compensado semi-oca com acabamento cedro, marco e guarnições de ipê. Terá dobradiças, maçanetas e fechaduras cromadas. Também deverão ser recuperadas as ferragens (Memorial Descritivo do projeto).

4.5.5 Ações de prevenção em forros

O forro tem a função de dar conforto climático e acabamento ao espaço interior. A cimalha interior (conhecida como roda forro) é o componente que dá

acabamento na união com a alvenaria original (IPHAE, cartilha patrimônio edificado, p. 92).

F O R O S	Principais Problemas: Presença de galerias de cupim; Apodrecimento das peças; Arqueamento de peças; Mofos; Descolamento de pintura decorativa; Instalação elétrica danificada.
	Principais Causas: Lesões nos telhados e nas estruturas de cobertura; Sobrecargas; Falta de ventilação e iluminação; Envelhecimento do material.
	Procedimentos: Limpar periodicamente os forros e molduras com a ajuda de um espanador; Evitar a presença de água e umidade proveniente de deteriorações no telhado; Os forros de madeira devem ser fumigados periodicamente contra a ação dos xilófagos aplicar o produto de acordo com as especificações do fabricante e tomando as medidas preventivas; Em forros de madeira, substituir assoalhos e peças quebradas, utilizando peças novas previamente imunizadas e do mesmo tipo do original; Não fazer alterações ou substituições na rede elétrica sem a orientação de um electricista (reatores de lâmpadas fluorescentes não devem ter contato com a madeira, devem ser isolados com amianto, evitando o aquecimento junto às peças de madeira).

Quadro 8 – Ficha de prevenção, adaptado da Cartilha do Patrimônio Edificado do IPHAE.

Deverá ser utilizado forro de madeira, de boa qualidade, seguindo o mesmo desenho do forro original encontrado no prédio. Para execução do roda forro deverá ser seguido o mesmo critério. Será utilizado forro de gesso acartonado 7mm, com negativo, em todo o prédio, com exceção do auditório. Terá acabamento com massa acrílica e pintura (Memorial Descritivo do projeto).

5 CONCLUSÃO

Com a realização deste trabalho, apresentou-se a relevância do bem material estudado, a Casa de Cultura de Santa Maria, e patrimônio tombado do município de Santa Maria/ RS.

A Casa de Cultura foi inaugurada em 1944 como Palácio da Justiça, reinaugurada em 1977 para atender com mais eficiência os serviços do judiciário e desde 1988 recebeu propostas para que passasse a abrigar um centro cultural. Por lei, aprovada em 1996, reverteu-se a posse do prédio para o município, com a finalidade de se instalar a Casa de Cultura e no ano seguinte instalou-se o Instituto Municipal de Artes Eduardo Trevisan no local, dando início às atividades culturais.

Visto a emergente necessidade de ações para preservação patrimonial dos bens santa-marienses, destaca-se a Casa de Cultura, seja por sua arquitetura de viés Déco, seja por sua história e importância na memória da sociedade que se insere. Hoje a realidade é que, a partir do segundo pavimento, diversas salas e todo o terceiro andar estão interditados devido às precárias condições prediais, aumentando a carência que a “Cidade Cultura” tem de um espaço digno para o desenvolvimento da arte e cultura local.

Por meio do diagnóstico atual dos materiais e problemas e mapa de danos das fachadas percebeu-se que há um comprometimento do edifício por diversos tipos de patologias, advertindo para o mau estado de conservação do bem. Constatou-se que dentre os problemas existentes, o mais significativo deriva da umidade, causada por infiltrações de águas pluviais, podendo ser comprovada através do atual estado da estrutura de madeira do telhado, mau dimensionamento das calhas e telhas quebradas. Outro aspecto responsável pela atual condição do prédio deve-se ao longo período de ausência de manutenção, caracterizando um abandono e má utilização do local e acelerando o processo de deterioração dos materiais.

Um ponto importante indica para o uso do objeto de estudo, que atualmente abriga de forma improvisada suas atividades a fim de atender a comunidade. Fica claro, através do diagnóstico participativo, que a concepção da Casa de Cultura aponta para um lugar de congregação e irradiação de manifestações culturais diversas, devendo prevalecer os princípios democráticos e plurais na gestão e

administração deste espaço. Nos equipamentos predominam a idéia de um espaço multipropósito sendo o projeto arquitetônico baseado nesta heterogeneidade de manifestações culturais e especificidades arquitetônicas, e valendo-se de uma espécie de setorização dos espaços, onde as variáveis de utilidade, ambiência e acústica convergem para determinadas áreas internas, respondendo a ideia de readequação dos espaços.

Embora haja uma enorme importância na restauração do bem material, é ainda mais importante a preservação e permanência do bom estado de conservação e manutenção, motivo pelo qual é proposto o Plano de Preservação, indicando os cinco itens considerados mais relevantes para garantir um bom desempenho futuro do projeto, dentre eles ações preventivas na cobertura, alvenaria, pisos, forros e esquadrias.

O projeto de “Readequação e Restauração da Casa de Cultura de Santa Maria” encontra-se aprovado e na fase de captação de recursos, devendo ser inscrito junto ao Sistema Pró-cultura RS de incentivo à Cultura. Por tratar-se de um projeto de preservação e restauração de bem imóvel, integrante do patrimônio cultural protegido na forma da Lei, o patrocinador poderá usufruir do maior incentivo fiscal previsto pelo Sistema.

Espera-se que este trabalho corrobore para a afirmação de que se deve investir cada vez mais em projetos de preservação patrimonial e cultural, além de formação e estudos especializados que tornem esta área de atuação mais preparada e sensível à diversos aspectos que envolvem o mercado. Assim, o projeto de restauro deve, além do citado, tornar-se um meio de interação do patrimônio cultural e a coletividade, convocando a comunidade a perceber, valorizar e participar de um processo que envolve profissionais e principalmente usuários.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN SOCIETY FOR TESTING AND MATERIALS. **Standard practice for developing accelerate test to aid predicting of the service life of building components and materials.** E 632-82 (Reapproved 1996). Annual Book of ASTM Standards, section 14, v. 1402. Philadelphia, 1998. 6 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5674/99. **Manutenção de Edificações - Procedimento.** São Paulo, 1999.

_____. NBR 5462/94 – **Confiabilidade e Manutenibilidade.** São Paulo, 1994.

_____. NBR-15575/1 - **Edifícios habitacionais de até cinco pavimentos – Desempenho, parte 1: requisitos gerais.** Rio de Janeiro: 2008.

_____. NBR 14037 - **Manual de operação, uso e manutenção das edificações – Conteúdo e recomendações para elaboração e apresentação.** Rio de Janeiro: 1998.

BARRIENTOS, M. I. G. G. **Retrofit de edificações: estudo de reabilitação e adaptação das edificações antigas às necessidades atuais.** 2004. 189 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____.; QUALHARINI, E. L. Retrofit de construções: metodologia de avaliação. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 10., 2004, São Paulo. **Construção sustentável: construccion sostenible.** São Paulo, SP, 2004. 11 p.

_____.; QUALHARINI, E. L. Intervenção e reabilitação nas edificações. In: CONGRESSO DE ENGENHARIA CIVIL, 5., 2002, Juiz de Fora. **Anais...** Rio de Janeiro: Interiências, 2002.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria 1797-1933.** 3ª ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000. 309 p.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho:** 1787-1930. Volume I. Santa Maria: Pallotti, 1958.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo, Perspectiva, 1976, p. 418.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Manual de Orientações**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília, 2006.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CANEZ, Anna Paula; *et. al.* **Acervos Azevedo Moura Gertum e João Alberto: imagem e construção da modernidade em Porto Alegre**. Porto Alegre: UniRitter Ed., 2004. 192 p.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Traduzido por Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

Clube 21 de Abril - Prédio em estilo Art Déco, inaugurado em 1927. Prefeitura Municipal de Santa Maria. Disponível em: <<http://www.santamaria.rs.gov.br/planejamento/noticias/4314-banco-mundial-prefeitura-divulga-edital-de-licitacao-para-recuperacao-do-club-21-de-abril>>. Acesso em 19 de Abril de 2013.

CONDE, Luiz Paulo F; ALMADA, Mauro. Introdução: Panorama do *Art Déco* na arquitetura e no urbanismo do Rio de Janeiro. *In*: CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Guia da arquitetura Art Déco no Rio de Janeiro**. Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000.

CONDE, Luiz Paulo Fernandez. Art déco: modernidade antes do movimento moderno. *In*: **Art déco na América Latina**. 1 Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; PUC/RJ, 1997.

CORREIA, Telma de Barros. *Art Déco* e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940. *In*: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: n. sér. v. 16, n. 2, p. 47-104, jul.-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em 17 de Abril de 2013.

COSTA, Luís Gustavo Gonçalves. **Cronidas: elaboração da base de dados para auxílio em representação de mapa de danos**. Salvador: UFBA, 2010. 263 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2010.

CROITOR, Eduardo Pessoa Nocetti. **A gestão de projetos aplicada à reabilitação de edifícios: estudo da interface entre projeto e obra**. 2008. 176 p. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Engenharia de Construção Civil – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2008.

Edifício do Jornal “A Noite” - Praça Mauá (RJ) - década de 1930. Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/images/news/20130409/edificio-a-noite.jpg>>. Acesso em 19 de Abril de 2013.

Edifício Guaspari em imagem feita, provavelmente, no final dos anos 1930. Disponível em: < <http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/files/2012/11/Sioma-Breitman-acervo-de-Samuel-Breitman-anos-1930.jpg>>. Acesso em 17 de Abril de 2013.

Edifício da Metalúrgica Eberle. Atualmente, o prédio abriga um estacionamento, uma loja de brinquedos e a Faculdade Inovação. Disponível em: <<http://pioneiro.rbsdirect.com.br/imagesrc/14459628.jpg?w=620>>. Acesso em 17 de Abril de 2013.

Edifício principal da Casa de Saúde. Jornal a Razão de 24/01/2013. Disponível em: <<http://midia.arazao.com.br.s3.amazonaws.com/2013/01/contrA-casade-sa%C3%BAde.jpg>>. Acesso em 19 de Abril de 2013.

Edifício Cauduro, onde funcionou o Hotel Jantzen; foi construído no final dos anos 1930. Jornal Diário de Santa Maria de 21/04/2012 | N° 3121. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/rbs/image/13341974.jpg>>. Acesso em 21 de Abril de 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP. 1994.

FEILDEN, Bernard M. **Conservation of Historic Building**. 3.ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2003. 181 p.

FIGUEIRÓ, Aline Fortes. **Art Déco no Sul do Brasil: o caso da Avenida Farrapos, Porto Alegre/RS**. 2007. 198 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FITCH, James M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. São Paulo: FAUSP, 1981.

FLEMMING, Liane; QUALHARINI, Eduardo L. **Intervenções em unidades de tratamento intensivo (UTI): a terminologia apropriada**. WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETOS NA CONTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, 7., 2007, Curitiba. Curitiba, PR, 2007. 6 p.

FLORES, João R. A. Santa Maria: terra de cultura e humanidade. *In*: WEBER, Beatriz T.; RIBEIRO, José I. (Org.) et al. **Nova história de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: [s.n], 2010. p. 19-41.

FOLETTTO, Vani Terezinha (org). et al. **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria: Pallotti, 2008.

GAKLIK, Émille Schmidt. **Jardim Histórico do Palacete Dr. Astrogildo de Azevedo: Mapeamento de Manifestações e Métodos de Limpeza**. Santa Maria: UFSM, 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental), Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

HELENE, Paulo R. L. **Manual para reparo, reforço e proteção de estruturas de concreto**. 2ª ed. São Paulo: Pini, 1992.

HILLIER, Bevis.; ESCRITT, Stephen. **Art Deco Style**. London: Phaidon, 1997.

ICOMOS – CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta de Veneza**, 1964. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2011.

_____. **Noções de Patrimônio**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/001_001.html>. Acesso em: 17 de outubro de 2011.

ITAÚ CULTURAL. **Enciclopédia Itaú Cultural**. Artes Visuais. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br>>. Acesso em: 19 de abril de 2013.

JOHN, V. M. **Avaliação da durabilidade de materiais componentes e edificações**: emprego do índice de degradação. Porto Alegre: UFRGS, 1987. 115 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987.

KLUPPEL, Griselda P.; SANTANA, Mariely C. **Manual de conservação preventiva para edificações**. 1ª ed. Minc, IPHAN, UCG/Programa Monumenta. 2005. 243 p.

LEMME, Arie Van de. **Guia de Arte Deco**. Lisboa: Estampa, 1996.

LERSCH, Inês M. **Contribuição para a identificação dos principais fatores de degradação em edificações do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 185 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Operários da modernidade**. São Paulo, SP: Edusp, 1995.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MEDEIROS, J. S. O desempenho das vedações frente à ação da água. In: SEMINÁRIO TECNOLOGIA E GESTÃO NA PRODUÇÃO DE EDIFÍCIOS: VEDAÇÕES VERTICAIS, 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EPUSP/PPC, 1998.p. 125-168.

MEDEIROS, Sílvia. Entre na futura Casa de Cultura. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 05 de Outubro. 2011. Diário 2, Diversão e Arte, p.1 - 3.

MORALES, Neida Regina Ceccim (Org.). **Santa Maria: memória**. Santa Maria: Pallotti, 2008, p. 13.

PACHECO, Luiza Segabinazzi. **Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac- 110 anos: preservação e historicidade**. Santa Maria: UFSM, 2011. 140 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural), Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

PERES, Rosilena Martins. **Levantamento e Identificação de Manifestações Patológicas em Prédio Histórico: um estudo de caso**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 158 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

PEREZ, Carlos Blaya; PRASS, Fernando Sarturi; MORAES, Simone Zavacki. **Santa Maria em preto e branco**. Santa Maria: UFSM, 1999, p. 56.

PINHEIRO, Maria L. Arquitetura residencial verticalizada em São Paulo nas décadas de 1930 e 1940. *In: Anais do Museu Paulista*. São Paulo: n. sér. v. 16. n. 1. p. 109-149. jan./jun. 2008.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e turismo cultural**. Barueri: Editora Manole Ltda., 2001. 139 p.

POGGIALI, Flávia Spitale Jacques. **Durabilidade de estruturas de concreto em usinas siderúrgicas**. 2009. 81 p. Monografia (Curso de Especialização em Construção Civil). Escola de Engenharia da UFMG, Belo Horizonte, 2009.

QUEIROZ, Marcos Fernando. Retrofit, porque o passado não se apaga. **SECOVI SP**. ANO 20 – Nº 222 – Novembro/2011. p. 12-18.

QUERUZ, Francisco. **Contribuição para identificação dos principais agentes e mecanismos de degradação em edifícios da Vila Belga**. Santa Maria: UFSM, 2007. 150 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. **Art Déco na América Latina**. Rio de Janeiro: Solar Grandjean de Montigny, 1996.

Rua do Comércio em foto de 1914. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/_DyMuG4xYWNk/TBVkpaCrXrl/AAAAAAAAAFU/ZGfa0SRkk88/s1600/1914+Rua+do+Com%C3%A9rcio+e+atual+bozzano+leste.jpg>. Acesso em 17 de Abril de 2013.

SÁ, Marcos Moraes de. **Ornamento e modernismo: a construção de imagens na arquitetura**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SALVADOR, Sabrina Carnin. As **Edificações Art Déco na Paisagem Urbana: um estudo de caso em Criciúma/SC**. 2012. 138 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, 2012.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **Memória e Identidade: coisas que li e escrevi sobre a arquitetura de Santa Maria**. [S.l.]: 2002.

Sede da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer), na Rua Manoel Ribas; Vila Belga. Museu Ferroviário de Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/_9E9v2cKR7OQ/S0SfCjqFxCI/AAAAAAAAAABc/4cjbv_rNs_E/s1600/cooperatica+em+03+de+outubro+de+2009++em+Santa+Maria+imagem+m+atheus+carrier..jpg>. Acesso em 19 de Abril de 2013.

SEGAWA, Hugo. Modernidade pragmática: arquitetura no Brasil dos anos 1920 a 1940. In: **Art déco na América Latina**. 1 Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; PUC/RJ, 1997.

SOUZA, V. C. M.; RIPPER, T. **Patologia, Recuperação e Reforço de Estruturas de Concreto**. São Paulo: Pini, 1998.

TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. **Mapa de danos: Recomendações básicas**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Olinda, 2009.

VERÇOZA, Ênio José. **Patologia das Edificações**. Porto Alegre: Sagra, 1991.

Vistas da Esquina da Edificação. Claudio Vaz, clicrbs, 2013. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/diariodefotografo/2013/06/03/casa-de-cultura/>>. Acesso em 03 de Junho de 2013.

Anexos

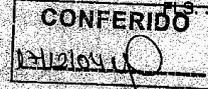
Anexo A – Registro do Imóvel



CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
SANTA MARIA - RS

MATRÍCULA 73.592

LIVRO Nº 2 - REGISTRO GERAL



UM TERRENO, contendo um prédio de alvenaria, onde estava situado o Fórum, situado na zona urbana desta cidade, a Praça Saldanha Marinho, lado ímpar, esquina da Rua Roque Calage, que hoje denomina-se Rua Angelo Uglione, medindo dito terreno 32m80 de frente ao Norte, com a rua Dr. Bozano, com a Praça Saldanha Marinho, por 21m42 de extensão da frente ao fundo, confrontando: ao Sul, hoje com propriedade de quem de direito, onde está localizada a Exetoria Estadual; ao Leste, com a rua Roque Calage, que atualmente denomina-se Rua Angelo Uglione; e, ao Oeste, com propriedade do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A.

Proprietário. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CGC/MF sob nº 87.958.674/0001-81.

Precedência. Registro nº 23.282 Lº 3-Y.

Em 02/12/1994.

R\$ 2,80

LUIZ SERGIO FOGACA RIBAS
ESCREVENTE AUTORIZADO

R. 1 - 73.592 . Doação. Transmitente. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Adquirente. MUNICIPIO DE SANTA MARIA. Valor. para efeitos fiscais o imóvel foi avaliado em R\$ 535.130,00. Condições. O imóvel desta matrícula é destinado a instalação de um centro de Cultura, não podendo o donatário dar ao mesmo destinação diversa, sob pena de reversão do patrimônio do doador, em conformidade do estabelecido na Lei nº 9.976 de 29 de outubro de 1993. Forma. Escritura Pública lavrada no 1º Tabelionato desta cidade aos 25/11/1994, protocolo nº 107358 Lº 1-N.

JS

Em 02/12/1994.

R\$ 553,00

LUIZ SERGIO FOGACA RIBAS
ESCREVENTE AUTORIZADO

REGISTRO DE IMÓVEIS - SANTA MARIA - RS
CERTIFICO que a presente cópia é fiel da original.
Dou fé. Em 30.12.1994

Marta Inês Henriques Rodrigues
Substituta

Emolumentos: R\$5,10

Selo: R\$ 0,20

REGISTRO DE IMÓVEIS
0528.01.110009.05095
SANTA MARIA-RS

Anexo B – Diagnóstico *online*

2404/13

Pesquisa

DIAGNÓSTICO CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA



O questionário abaixo tem a finalidade de coletar informações visando diagnosticar a expectativa e o interesse da comunidade cultural com relação ao projeto de restauração e revitalização da Casa de Cultura de Santa Maria. Neste sentido, sua participação é fundamental. Para preenchimento do mesmo basta clicar nos ítems abaixo e ao concluir as respostas, clique em "enviar respostas".

Preencha o que for mostrado em vermelho.

Dados de Identificação

Data:

Nome Completo:

Organização:

E-mail:

Qual a área cultural que você representa?

1. Escolha até três (3) de equipamentos que você considera prioritário para a Casa de Cultura de Santa Maria.

- Auditório para artes cênicas
- Sala de exibição de cinema
- Sala de exposições
- Salas de oficinas para artes cênicas
- Salas de oficinas para música
- Salas de oficinas para artes visuais
- Salas de oficinas para literatura
- Sala para reuniões
- Centro de memória e documentação
- Biblioteca
- Café/Livraria/Lojinha de produtos culturais
- Laboratório de informática
- Estúdio de gravações musicais

2. Você participa da Associação dos Amigos da Casa de Cultura de Santa Maria?

- Sim
- Não

3. Caso não participe, tem interesse em ser sócio (a) da Associação dos Amigos da Casa de Cultura de Santa Maria?

- Sim
- Não

4. Assinale (2) duas alternativas que você acredita que possam auxiliar na sustentabilidade da Casa de Cultura:

2404/13

Pesquisa

- Fortalecimento e profissionalização da gestão da Casa da Cultura
- Campanha de sócios, com cobrança de mensalidade para auxílio nas despesas
- Terciarização da cafeteria e/ou livraria e/ou loja, com cobrança de locação dos espaços.
- Locação de salas e espaços para eventos culturais que não tenham sido selecionados por edital ou por outra(s) forma(s) de cedência gratuita do espaço a serem definidas a posteriori.
- Locação de salas e espaços para eventos de outras áreas que não de cultura.
- Outra:

5. Neste espaço você pode registrar alguma sugestão que não tenha sido contemplada nas questões anteriores:

255 caracteres

[verificar resposta](#)

 Dúvidas? info@infodha.org

Anexo C – Memorial Descritivo do projeto

MEMORIAL DESCRITIVO

Projeto de Restauração da Casa de Cultura de Santa Maria

Rua Praça Saldanha Marinho – Centro – Santa Maria – RS

Área: 1.943,79 m²

Proprietário: Prefeitura Municipal de Santa Maria

Proponente: Associação de Amigos da Casa de Cultura

Instalação da Obra

Antes do início das obras, deverão ser executadas todas as instalações provisórias necessárias, como não há pátio para a construção de barracão para escritório, instalação de equipamentos, depósitos para materiais e ferramentas e abrigos e instalações sanitárias para pessoal, a empresa contratada deverá eleger uma das salas do prédio para suprir essas necessidades e adequar um dos sanitários existentes para os funcionários.

Caberá a empresa contratada, a responsabilidade da mobilização, instalação, manutenção e desmobilização do Canteiro de Obras, incluindo o fornecimento de todo o material necessário, além do fornecimento e manutenção dos equipamentos utilizados nos serviços.

Mobilização do Canteiro de Obras: esta atividade envolverá o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços necessários à adequação de algumas dependências da edificação para abrigar as atividades citadas acima. Não estão inclusos aqui mobiliários, utensílios e equipamentos funcionais.

Desmobilização do Canteiro de Obras: consiste nas atividades de retirada das instalações do canteiro, no retorno dos equipamentos às suas origens e na reconstituição da área utilizada, recompondo a sua condição original. Abrangem serviços de demolições, desmontagens e transportes de materiais e equipamentos.

Administração, Operação e Manutenção do Canteiro: estas atividades são organizadas em serviços de apoio, que viabilizam o desenvolvimento das atividades de execução da obra. Sob este título estão reunidos recursos materiais e pessoal alocados às seguintes funções: engenharia, administração de pessoal, suprimento, segurança do trabalho, vigilância, transporte, comunicação, higiene e limpeza.

O local escolhido e o projeto das instalações do Canteiro de Obras deverão ser aprovados pelo contratante antes do início dos trabalhos, quando a empresa contratada para execução deverá apresentar uma planta geral com as seguintes indicações:

- suprimento de água e energia;
- esgotamento sanitário previsto;
- dimensões e locação dos espaços a serem utilizadas para o Canteiro de Obras.

Caberá a empresa contratada a mobilização, a preparação dos espaços necessários, locação, manutenção da área e dos acessos e desmobilização do Canteiro de Obras, deixando a área nas condições previstas no projeto sem que isto venha acarretar ônus à Contratante.

Instalação Administrativa

Deverá ser preparada uma das salas para abrigar um escritório onde deverão ficar permanentemente uma cópia do projeto aprovado e o diário de obras estando sempre disponíveis para consultas e fiscalização. Neste espaço também poderão ser realizadas as reuniões necessárias.

Instalação Industrial

Deverá ser preparada uma das salas do prédio para abrigar equipamentos e materiais, deverão ser previstos estrados de madeira para a colocação de produtos que possam sofrer dano com a umidade.

Sanitários e Chuveiros

Um dos sanitários existentes no prédio deverão abrigar provisoriamente sanitários para os funcionários. A necessidade e quantidade dos mesmos será definida pela fiscalização, podendo-se tomar como base os seguintes índices:

1 (um) chuveiro para cada grupo de 05 operários;

1 (um) sanitário e um lavatório para cada grupo de 15 operários.

Tapume e Placas

Será executado em chapas tipo compensado, conforme os procedimentos estabelecidos na Especificação Técnica Trânsito e Segurança, neste tomo.

Todas as placas exigidas serão de colocação obrigatória e de responsabilidade da firma construtora, deverá constar o nome do proprietário, nome do proponente, todos os responsáveis técnicos, e logomarcas de órgãos do governos envolvidos e patrocinadores.

Instalações Hidrossanitárias

O armazenamento e distribuição de água deverá ser dimensionado levando-se em conta a execução simultânea das operações que envolvam seu uso e os períodos mais desfavoráveis do seu abastecimento.

A entrada provisória de água deverá ser executada dentro dos padrões estabelecidos pela concessionária local de distribuição de água.

Caberá a empresa contratada tomar todas as providências junto à respectiva concessionária para o fornecimento de água.

Todos os materiais necessários à execução da derivação serão fornecidos pela concessionária, desde a rede de distribuição até a testada do lote onde se situar o Canteiro de Obras, ficando a cargo da empresa contratada a execução dos serviços internos.

As instalações provisórias de esgoto serão executadas de acordo com as normas da concessionária local. Toda a tubulação necessária à coleta de esgoto na área do Canteiro de Obras será fornecida pela empresa contratada, assim como os serviços para sua implantação.

Instalações Elétricas

A entrada de energia deverá ser executada de acordo com as exigências da concessionária local. Cabe a empresa contratada tomar todas as providências junto à concessionária para o fornecimento de energia.

Na saída do dispositivo de medição ou do gerador, deverá ser instalada uma chave geral em caixa blindada com acionamento externo. Esta chave servirá para desligar todas as linhas que estarão ligadas a ela em caso de acidente.

Todas as despesas, desde a entrada de energia, passando pela rede de alimentação e de distribuição no Canteiro de Obras até as instalações prediais serão de responsabilidade da empresa contratada.

Toda fiação das instalações deverá ter isolamento compatível com a classe de tensão, não sendo admitida a utilização de fios nus. A fiação só poderá ser estendida diretamente sobre o solo em casos especiais e com autorização prévia da fiscalização, nos demais casos deverão ser instaladas em condutores (mangueiras), com diâmetros compatíveis com as bitolas dos cabos, e enterradas no solo. As chaves de operação dos equipamentos elétricos deverão ser blindadas, com componentes externos e instaladas a 1,20 m do solo, no mínimo.

Todas as conexões da fiação com os equipamentos elétricos deverão ser feitas com conectores terminais e isoladas com fita de alta tensão (alta fusão), por mão-de-obra especializada, utilizando-se equipamentos de segurança, ferramental adequado e com rede elétrica alimentadora desenergizada.

Todo equipamento deverá ter sinalização com placas ou lâmpadas, indicando que este se encontra em operação. Os acionamentos das chaves de operação deverão ser sinalizados nas posições “Ligado” e “Desligado” e possibilitar manobras rápidas em casos de emergência. Os locais onde estarão instalados as chaves, deverão ser de fácil acesso, não podendo ser obstruídos por entulhos de qualquer natureza ou mesmo materiais e equipamentos. Equipamentos especiais e de grande porte deverão possuir alarmes sonoros (sirenes) que alertem quando do início da operação dos mesmos.

Sinalização

Placas de Identificação da Obra

Fica a empresa contratada obrigada a confeccionar e colocar as placas de identificação da obra, nos locais indicados pela fiscalização no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a partir da data da assinatura do contrato.

Manutenção do Canteiro de Obras

A área do Canteiro de Obras deverá ser mantida sempre limpa e com os acessos desobstruídos.

A sinalização deverá ser mantida permanentemente em bom estado de conservação pela empresa contratada, devendo ser pintadas sempre que necessário, a critério da fiscalização.

Prevenção de acidentes e segurança

A empresa contratada deverá cumprir a Legislação Nacional que rege a Segurança e Higiene do Trabalho, além de obedecer às normas específicas de segurança de cada serviço, objetivando a plena proteção contra riscos de acidentes com os funcionários e com terceiros. Também, deverá manter no Canteiro de Obras medicamentos e pessoal treinado para primeiros-socorros.

Além de prestar socorro imediato às vítimas, em caso de acidente, devendo paralisar imediatamente a obra no local do acidente e comunicar a fiscalização.

O acesso aos extintores no Canteiro de Obras deverá ser livre.

Serão de responsabilidade da empresa contratada a segurança, guarda e manutenção de todos os materiais, ferramentais, equipamentos e instalações da obra.

Desmobilização do canteiro de obras

Após a conclusão da obra, a empresa contratada deverá retirar do local, às suas expensas, todo o pessoal, materiais, equipamentos e quaisquer sucatas e detritos provenientes da obra, deixando a área completamente limpa, de forma a restabelecer o bom aspecto local.

Movimento de Terra:

A firma contratada executará todo o movimento de terra necessário e indispensável para o nivelamento do terreno nas cotas fixadas pelo projeto arquitetônico.

A execução deste nivelamento obedecerá aos elementos técnicos fornecidos pelo projeto, sendo precedido pela execução da limpeza e obras necessárias à drenagem do local, incluindo as canaletas do pluvial. O lançamento do material deverá ser feito em camadas sucessivas em dimensões tais que permitam seu umedecimento e compactação. Recomenda-se que a primeira camada de aterro seja constituída de material granular permeável que atuará como dreno para as águas de infiltração do aterro.

Ficam a cargo do construtor as despesas com os transportes decorrentes da execução dos serviços de preparo do terreno, escavação e aterro sejam qual for a distância e o volume considerado bem como o tipo do veículo utilizado.

Será feito o reaterro da fundação com material reaproveitado.

Fundações:

Caso seja necessária a execução de novas fundações, estas devem obedecer rigorosamente o projeto estrutural e não poderão de forma alguma causar danos a estrutura existente.

Impermeabilização:

As fundações que deverão ser executadas receberão impermeabilização de respaldo das vigas de fundação utilizando pintura com hidroasfalto, duas demãos.

A laje do terraço será impermeabilizados com manta asfáltica observando as especificações do fabricante e obedecendo rigorosamente as normas da ABNT, NBR 9952/98 em suas versões mais recentes.

A aplicação da manta deverá ser feita com maçarico e por mão de obra especializada. As superfícies onde a manta será aplicada não poderão apresentar saliências e bordas que possam danificar a manta, as superfícies devem ser regularizadas, com caimentos adequados e cantos arredondados em forma de ½ cana.

Contrapisos:

Os contrapisos serão impermeabilizados com hidrófugo de massa, pega normal em quantidade determinada pelo fabricante. Deverá ser executado sobre um leito de brita nº 01 ou 02 com espessura de 5 cm

Alvenarias:

As alvenarias serão executadas com tijolos furados, de boa qualidade, aprovados pela fiscalização, obedecendo às dimensões e os alinhamentos determinados em planta. Para assentamento de tijolos será empregada argamassa 1:2:8 (cimento, cal, areia). As fiadas serão perfeitamente niveladas, alinhadas e aprumadas. As juntas terão espessura mínima de 15 mm. e serão rebaixadas a colher.

Todas as superfícies de concreto em contatos direto com as alvenarias de tijolos serão previamente chapiscadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

O fechamento das alvenarias com as vigas de cintamento será em argamassa expandida.

Divisórias:

Serão utilizadas divisórias de gesso acartonado com 12,5m de espessura, com isolamento acústico e resistente a umidade nos banheiros. Deverão obedecer o alinhamentos fixados no projeto arquitetônico. No 4º pavimento, serão utilizadas divisórias de vidro, fixadas em perfil de alumínio anodizado, nos alinhamentos fixados no projeto arquitetônico, na sala que abrigará as oficinas literárias deverá ser utilizado vidro duplo.

Forro:

Será utilizado forro de madeira, de boa qualidade, seguindo o mesmo desenho do forro original encontrado no prédio, para execução do roda forro deverá ser seguido o mesmo critério. Será utilizado forro de gesso acartonado 7mm, com negativo, em todo o prédio, com exceção do auditório. Terá acabamento com massa acrílica e pintura.

Revestimentos:**Alvenarias antigas:**

Deverá ser feita análise granulométrica de amostras do reboco existente para a determinação do traço a ser utilizados nos rebocos de reconstituição.

Alvenarias novas

●Chapisco:

As superfícies das paredes serão limpas a vassouradas ou escovadas e abundantemente malhadas antes da aplicação do chapisco. Todas as alvenarias novas de tijolos receberão uma camada de 7mm. de chapisco de cimento e areia, 1:3.

●Emboço:

Todas as alvenarias novas receberão emboço com traço 1:2:8 (cimento, cal e areia) com espessura de 15mm., com exceção das que receberão revestimento de azulejo.

O revestimento será aplicado após completa pega da argamassa da alvenaria e chapisco. O chapisco deve ser limpo, sem poeira, antes de receber o revestimento. As impurezas visíveis serão removidas. A superfície do chapisco, antes da aplicação do emboço será abundantemente molhada.

●Reboco:

Todas as alvenarias novas receberão reboco com traço 1:3 (cimento e areia fina) com espessura de 7mm; com exceção das que receberão revestimento de azulejo.

●Azulejo:

Deverá ser utilizado azulejo nos banheiros e dependências de serviço até a altura de 2,20 m, colocados sobre as paredes de alvenaria ou gesso acartonado. Serão colocados com argamassa colante e juntas de assentamento de 3mm.

Pavimentações:

As pavimentações só poderão ser executadas após os assentamentos das canalizações que devem passar sob elas.

- Madeira: Será utilizado assoalho em Freijó 300mm, seco, com tratamento químico anti insetos xilófagos e encaixe tipo macho-femea, no pavimento térreo nas seguintes dependências: auditório, lojinha e salas de ensaio. Será assentado sobre o contrapiso. No palco e nas salas de ensaio deverá receber uma base em neoprene 10mm sob caibro 2"x3" em cedrinho aplainado,seco, com

revestimento em compensado naval 20mm, 100% a prova d'água, parafusado, para receber o assoalho. Deverá ser utilizado também no 3º pavimento compreendendo as duas salas de música e a sala de apresentação dos alunos.

- Porcelanato Rústico: Será executado na sala de exposições e nas salas das oficinas de artes, nos sanitário, vestiários, camarins e dependências de serviço. Deverá ter tonalidade clara e rejunte máximo de 3mm.
- Granitina: Será utilizada no hall de acesso, degraus das escadas, nos três corredores de distribuição e no 4º pavimento, com exceção dos ambientes já citados. Será preservada a granitina original nos pontos onde esta estiver em bom estado, recebendo apenas polimento e para as reintegrações será utilizadas granitina colorida. Foi escolhido este tipo de piso em função de sua grande resistência a impactos e abrasão.

Aplicação: O piso granitina aplicado sobre contapiso ou laje de concreto, compõe-se de três camadas: chapisco, contrapiso de correção e revestimento de alta resistência granitina. Esta laje deverá ser limpa e bem lavada, para remover todas as impurezas, (pó, etc.).

1. Chapisco:

É uma fina camada de 2 mm de argamassa, (cimento e areia grossa, traço 1 (um) volume de cimento e 2 (dois) volume de areia). Bastante líquida. Aplica-se sobre a laje bem umedecida, com uma vassoura de piaçava, não deverá ser usada aguada de cimento, que provocará efeito danoso;

2. Contra piso de correção:

É uma camada de 22 e 35 mm de espessura de argamassa, (cimento e areia grossa, traço 1 (um) volume de cimento e 2 (dois) volume de areia), preparada com pouca água, ficando pouco plástica e bem adensada. É lançada sobre o chapisco ainda não endurecido, devendo ser bem socada evitando superfície lisa. A aplicação destas duas camadas deverá ser executada pela manhã e no período da tarde a complementação com o agregado, aperfeiçoando com rolo compactador ou régua vibratória. É indispensável o uso de juntas (plásticas, metal, latão ou alumínio), as quais não deverão ultrapassar a distância entre si de 5 metros;

3. Revestimento de alta resistência:

É obtido com 1 (um) saco de cimento (50kg) e 2 (dois) sacos (100kg) de GRANITINA, misturados a seco, adicionando o corante de cor desejada, podendo variar nas tonalidades, vermelho, verde, preto e cinza. Para obter-se a cura, deve-se conservar o piso sob capa de areia úmida, hidratando frequentemente. Esta operação deverá ser executada durante 7 dias, para evitar evaporação brusca, causadora de retraimento e rachaduras.

4. Acabamento:

Conforme o uso pretendido "GRANITINA" poderá ter acabamento áspero (anti-derrapante), semi polido, polido, lustrado e em bruto alizado com desempenadeira de aço.

Estas especificações são válidas para utilização em recinto fechado. Para execução do piso em áreas externas, deverá haver alterações no traço 3 (três) sacos de GRANITINA e 1 (um) saco de cimento sobreando a área em execução com lonas ou outros.

Para assentamento de qualquer dos pisos acima devam ser observados os seguintes aspectos: capacidade de suporte, acabamento, regularidade, estabilidade dimensional, grau de absorção de água e de umidade e a compatibilidade química com a cola a utilizar. Antes de proceder à colocação, deve-se assegurar de que o piso seja aplicado num suporte plano, consistente, limpo e isento de pó.

No caso específico do porcelanato: Para garantir uma boa aderência do porcelanato, recomenda-se a utilização de uma cola de ligantes mistos (cimento+resina) com as seguintes características: flexível para suportar as deformações mecânicas e as dilatações térmicas; com elevada aderência; com resistência à água e à umidade. A utilização da cola deve obedecer às instruções do fabricante relativamente à preparação e aplicação, respeitando as quantidades e tempos indicados. Durante o assentamento, aplicar a cola em áreas pequenas e utilizar uma talocha dentada para regularizar a espessura. Em peças de peso ou formato superior a 30x30 cm, efetuar dupla colagem. Aplicar a cola a uma temperatura ambiente entre 5 e 30°C. Após a colocação da peça no suporte, pressioná-la até conseguir o nivelamento dos sulcos de cola. Limpeza após o assentamento: Cerca de 30 minutos após a betumação das juntas,

deve-se fazer a limpeza dos resíduos de colocação com uma esponja úmida; A limpeza dos resíduos de colocação requer as seguintes precauções: não utilizar produtos ácidos para limpar um pavimento recém colocado, sob risco de deteriorar as juntas; não aplicar ácidos fortes ou ácido fluorídrico; não utilizar espátulas metálicas ou material abrasivo para limpar, sendo recomendado o uso de esponjas naturais; não utilizar demasiada água durante a limpeza.

Esquadrias

- Madeira:

As janelas originais de madeira com postigos e as portas internas, voltadas para os corredores do térreo e 2º pavimento, serão preservadas e restauradas, deverão ser feitas reintegrações e substituições de partes danificadas e confecção de peças faltantes obedecendo o mesmo modelo e dimensões das existentes. Deverão ser removidas todas as camadas de tinta para aplicação da nova pintura.

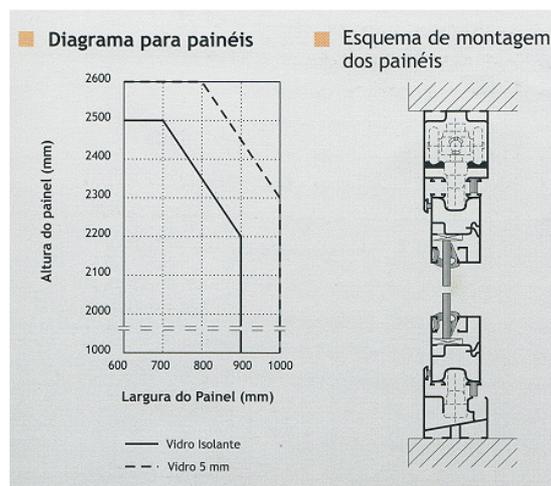
As portas novas, internas, terão folha de compensado semi-oca com acabamento cedro, marco e guarnições de ipê. Terá dobradiças, maçanetas e fechaduras cromadas. Também deverão ser recuperadas as ferragens.

- Alumínio:

Na fachada frontal, no 4º pavimento, no espaço do café, utilizado um sistema de painéis individuais de vidro temperado de 8mm. Com sistema de vedação feito com perfis de silicone entre vidros e com utilização de uma escova de vedação. A fixação é feita com perfil de alumínio extrudado com altura de 35 mm, perfis delgados para batentes e travessas de união de 100mm, a união dos perfis é feita em metal fundido sob pressão, o sistema é estanque contra chuva e vento. Deverá ter movimento pivotante e deslizante em trilhos permitindo total abertura do vão



Exemplo a utilização dos painéis



dando uma sensação de ampliação do terraço. Poderá abrir para direita ou esquerda e qualquer painel poderá ser de abertura com fechadura. O manejo pode ser feito com uma só mão.

As portas novas, internas, terão folha de compensado semi-oca com acabamento cedro, marco e guarnições de ipê. Terá dobradiças, maçanetas e fechaduras cromadas.

Nas salas do 3º pavimento, destinado a musica, as esquadrias deverão ter vidros duplos, fixados em perfis de alumínio, visando isolamento acústico.

Instalações:

- Elétrica:

Deverá seguir rigorosamente o projeto elétrico e especificações. O projeto elétrico foi feito tomando por base o projeto arquitetônico.

- Água, esgoto e pluvial:

As instalações hidro-sanitárias, bem como a tubulação pluvial e a instalação de incêndio deverão ser executadas conforme projetos. As canalizações serão em pvc, de primeira qualidade, junta soldada, nas dimensões indicadas em projeto, dotadas de todas os acessórios e conexões necessários. As colunas e derivações serão embutidas nas alvenarias. As extremidades livres das canalizações serão vedadas, até a colocação dos aparelhos, com bujões rosqueados, não sendo admitidos o uso de buchas de madeira ou papel para tal fim.

A firma contratada deverá submeter toda a tubulação a testes quanto ao perfeito funcionamento e vazamentos, à vista da fiscalização, antes de iniciar a execução dos revestimentos.

As cavas para as canalizações das instalações de esgoto pluvial e hidráulica, só poderão ser fechadas depois de verificadas as condições dos tubos, proteção dos mesmos, juntas, níveis, declividade, etc.

As águas servidas do prédio serão escoadas por tubulações em pvc, com dimensões do projeto, captadas em caixas de alvenaria de tijolos maciços 0,50 x 0,50 m. (medidas internas).

As águas pluviais do telhado serão coletadas por calhas e dutos de pvc, conforme projeto. Os dutos serão conduzidos a uma cisterna para utilização da água para descarga e limpeza do prédio.

- Louças e metais:

A firma contratada montará e instalará todas as louças e seus respectivos pertences, tais como, ligações, torneiras, sifões, válvulas, registros, engates, etc., que serão metálicos (cromados), observando o maior cuidado no acabamento com relação a níveis, prumos, espaçamentos, etc. As esperas para ligação de água deverão ser do tipo reforçado. Os vasos sanitários serão com válvula de descarga. Todos os acessórios serão metálicos, cromados fixados com parafusos. Nos sanitários, os lavatórios serão fixados em bancadas de granito.

- Rede de internet e telefônica:

A distribuição da rede lógica e telefônica deverá ser executada conforme projeto.

O prédio será dotado de rede wireless, visando dar mais mobilidade, sem limitar as possibilidades de uso dos ambientes.

Para a instalação telefônica será utilizado cabo LAN VTP CAT 5e CMX 4P 24AWG AZ tipo CMX, da mesma forma que a rede lógica os cabos passaram por canaletas de alumínio padrão e em alguns pontos ficarão embutidos no piso passando por eletroduto corrugado reforçado de 1". O cabo de entrada deverá ser dimensionado pela distribuidora.

Instalação contra incêndio:

A instalação será executada de acordo com o projeto, que compreenderá extintores, alarme, iluminação de emergência, sinalização e escada de emergência.

Elevador:

Será instalado elevador conforme, especificação do fabricante, com capacidade máxima de nove pessoas, visando atender a legislação de acessibilidade.

Climatização:

Deverão ser climatizados todos os ambientes de trabalho e eventos, excluindo circulações, áreas de serviço e banheiros. Os ambientes de serviço e sanitários que não possuem ventilação natural, deverão receber exaustores com acionamento pelo interruptor de acendimento da lâmpada do respectivo ambiente.

Pintura:

As superfícies a pintar serão cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinem. Eliminação completa da poeira, tomando-se precauções especiais contra o levantamento de pó durante os trabalhos, até que as tintas sequem completamente. Será aplicada no mínimo duas demãos, ou quantas forem necessárias para resultar um serviço perfeito. Serão

adotadas precauções especiais no sentido de evitar o salpique de tinta nas superfícies não destinadas a pintura (vidros, pisos, ferragens, etc.).

Será utilizada tinta acrílica aplicada sobre massa acrílica em todas as paredes novas de alvenaria que não se destinem a revestimento de azulejo.

As portas internas de madeira receberão pintura em tinta esmalte acetinado. As alvenarias antigas receberão pintura a cal, deverão ser executadas de 04 a 06 demãos, conforme a necessidade de acabamento.

Luminárias:

Deverão ser utilizadas luminárias para lâmpadas fluorescentes compactas, de sobrepor ou pendentes, dependendo do ambiente. Deverá ter corpo em alumínio e visor de vidro temperado, podendo ter acabamento branco fosco ou escovado. Nas áreas externas serão utilizados projetores para lâmpada vapor metálico. No hall de entrada e no corredor do pavimento térreo deverão ser colocados lustre que serão confeccionados conforme projeto.

Equipamentos de Som e Imagem:

O auditório será dotado de equipamentos de áudio e vídeo composto de projetor, tela de projeção, mesa de controle, microfones e caixas de som distribuídas no sentido longitudinal da sala.

Cobertura:

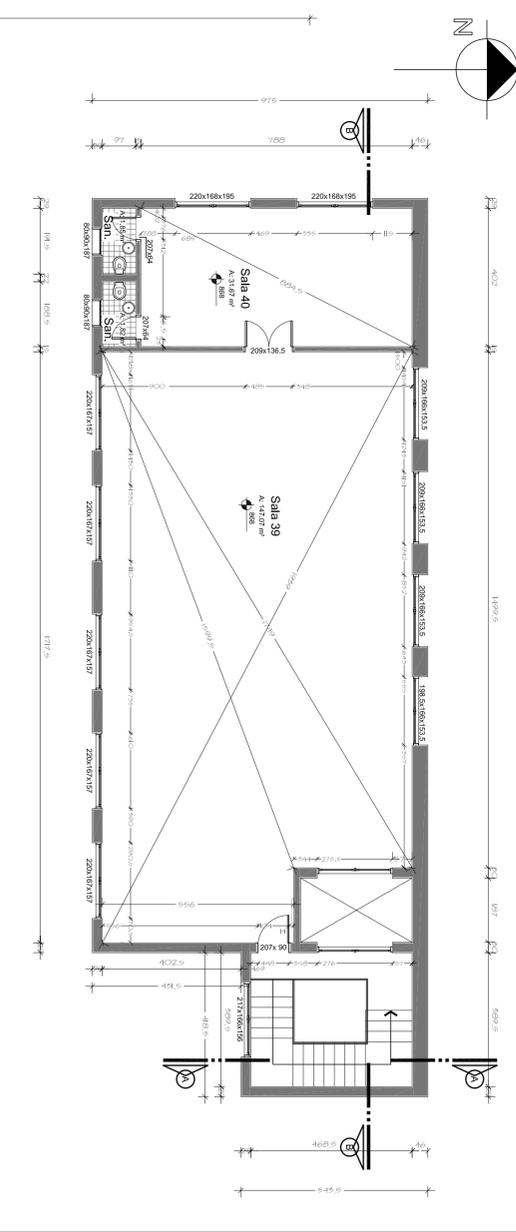
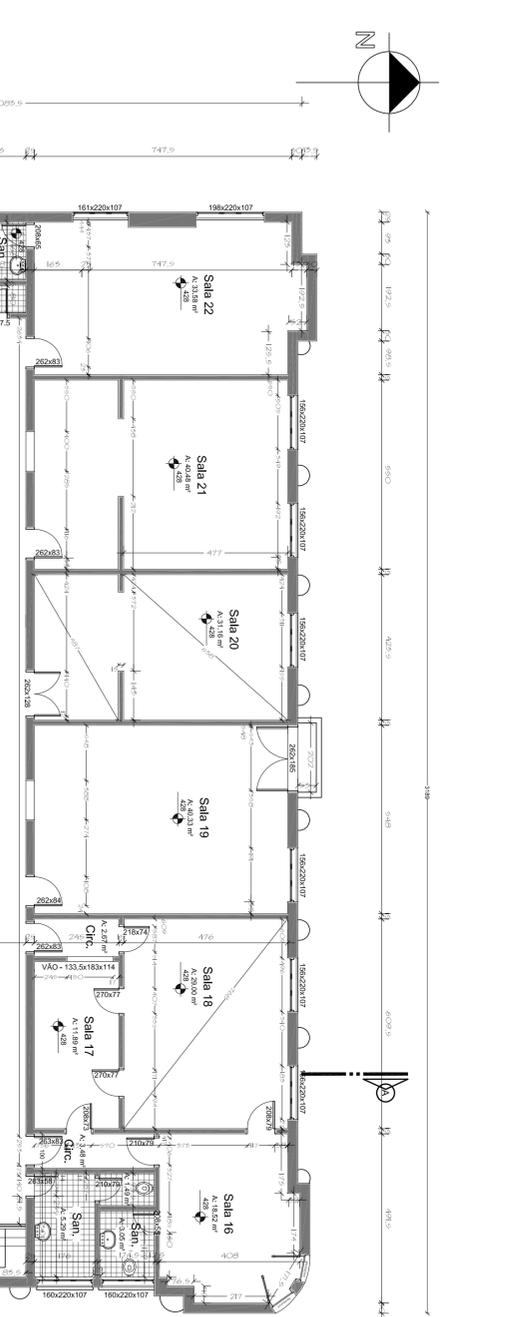
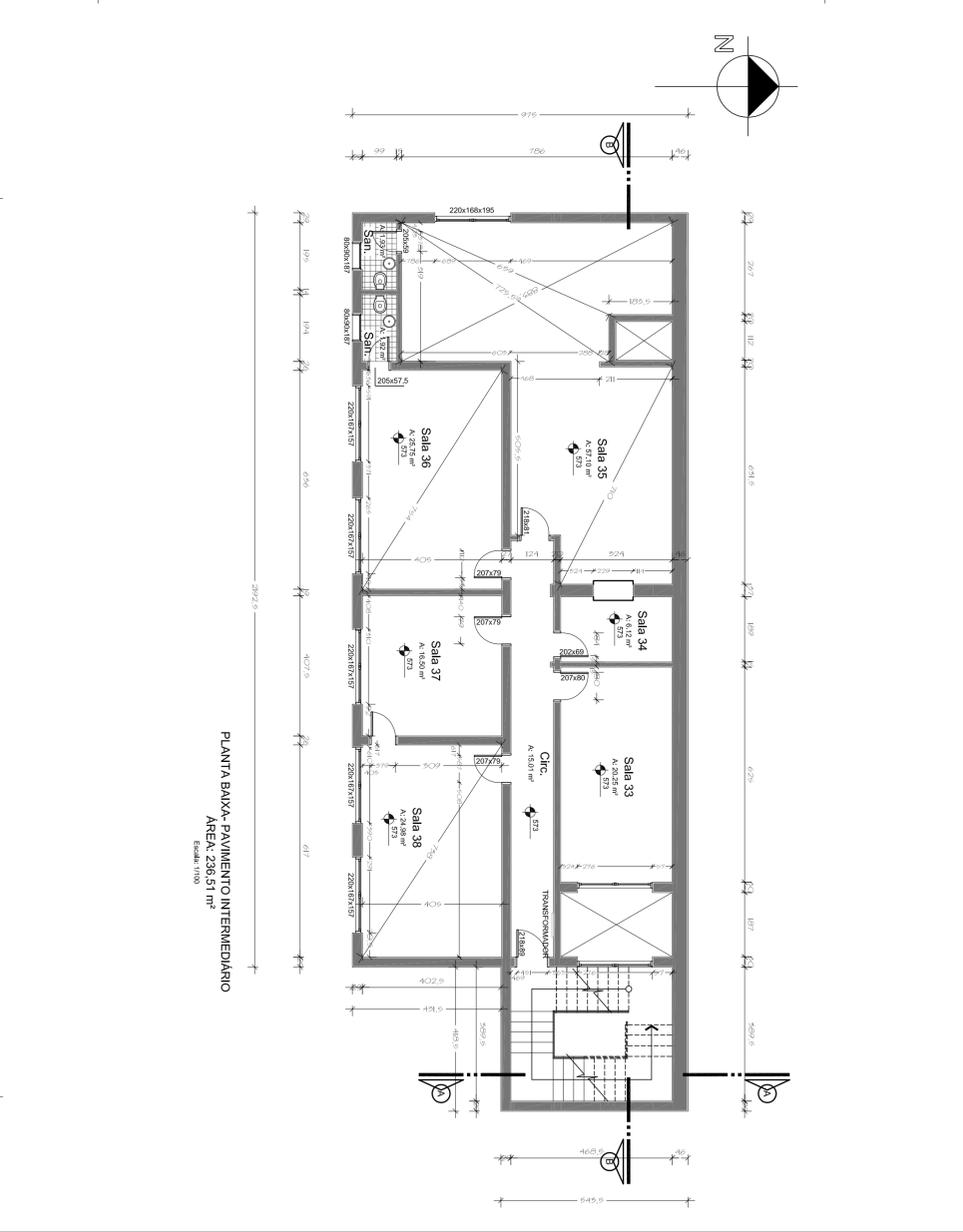
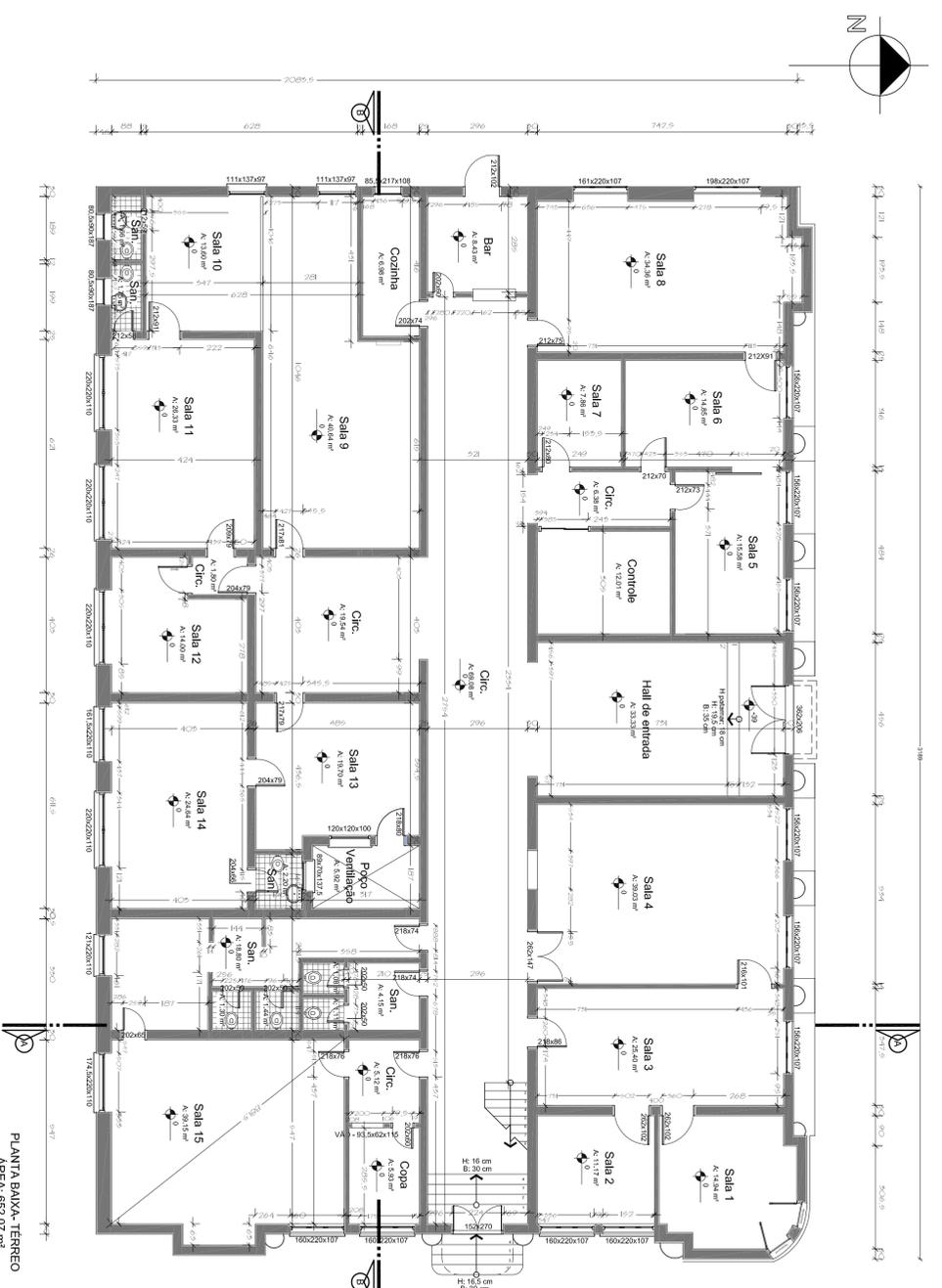
- **Telhado de chapas metálicas:**

Serão utilizadas telhas de aço ou alumínio pintado, em sistema sanduíche, com espuma rígida de poliuretano como isolamento térmico. Será fixada em estrutura metálica.

- **Policarbonato:**

Será utilizado, sobre a escada, policarbonato transparente com 6mm de espessura, com tratamento de proteção U.V. em ambas as faces e garantia do fabricante contra amarelamento. Será fixada também em estrutura metálica.

Santa Maria, Outubro de 2011.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
EM PATRIMÔNIO CULTURAL

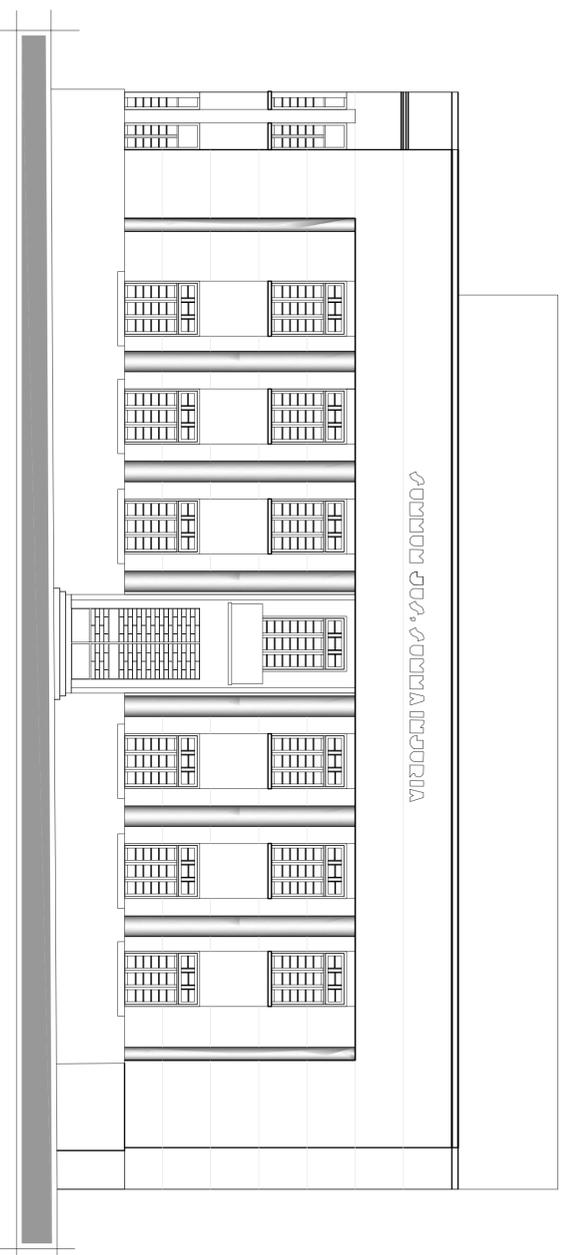
Plantas Baixas

Arquiteta Sadiana Frota

PRANCHA 01
ESCALA: 1/100

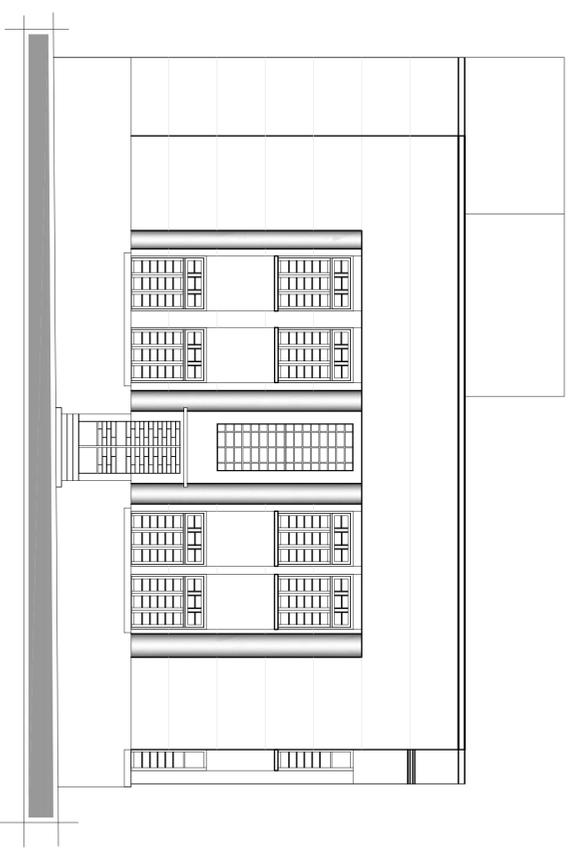
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA:
Restauração e Readequação dos Espaços de um
Patrimônio de Santa Maria/RS.





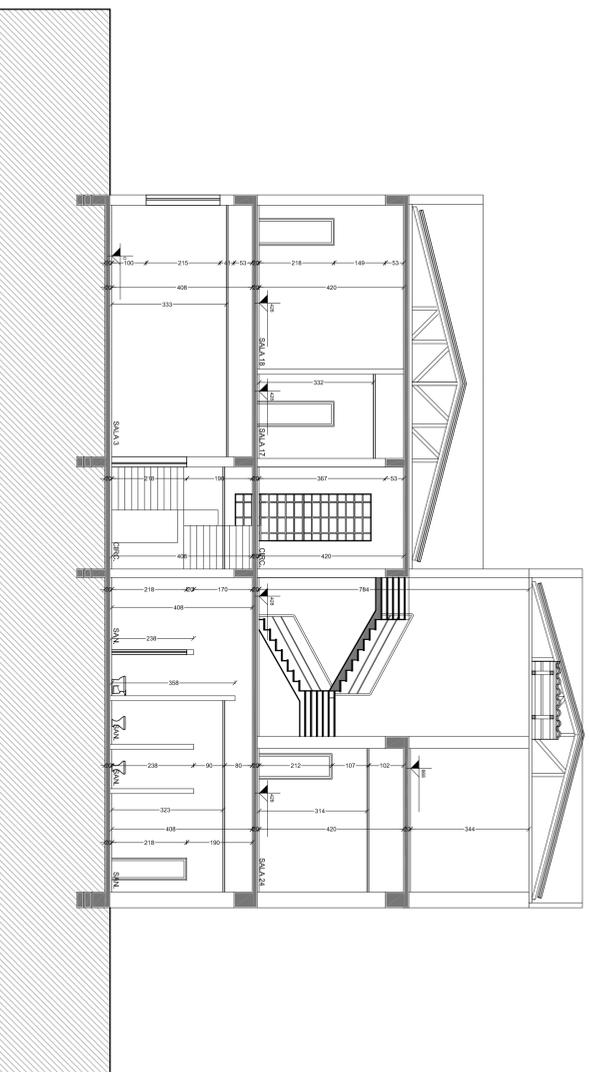
FACHADA NORTE

Escala: 1/100



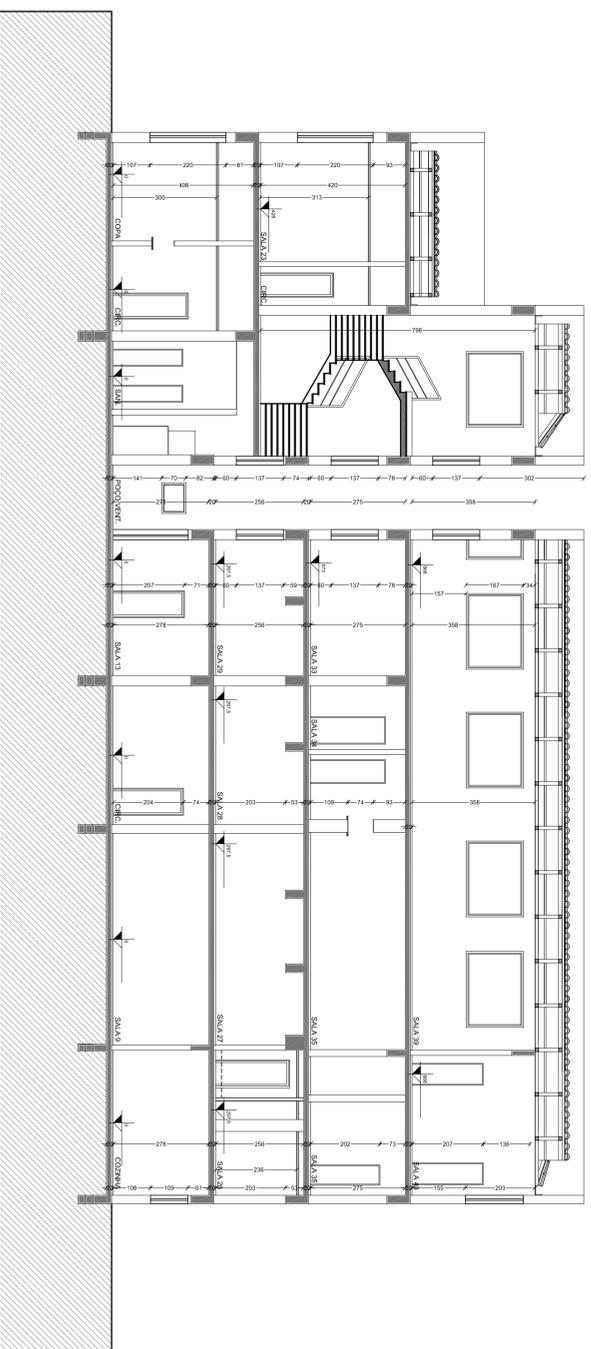
FACHADA LESTE

Escala: 1/100



CORTE A-A

Escala: 1/100



CORTE B-B

Escala: 1/100

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
EM PATRIMÔNIO CULTURAL

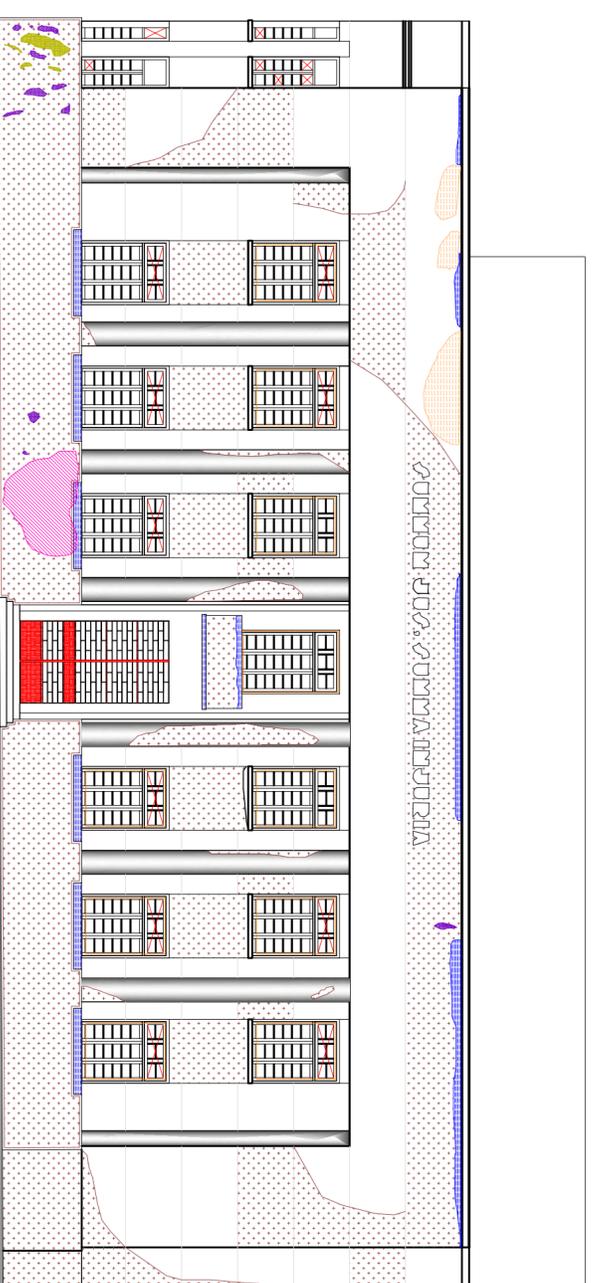
Fachadas e Cortes

PRANCHA 02
ESCALA: 1/100

Arquiteta Sadiana Frota



DSSERTAÇÃO DE MESTRADO
CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA:
Restauração e Readequação dos Espaços de um
Patrimônio de Santa Maria/RS.



ELEVAÇÃO NORTE

Escala 1/125

Padrão Cronidas para Mapa de Danos

-  Problemas na pintura
-  Perda de reboco
-  Reboco novo
-  Corrosão
-  Vidro faltante
-  Unidade
-  Pichação (grafismo)
-  Perda de aderência
-  Problemas na madeira

Fotografias - Situação Atual



FONTE: a autora, 2013

MATERIAS	DEGRADAÇÕES	INTERVENÇÕES
A1 A3 A4	D3 D4 U5 U7	I12 I15 I5 I2 I13
A1 A3 A4	D3 D4 U2 U7	I1 I12 I15 I5 I2 I13
A1 C1 C2	D4 U1 U2 U7	I1 I9 I11
A2 A3 A4	D3 D4 U5 U7	I8 I2 I15 I13
M1 V	D2 D4 U5 U7	I2 I7 I13 I16 I17
A3 A4	D1 D3 D4 U5 U7	I3 I5 I7 I13
m	U3	I8 I13
A5	D5	I2 I4
A3 A4	D3 D4 L1 U2 U5 U7	I12 I15 I5 I2 I13
A1 A3 A4	D3 D4 L2 L3 U5 U7	I12 I15 I5 I2 I13



- C1 C2
- U1 U2 U4 U7
- I1 I9 I11



- A1 A2 A3 A4
- D3 D4 U2 U7
- I1 I12 I15 I5 I2 I13



- A1 A3 A4
- D3 D4 U5 U7



- M1 m V
- D2 D4 U3 U5 U7
- I2 I7 I13 I16 I17

ELEMENTOS MATERIAS

DEGRADAÇÕES

- A ALVENARIA
- A1 Tijolo
- A2 Bloco concreto
- A3 Reboco
- A4 Pintura
- A5 Revestimento
- C COBERTURA
- C1 Telhado de fibrocimento
- C2 Calha
- M MADEIRA
- M1 Aberturas
- m METÁLICO
- V VIDRO
- D MATERIAL DESPRENDIDO
- D1 Alvenaria
- D2 Vidro
- D3 Reboco
- D4 Pintura
- D5 Revestimento
- L LESÃO
- L1 Fissura
- L2 Trinca
- L3 Grafitegem
- U ALTERAÇÃO
- U1 Infiltração
- U2 Unidade
- U3 Oxidação
- U4 Microorganismo
- U5 Material exposto
- U6 Descascamento
- U7 Biodeteriorização

INTERVENÇÕES

- I INTERVENÇÃO
- I1 Remoção
- I2 Limpeza
- I3 Recomposição
- I4 Reconstituição
- I5 Adequação
- I6 Complementação
- I7 Recuperação
- I8 Identificação origem
- I9 Eliminação da fonte causadora
- I10 Técnico especializado
- I11 Substituição
- I12 Raspagem
- I13 Repintura
- I14 Reboco novo
- I15 Lixar
- I16 Substituição da peça
- I17 Impermeabilização

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
EM PATRIMÔNIO CULTURAL

MAPA DE DANOS - Elevação Norte

PRANCHA 03
ESCALA: 1/125

Arquiteta Sadiana Frola

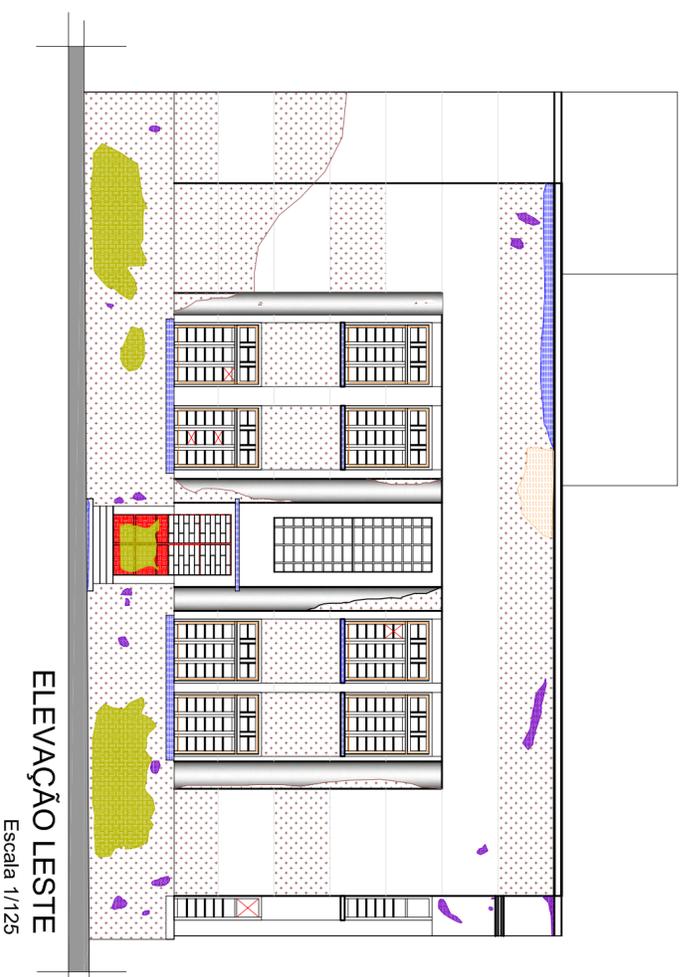


DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA:
Restauração e Readequação dos Espaços de um Patrimônio de Santa Maria/RS.

ELEMENTOS MATERIAS

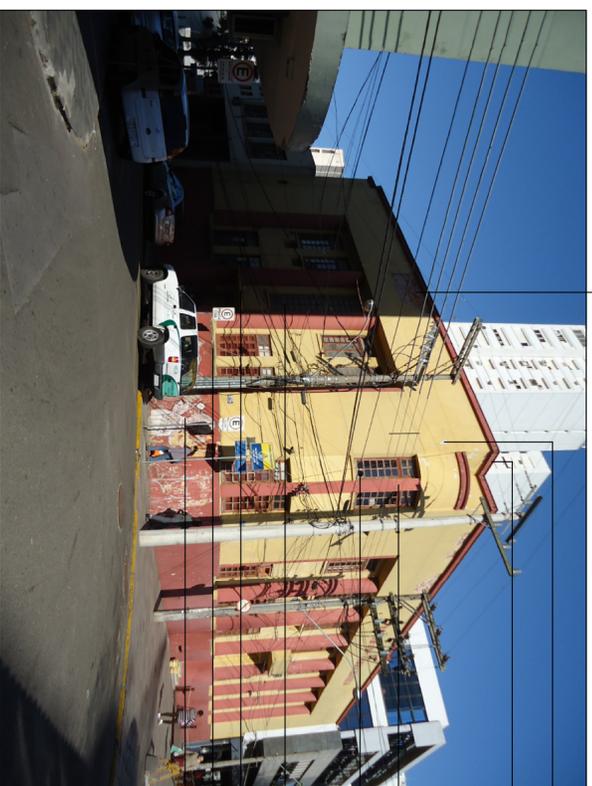
DEGRADAÇÕES

- | | |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| A ALVENARIA | D MATERIAL DESPRENDIDO |
| A1 Tijolo | D1 Alvenaria |
| A2 Bloco concreto | D4 Pintura |
| A3 Reboco | D2 Vidro |
| A4 Pintura | D3 Reboco |
| A5 Revestimento | L LESÃO |
| C COBERTURA | L1 Fissura |
| C1 Telhado de fibrocimento | L2 Trinca |
| C2 Calha | L3 Grafitegem |
| M MADEIRA | U ALTERAÇÃO |
| M1 Aberturas | U1 Infiltração |
| m METÁLICO | U2 Umidade |
| V VIDRO | U3 Oxidação |
| | U4 Microorganismo |
| | U5 Material exposto |
| | U6 Descascamento |
| | U7 Biodeteriorização |



- Padrão Cronidas para Mapa de Danos
- | | | | | |
|----------------------|---------------------|--------------------|----------------------|----------------|
| Problemas na pintura | Perda de reboco | Reboco novo | Corrosão | Vidro faltante |
| Umidade | Pichação (grafismo) | Perda de aderência | Problemas na madeira | |

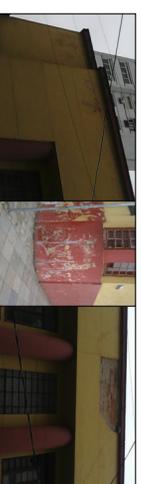
Fotografias - Situação Atual



FONTE: a autora, 2013

MATERIAS	DEGRADAÇÕES	INTERVENÇÕES
A1 A3 A4	D3 D4 U5 U7	I12 I15 I5 I2 I13
A1 A3 A4	D3 D4 U2 U7	I1 I12 I15 I5 I2 I13
A1 C1 C2	D4 U1 U2 U7	I1 I9 I11
A2 A3 A4	D3 D4 U5 U7	I8 I2 I15 I13
M1 V	D2 D4 U5 U7	I2 I7 I13 I16 I17
m	U3	I8 I13
A3 A4	D1 D3 D4 U5 U7	I3 I5 I7 I13
A3 A4	D3 D4 L1 U2 U5 U7	I12 I15 I5 I2 I13
A1 A3 A4	D3 D4 L2 L3 U5 U7	I12 I15 I5 I2 I13

- | | |
|--------------|------------------------|
| M1 m | V A5 |
| D2 D4 | D5 U2 U3 U5 U7 |
| I2 I7 | I11 I13 I16 I17 |



- | |
|-----------------------------|
| A1 A3 A4 |
| D3 D4 L2 L3 U5 U7 |
| I3 I12 I15 I5 I2 I13 |

INTERVENÇÕES

- | | |
|--------------------------------|---|
| I INTERVENÇÃO | I9 Eliminação da fonte causadora |
| I1 Remoção | I10 Técnico especializado |
| I2 Limpeza | I11 Substituição |
| I3 Recomposição | I12 Raspagem |
| I4 Reconstituição | I13 Repintura |
| I5 Adequação | I14 Reboco novo |
| I6 Complementação | I15 Lixar |
| I7 Recuperação | I16 Substituição da peça |
| I8 Identificação origem | I17 Impermeabilização |

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONALIZANTE
EM PATRIMÔNIO CULTURAL

MAPA DE DANOS - Elevação Leste

PRANCHA 04
ESCALA: 1/125
Arquiteta Sadiana Frota



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
CASA DE CULTURA DE SANTA MARIA:
Restauração e Readequação dos Espaços de um Patrimônio de Santa Maria/RS.